CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR N.º 548, DE 2024 (Do Poder Executivo) MSC 1033/2024

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, que renova a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacre, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM № 1033

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

Brasília, 29 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11 de fevereiro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/02/2022 | Edição: 30 | Seção: 1 | Página: 12 Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

9

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



OFÍCIO Nº 1114/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luciano Bivar Primeiro Secretário Câmara dos Deputados – Edifício Principal 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6062285** e o código CRC **8C22BF1D** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 6062285



OFÍCIO Nº 8652/2022/MCOM

Ao Senhor Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.064106/2019-71.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente.

RENATA MACHADO MOREIRA Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 9683845 e o código CRC 9B0A26A9.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8652/2022/MCOM - Processo nº 01250.064106/2019-71 - Nº SEI: 9683845



OFÍCIO Nº 8652/2022/MCOM

Ao Senhor Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.064106/2019-71.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente.

RENATA MACHADO MOREIRA Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 9683845 e o código CRC 9B0A26A9.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8652/2022/MCOM - Processo nº 01250.064106/2019-71 - Nº SEI: 9683845



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

			IDENTIFICAÇÃO		
Nome da Pessoa	Jurídica:	Difuse	ora Natureza FM Ltda		
CNPJ:	02.095.038/00	001-10 CEP da sede: 18720-000			
Endereço da sede:		rada Municipal PPM 156, Bairro Capim Velho – Paranapanema/SP			
E-mail de contato: Sei@sistemaplug.com.br					
Serviço a ser renovado:		(X) Ra	(X) Radiodifusão sonora (X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais		
		() Radiodifusão de sons e imagens			
Período da renov	ação:	19/07/2020 à 19/07/2030			
Localidade da renovação:		Iacri		UF:	A. Carlo

Eu, Anderson Aparecido Ferreira Balttler, inscrito no CPF sob o nº 286,992.318-06, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Juridica cumpre o disposto no art. 7°, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos illicitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigiveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA

- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Titulo VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Requerimento de Resovação de Outorga - pág. 1

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Nº DO PROTOCOLO SEQ. DOC. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC JUCESP PROTOCOLO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DELESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 360547/97-7 6670 N. L. R. SINGULAR MATRIZ Z 46 A T.A FILIALD ശ JUNTA COMERCIAL DO >--81 ESTADO DE SÃO PAULO HERN ANI DE SOUZA LEMES A JUNTA COMERCIAL DO ESTA LTDA R.G. nº 2.681.458 HUMERO DE CGC (SEDE) 1461765 Х зималю ATOS ALTERAÇÃO Х а сонатичиско сонтныю TRANSFORMÁCÃO SUCESSÃO ø ARCHTURA U TWANSFERÊNCIA DE SEDE обравочности ARGUIVAMENTO ATA sdcio/gerente/pateton ALTERAÇÃO ENQUADRAMENTO - NE rus⊼o ARGUIVAMENTO JORNAL W ENCERPAMENTO CAPITAL CESENGUADRAMENTO-ME CISĂU TOTAL OUTROS A GUTHOS BAIXA (D:STAATO/ENCETARAMENTO) CISÃO FARCIAL DOMICILIO / ENDANSCO corrida nome comercial (renominação du razão bodial) , N, A, T, U, R, E, Z,ENERGESBÃO FANTABIA AUR D, A, S <u>139</u> MUNICIPIO CODICO FOCATIONDE A V A R E CEP TELEFONE 1 18 17 12 15 10 10 10 1 $S_{i}P$ mais die 10 atrymades 7 PPAZO DIRAÇÃO CAPITAL DA EMPRESA 2 POPTEMBER SO: BASA DO TERNINO 10.00 CAPITAL ASERTO (S/A) Brice would VALOR OD CAPITAL DAYA INICKO ATIVIDADE οξρέμμε Αυτοπίζας Λο 第1,010,619,7 N L USO DA JUCESH DATA DO REGISTRO QUANTIDADE DE FILIAIS ADERTAS NESTE L'OGUMENTO! Nº DO ÚLTIMO DOC. QUANTIDADE DE FILIAIS ENCERNADAS HESTE DOCUMENTO : EMPRESA JA POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? ENCUPERAMENTO- ME DESENQUACHAMENTO - NE VALORES RECOLHIDOS NOME ASSINATURA CAMP, FILE TO FINA · No. Maryle, No. - Company . 梦 · DOC 45 PH 55(FAD) 20 · H · No. Galler 115

位于1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年, 1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1

				1.7.	
DENOMINAÇÃO ANTERIOR					٠.
······································					
				·	, ·
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	•	: : :	1	
1 1				1	
DAYA VIBTO	IDENT.			€3	
		Visit of the second			: .
SEGUE EM ANEXO, FICHA DE BREVE !	RELATO			es de la company	10,00
				120 1 2 2	٠
			学马生 的复数		`. ^ .
				1	
DATA VISTO	IDENT.			200 - 200 -	
			(M)	(*)	
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO C	I				100
	REFERENTE			: :	<u>(</u> ,3
AO PRESENTE PROTOCOLADO.	. : .]				100
2001/V	201.60	:			
እ <i>የገዝ የ</i>	0261-6				B
BATA 1 VIETO	IDENT.			f ₂	~ ~
Project Clark Care Care Care Care Care Care Care Care					
SEGUE, EM ANEXO, CÓPIA DE DOCUMEN	TO AHCIUIVADO.			18	
					Marke W.
and the second of the second o				garlangin na r	47. 23
the first of the same					
DATA	IDENY.				
0.000			The second of the second		
OUTRAS INFORMAÇÕES				Alle Davidson	
					Barn.
医牙孔 医乳腺病病原始					
					, N. F., 11 -
				10.000 (10.00)	
	<u>. 186 ji </u>		Ty Year State		
	7			tar e et gant. Le la la este Mala est tel	
NI)CLEO DE CADASTRO - FC N			BULL WHILE		
				The Salar Sa	
		g the William			
		The Charles of the			
					1.1
	to the same same			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
					1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
					4
		4			1.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PP0100010 \$£0.000, SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÓMICO JUCESP PROTOCOLO DEPARTAMENTO MACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO - DARC SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA 355479/97-7 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ŝ \Diamond N. 1. R. a S SINGULAR MATRIZE JUMINGCS W. ESTADO ÉL PA FILIALD 08_000 1997 REPARTEDO A.G. of 3 075,053 A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO KMERD DE CGC (SERE) NÚMERO DE UNIO (BEDE) ORBINATIO X SUMARIO ALTERAÇÃO ATOS U ABERTURA BUCESSÃO тплистовнасло CONSTITUIÇÃO/CONTRATO ALTERAÇÃO ARQUIVAMENTO ATA INCORPORAÇÃO TRANSFERÊNÇIN DE GEDE ENCERRAMENTO CAPITAL ARGUIVAMENTO JORNAL rusão ENGUADRAMENTO-ME -OUTROS CISÃO TOTAL ā DOMESTICAL DISCOURSE CISÃO PARCIAL E BOSTA (DEROTOPENTENTE) OLIT ROS ELECOMENT (DENOMINACYD ON HYNYD COCINT) STIFUSORA, NATUREZA $\mathbf{F}_1\mathbf{M}_1 = \mathbf{L}_1\mathbf{T}_1$, 1, 3, 9 A, V, A, R, É 1 8,7 2,5 0,0 0 CHRITAL DA EMPRESA оломии отдеч MAISTIE 10 ATMENUES ? ATIVI(MA)ES 2 | I | I | STEER OF BLACK 92.2175 Marine Inc. DAYA OU TERNINO CAPITAL AMERITO (5/A) VALDR DO CAPITÁL N N DÁÇAŞIROTUA BONBOBO Bernsyifa Digini ataq N 12 USO OA JUCCSP Nº DO (ELTIMO DOC. ARQUIVADO QUANTIDADE DE FILIAIS ABENTAS NESTE DOCUMENTO QUANTIDAGE DE FILIAIS ENCERRADAS NESTE DOCUMENTO EMPRESA JÁ POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? DESENQUADRAMENTO - ME ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER VALORES RECOLHIDDS TOER $4_{1}2_{1}\cdot 10_{1}0$ Blattle 10.06.97 ранр

INFORM	MAÇÕES E DESPACHOS	٠.
DENOMINAÇÃO ANTERIOR -		٠.
	ENIOSHEIV	·•
		* .
OATA VISTO IDERT.		
SEGUE EM ANEXO, FICHA DE BREVE RELATO	listo de adupado	20
	aportion of morning -	•
	(sdentificant)	C.
DATA VISTO IDENT.	120AB 2 400	٠.
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE	apon visto de advejade (Identificaço nominal - (Identificaço) nominal - (IDA B e teco) de miscriços)	
	JI DO	3 5
AO PRESENTE PROTIGOLADO.		14
OTTO TO TOPENT.	LEST TO THE TOTAL OF THE PARTY	·,
	ANA TANATA ASSOCIATION TO	ائر
SEGUE, EM ANEXO, CÚPIA DE DOCUMENTO ARQUIVADO.	MANTALA SON OFF DEB	<u>.</u> : :
	ANA RIGHT	
DATA WISTO IDENT		
CUTRAS INFORMAÇÕES		
		77.15
() 1		
NUCLEO DE CADASTRO - FCN		*. *
表示的 机马克克氏疗法		
		: //
		,
		· · · .



CONTRATO SOCIAL

Kiroliki nego rano tripo bidgi kilipili

Os abaixo assinados:-

ODHLA MARIA FERREURA RLATTLER, branileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 27.110.352-8 SSP-SP, o CPF nº 094.899.668-48, residente e domiciliado à Rua das Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo;

SONIA REGINA APARECHDA, brazileira, casada, empresária, portadora do RO. nº 18.546.161 SSP-SP, e CPF nº 062.717.568-67, residente e domiciliado, à Praça do Cológio, nº 3 no Bairro Heiambra II, em Paracapanema Estado do São Paulo;

SANDRA ROBERTA L'ENCIONI DE ARAUJO, bresileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 21.972.709 SSP-SP, e CPF nº 197.406.138-88, residente e demiciliado, à Ruz Francisco Alves de Abracida, nº 594 - Contro, em Paranaparsema, Estado de São Paulo;

têm entre si, justo e contratedo, a constituição de uma sociadade por quotas de responsabilidade limitada, do acôrdo com as Leis vigentes no país e que será regida pelas chausulas deste Contrato Social de Constituição, que mutuamente aceitam e outorgam, como en segue:

<u>CLÁUBULA PRIMEIRA</u> DENOMINACÃO, SEDE A FÓRO JURÍDICO

Fica constituida a sociedade por quotas de responsabilidade limitada "DINUSORA NATUREZA FIM LIDA", que tem sua sede e foro jurídico em Paranapanema Estado de São Paulo, à Rua Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, podendo constituir e extinguir filiais em todo território nacional, respeitando a legislação em vigor aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA REGUNDA OBJETIVO SOCIAL

O objetivo da sociadade será atividade de Radiodifiusão, (Radio-FM).



MARKOW MEDI

· 隐事·sycan chian ()

The state of the s

Carlinea artoficial (17) (1866

189 (1904) despit de receive de receive de completationes de referenciare, en mais de receivement de sector de sector de sector de sector de receive de re

ON THE STATE OF TH

al frair officteledicknesser of extreme ting Antigeness a decision of the Constitution of the Constitution

CLASSIE ASKOLATA

The complete are obtained to the deal of the way and the action in the continuence.

CLÁUSULA TERCEIRA PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo seu inicio na data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA OUARTA CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, inteinmente integralizado e realizado em dinastro, é do R\$ 5.010,00 (Cinco mil e deis reais), dividido em 5.010 (cinco mil e deis) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Flum real) cada uma, assim distribuidas entre os nócios quotistas no sio:

ODILA Mª FERREIRA BLATTLER	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SONIA REGINA APARECIDA	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SANDRA ROBERTA L. DE ARAUJO	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
TOTAL	5.010 quotas	R\$ 5.010,00

§ ÚNICO: Nos termos do Art. 2º In-fine do Decreto Lei 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, a responsabilidade de cada sócio será pela totalidade do capital social.

CLÁUTULA ODINTA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA

A gerência e administração da sociadade, será exercida por todos os sócios, em conjunto, os quais ficam investidos na função de gerentes, cabendo-lhes a representação Ativa e Passiva, Judicial ou Extrajudicial da sociadado.

CLÁUSULA SRXVA UBO DA RAZÃO SOCIAL

O direito de uso da razão social, compete a todos os sócios, sempre em comjunto, ficando, todavia, vedado o uso para fina estranhos à sociedade, bem como proibidos de empregá-la em fianças, avais, ou qualquer título de valor.

§ UNICO: O sócio que infringir esta proibição, fica individualmente responsável pelo compromisso contraido.



CRACE STREET

elestricis de la come de company de la compa

AUG 15

W

The resident

रहा of section of the maintains के किया के 100 of 100 to 100 or 100 of 100 of

CONTROL OF THE CONTRO

Complexity Comments

1.172.1337

i di carrigio di dik tipost, sult la 16 mangan di maka al 17 di 20 angan kanangan ayin di ti Metal H Penjan Indiajan di Mangan a mata di pangan angan kanga di ataphillanggan pangan p

ATANAMATRACAMINA

manufacture regione rest minute me a muse estadouname o los grande describe en me estado de la constitución de la constitución

11787 6 110 1827 161768 - 768 11128 T

the suggests of executive vide at a marginal character of each off each with a finish of a Common trivial color of the contraction state and the most of the color of the colo

dong the analysis of completely add the last to the first one on a property of the contract of the first to the

CLÁUSULA SÉTIMA RETIRADA E PRO-LABORE

Os socios que participam da administração e gerência, terão direito a uma retirada mensal a título de Pro-Labore, a ser estipulada de comum acordo entre si, dentro dos limites permitidos pala Legislação do Imposto de Renda vigente.

The property of the second of the second

CLĂUSULA OITAVA TRANSFERÊNCIA DE OUOTAS DE CAPITAL

Nonhum dos sócios poderá coder, transferir, alienar ou dar em gazantis anas quotas de capital social a terceiros, som o expanso consentimento dos cumos sócios, que terão amegre em son favor o direito de proferência na aquisição das quotas que forem objeto de transferência. É livre, entretento, a movimentação das quotas entre os sócios.

CLÁUSULA NONA PALECIMENTO DE SOCIO QUOTISTA

No caso de falecimente, ou impedimente definitivo de um dos sécies, a sociedade poderá ser dissolvida ou não, ficando a critério dos sécies remenescentes e dos herdeiros do falecido o poder de decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA CASOS OMISZOS

Os cosos taniasos neste Contrato Social, serão regulados ou resolvidos de acôrdo com as disposições legais vigentes que regulam as sociedades civis por quotas de responsabilidade timitada.

Oz sócios declaram que não estão incursos em menhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade comercial.

E, assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de contrato social, em 03 (trois) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os devidos fina e efeitos de direito.



自然主题的企业工程组织支票 nicht en begreichte der die die feligiegen der Walterpried von der Jackster die Marie troumen absorbeit WARRED ARRADA SALESTARIA The first familiar the steps with the wind fin Shancing a course to be body a more inches with the coand the second second to the contract of the second o de la constitue de descripto de la contraction the commental and independent of the commental and the manufacture of the commental and the commental propertional designation of the contraction of the solly and the stopped and the stopped the solly and the solly a and find only a decreasing of the District Council Council PHY CHALLESSAL Programme and the second The Land of the Control of the Manual of the State of the Control Admini Takat himselest the property of make the section of the contract of the section of the contract of the contract of the distribution of the comments of the property of the second of the

the Literature, the interest is the sound of ments of the beautiful of some and anticolor

THERE IS A SECOND CONTROL OF THE SECOND SECO

ार्वकार १८ वर्षात्रकार सम्बद्धाः स्वतिकारिकार स्वतिकारिकारी

Paramapanema-SP., 10 de Junho de 1.997.

Odila maria FERREIRA BLATTLER

SOMIA REGINA APARECIDA

SANDRA ROBERTA-PENCIONI DE ARAUJO

TESTEMUNITAR

ROOME THE THEOLO DA SILVA BOW 13.642.757 SSP-SP

ALIFIO PASCHOAL RG Nº 7.229.353 SSP-SP "ADVOGADO"

05WACUU AFAHO 048-89-39,278



TO THE RESIDENCE OF THE PARTY O

terna de la compresa The same of the sa The state of the s Zerodiner, zgroś a o 1944 racio an privatamente optivi som un higginio SALECTORY STREET KRIBAGKADBIBBBBBBBBBBBB PARTITION THAT MAY dodoveka opu in. 1900-les od oput se ses

(ATMUL AG OBU) F C MINISTERIO DA INDUSTRIA. DO COMERCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA MOD. 1 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FICHA CADASTRAL - MODELO 1 DADOS DA EMPRESA VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO FOU IA 01 - IDENTIFICAÇÃO LTDA NIRE DA PUAL 2 1461765 ĊΩ 02 CODIGO DO ATO (UBO DA JUNTA) DATA DO REGISTRO DEA MÉS (USO DA JUNTA) GOOLTIPO ¢5 06 NATUREZA, FM, LTDA NOME COMERCIAL $0 = D_1 T_1 F_1 U_1 S_1 O_1 R_1 A_1$ INSCRIÇÃO ESTADUAL NÚМ∂ЯО ВО СВ.С 10 02 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO (ATUAL) LOGRADOURO (RUÁ, AVENDA; ETC.) RIVIAL IDIAIS VITIO LIETIAIS LIEL COMPRESSOR (ANDAR, SALA, SCRIPZLOJA, DUTROE) HOLAMBRA S. P. 1, 8, 7, 2, 5, ..., 0, 0, 0 A.V.A.R.E. 03 - ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTABES MAIS DE 5 ATIVIDADES 18 S SM COD ATVIDAGE COD, ATMIDADE 17 - DATA DA AESINATURA DO DOCU-MENTO DA PARENTA PO UNO CITA PA MES ANO 92.21+5 CAPITAL VALORI DO CAPITAL 5,0,1,0,,00 ELIPTICISA PEO, PORTE 10 EMPRESA PEO, PONTE E-ENGUASIRAMENTO MICROEMPREGA MICHORNAPRESA E ENQUADRAMENTO D-DESERVATIONS TO FRAZO DE DURAÇÃO 25 8- 6IN 22 2 2 NOSTERMINADO U-DESCNOUADRAMO(TO ASSUMO INTERNA DESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕAS PRESTADAS, NA FORMA DA LEI. NOME É ASSINATURA DO REPRESENTANTE LUGAL DA EMPRESA. ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER - Odula maria Jenen-Blatth SASA C 10 / 06 / 97 DIA MES (ATMUL ACTORULE AND кОМЕВО ОВ РЕФІСТНО NAME SECUNDARIO 26 PATA NO REGISTINO DIA MÉS 27 NÚMERO DE REGISTRO NIRE SECUNDARIO 25 DAIA DO REGIBYRO DIA MÉS ONA 27 NÚMERO DE REGISTAD 29 MIRE SECUNDATIO 26 DATA DO REGISTAD DIA , IAEG , NÚMERO DE RÉGISTRO 29 NIFIE SECUNDATIO D.E.

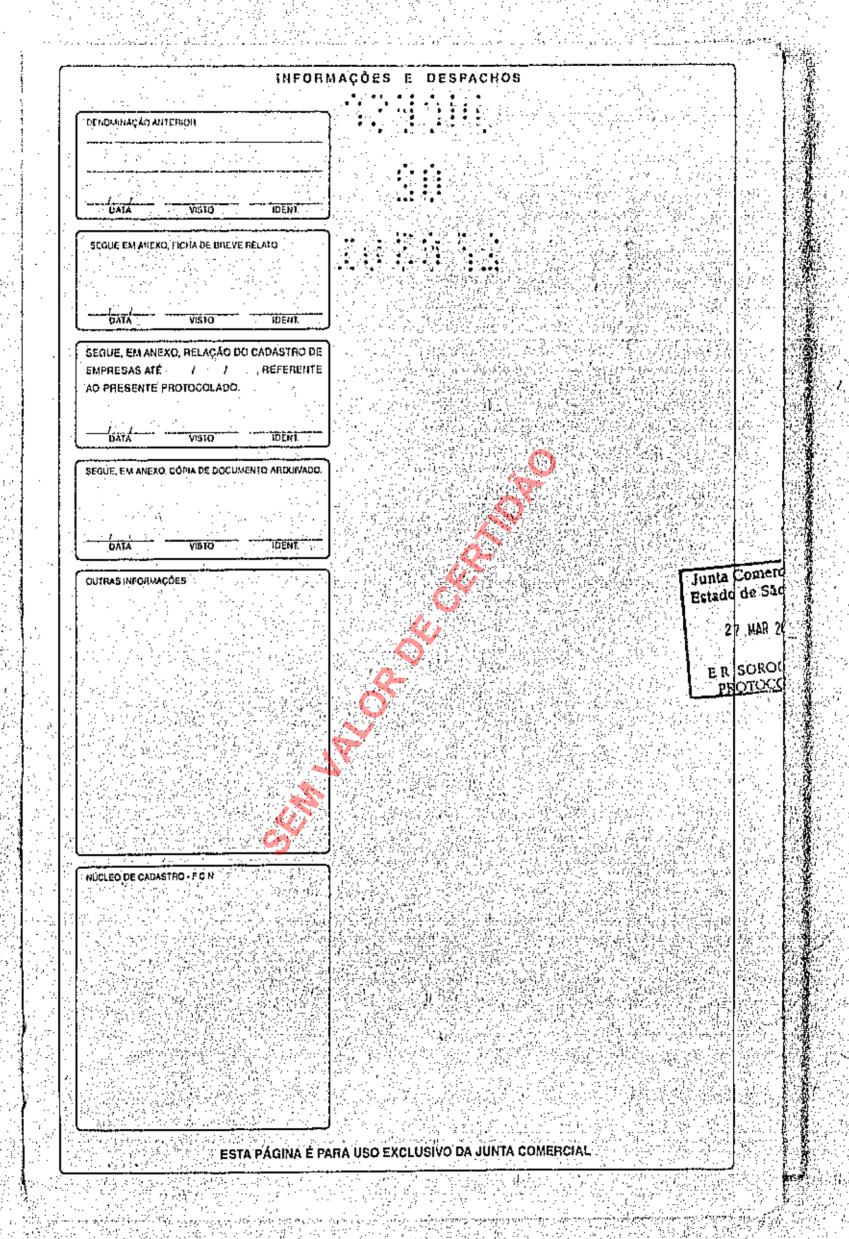
			(ATMUL AD DEU)	FC
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉI DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGIS SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFE JUNTA COMERCIAL DO ESTADO FICHA CADASTRAL - MO	ESA DA CIDADANIA DE SÃO PAULO DDELO 2	R		MOD. 2
QUADRO SOCIETÁRIO / INTI	EGRANTES		VIDE	NSTRUÇÕES NO VERSO
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA				FOLIKA Nº DE
	· ·			mo11013
•	(USQ DA JUNT DATA DO REOJS	A)		ADMISSÃO ALTERAÇÃO
NITIE DA SIEDE	DATA DO REDIE	ANO		SAIDA PEDISTRIBUIÇÃO DE CAPITAS INTEGRANTES REMANESCENTES
DIFUSORA NATUREZA	A FM LTDA		<u> </u>	
	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO	9.5 OJENE.	3,5,2,8; ; (_	OF S P
OS 0,9,4,8,9,9,6,6,8,4,8	# 1 2 . el/20 Lar			
DENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONI	STA (ESTE COM MAIS DE 10%)		T. T. E. B	
O D I L A A M A R I A	$F_1 E_1 R_1 R_1 E_1 I_1 R_1 I$	A B L A	1 1 1 2 1 2 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	· ·
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	<u></u>		DOMICILIO NO EXTERIOR
11111111111111		14:7		N S SIM
NACHONIAN DADE				N- N-
			?	11111
PULLA DIALS VILIOIL	ETAISILL L	<u>_h_l</u>	<u> </u>	
COURT SUFFICE - JANDAR, BALA.	SOERELOJA, OUTROS)	HOLLAMI	RA III	
NOMENO 13.9	1_ 	HO Disting	ne cen	T
MUNICIPIO .				7,2,5,_0,0,0
PARANAPANEMA	<u> </u>		RIGKIS HA SOCIEDADE - VIDE TAB CANGO-2	CARGO 3 CARGO 4
THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	O DA FIRMA S. SIM N. NO	16 0, 2	10 17	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1
A CAPITAL	1 1 1 15 17 10	1.10.10.		
10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1				U.F. EMITENTE
	PREENCHER CUMIDO SE TE	N. E. DO REPRESENTADO		22
C. P. F. OU WHE DO NEPRESENTADO	31	<u> </u>	<u>.1l</u>	U.F. EMITENTE
C. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO C. P.	A 0,1A.	N, E. DO REPRESENTADO		2
30 1 1 1 1 1 1 1	L	<u> </u>	D	ATA DA GAIDA DA SOCIEDADE
DIADANA OO OHMBIL	DAMA DA ENTRA DIA ME	DA NA SOCIEDADE	100	DIA TIES AND
MES MICS	" 24 <u>1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1</u>	<u>, </u>	121	
AND CHENTARIS				<u> </u>
DADOS COMPLEMENTARIES	<u> </u>		<u> </u>	
		<u> </u>	<u>.!</u>	
				أسطور المسلوبات المسلوبات
	<u> </u>	<u> </u>		
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	
		OF S PRESTABAS, NA PORA	M DA LET.	
DATA ASSUMO INTERA NEAS ASSUMENTA NEAS ASSUMO INTERA NEAS ASSUMO INTER	PONSABILIDADE PELAS BIFTIAUACI DO BOCIDADIENISTRADORIACIONI [ARIA FERREIRA]	STA GU CO (TERTIES CITAN) BLATTLER	<u>×(Odilam. I</u>	eneri-Blattler
10 / 06 / 97 ODILA A		O DA JUNTA)	DE.	
1 1 1 1 B	Ge.		<u></u>	

	TO SHE WAS A CONTRACT OF THE PARTY OF THE PA	指的特殊的外别等 的形式。			
MINISTÉRIC) DA INDÚSTRIA DO CALA		···		Man harata
DEPARTAM	D DA INDÚSTRIA, DO COMERC ENTO NACIONAL DE HEGISTR	CIO E DO TURISMO	(USO D.	(ATKUL)	≠ C
S CHEN	^{MIN} OA JUSTIÇA E DA DEFESA	S PA CIDADANIA			<u> </u>
ही JUNTA	COMERCIAL DO ESTADO DE	SÃO PAREO			[
ÿ 1	FICHA CADASTRAL - MODZ	102	F	F	MOD. 2
	UADRO SOCIETARIO / INTEGR	RANTES	1		
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA			_J	<u> </u>	
į				VIDE INSTRUÇÕEI	6 NO VERSO
\$				FOLI Iz	
NIRE DA SEDE		(USO DA JUNTA) DATA DO REQUENTO		, and	عامتها
- Car	1	on , MES , ,	N ₁ O		<u> - 11/13</u>
		. [03]		t-ADMISSÃO 2-ALTERAÇÃO 04 1 3-64IDA	
NOME COMERCIAL				4-NEDISTRIBUIÇÃ 5-BITROSANTES RE	O DE CAPITAL . MARESCENTES
DIFUSO	<u>RA NATUREZA FM LY</u>	FDA			†
C EE OU NIAE	TIPO	DE IDENTIFICAÇÃO			· · ·
i	5 16 18 16 17 \ (°6 1	2-MIRE 07 1 8	5.4.6.1.6.1		E EMITENTE
IDENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, AD	ISINISTRADOR OU ACIONISTA (ES	TE COM MAIS DE 10%) CONFORMI		<u> </u>	S _I P _I
SONIA (· -	•	e mai huçdes NO Verso		· · ·
)	REGINA AF	ARECIPAL			Sec. 1
<u> </u>	 - - - - - - - - 	1		<u> </u>	
RACIONALIDADE					•
10 BIR A IS IT IL E	I R A			DOMESTIC NO	Ежпеліол
CNURAROO		╌ ┸╌┸		11 N 5-91M	
P R IA IC IA I			0-		
Lain and Lai	THE RELEASE TO THE PARTY OF THE				100 F3
5 COMP	LEMENTO - (ANDAR, SALA, SOBRELOJA,				
		HO L	M B R A	I,	1
PARANAPA	NT 83 44	4/	us /	E.P.	-
PARANAPA	HE IN IA	<u> </u>	S, P 1		اهره
TIPO DO SOCIO/ADMINISTRADO		CARRO	CARGOL HA SOCIEDADE VI	DE TABELA NO VERRO	ا الماما
13 5 7 PESSOA JURIDICA	14 S N. 140	u 0, 2	CAHGO-2		CARGO 4
CALCIN ON PARTICIPAÇÃO PO CA	PITAL	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	d Linkson	1 1 1	
[t9] _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1 _1	<u> </u>	11617101 1010			
C. P. F. OU NINE OF HEPAESEMY	DO PREENCH	ER CHANDO SE TRATAN DE REPRESEN	TANTE		<u> </u>
20	<u> </u>	R. G. / R. M. E. DO REPHESCHT	lao I	LF. EMIT	END:
C. P. F. OU NIRE DO REPRESENTA		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		22	- · [[.
20		A. G. / P. N. E. DO REPRESENTA	i DO	U.F.EV/(TE	,
		[21]	<u> </u>	22	
TERMIND DO MANDATO		DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE			{
23		CIA MES AND	1-	DATA DA SAÍDA DA BOCIEDAD DIA MES AN	
DADOS DOMPTEMENTARIES		······································	28	<u> </u>	
					<u>.</u> [
		- - 			;
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				!!	
			<u> </u>		اً اِ
· 11_111					
DASA		·	—	<u></u>	ᅟᆜᅟᆜᆥ.
NOME	KO INTEINA RESPONSABILIZIADE PELAS É ASS:NATURA DO BOCIO AUMINISTRA	INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORM. DOCUAÇIONISTA OU DO HEPRESENTANT DE CONTRACTOR DE CONT	A DA LEI,		<u> </u>
10/06/97	SONIA REGINA APAI	RECIDA	E LEGAL.	6.	k i
,			— 		B
TR.	СE	(ATHUE AG OBS)	100		
			DE.		all and
				<u></u>	

MINISTÈRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO (USO DA JUNTA) F.C.
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FICHA CADASTRAL - MODELO 2 QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES
IDENTIFICAÇÃO DA EMPORÇA
AIDS INS I MOCCIES NO AEURO
FOLIA IF DE
USO DA JUNTA) NIRE DA SEDE O1 O 3 O 3 DATA DO REGISTRO
DIA MÉS AND 1-ADMISSÃO 2-ALTERAÇÃO 3-GAIDA 4-RENSTAIBURÇÃO DE CAPITAL 6-MICRATES REMARESCENTES
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA
C, PE OU NIRE OS 1 9 7 4 0 6 1 3 8 8 8
IDENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORME INSTRUÇÕES NO VERSO
SIAINIDIRIAI IRIOIBIEIRITIAI ILIEINICITONII DE ARAUJO
NACIONALIDADE DOMICALIO NO EXTERNOL TO R. R. A. S. M. T. R. T. P. A.
N-NO
ENDERAÇO 17 R.U.A. F.R.A.N.C.I.S.C.O. A.L.V.E.S. D.E. A.L.M.E.I.D.A.
NUMERO COMPLEMENTO, (ANDAR SALA ECONORIO DA TRATEGO
5,9,4 CENTRO
MURICIPIO
PIAIRIAINIAIPIAINE 1ΜΙΑ ΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙΙ
TIPO DO SÓCIO ADMINISTRADOR USO DA FIRMA 18 5 - PESSOA FÍSICA 18 S - PESSOA JIROGA 19 S - PESSOA JIROGA 10 S - PESSOA JIROGA
VALOR DA PARTICIPAÇÃO HO CAPITAL
18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
PREENCHER CUANDO SE TRATAR DE REPRESENTANTE
C P. F. DU NIPS OO REPRESENTADO R. G. (R. M. E. D.) REPRESENTADO U.F. EMITENTE 21 22
C. P. C. OU MARE DO REPRESENTADO
20 21 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3
TERMURO DE MANDATO DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE DATA DA SANDA DA SOCIEDADE DA SANDA DA SANDA DA SANDA DA SOCIEDADE DA SANDA
DADOS COMPLEMENTARIES-
DATA ASSUMO INTEGRA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEL NOME É ASSINATURA DO SOCIOIADMINISTRADORAGIONISTA OU DU REPRESENTANTE LEGAL.
10/06/97 SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO
(USO DA JUNTA)
Tr. DE.

JUNTA COMERCIAL DO CETAL DE SAD PAULO CENTIFICO O PROISSES HATCHES STATEMENTO SER 14.717701-8 SICACTARIA SER	E OBS STORES	ASA IN	CESP PROTOCOLO 164104/01-0
	jagoren artika ja kanala k		DEFERIDO
OUL - ANDOGRA - JUC		CADASTRADO E.R. SOROCABA	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 27 HAR 2801 ALBURTO MAGNO RODRIGUES ASBERSON TÉCNICO R.G. 0° 16.879.947-9
1	Note: Point self-corter of the	de Barrera estado	3-0-7-0:0:0:1 -:2.0
A provide an activity the second of the seco	TO A DO TO DIA LO PARTO DE LO PARTO DE LA PERSONA DE LA PE	P. L. 1.56	DETAIL 1. Ephoteory A. 2. Institution V Alexandral V Alexandral V Creat Dispatibility 2. Creat Dispatibility 2. Creat Dispatibility 3. Creat Dispatibility 4. Creat Disp
CHARLESTON THE STATE ATTRICATE M		response out of Appendix	5725U
g regentian in films therefore	se tirrat contanting to the first of the	13 3.6 0.5 4.7 9.5 1940	heisande abeurto-us
			Mal sopressayamento ne
ON WILDSHIP DISCLASSING AND	OO COTTA MARTA	maia F. Bl	ttler [23.02.2001]

Petição (4963990) SEI 01250.064106/2019-71 / pg. 20



H. R. SOROCABA

<u>DIFUSORA NATURĖZA FM LTDA</u> ALTERAÇÃO CONTRATUAL C NPJ 02:095.038/0001-10

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 27.110.352-8 SSP-SP e CPF 094.899.668-43, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holamra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SONIA REGINA APARECIDA, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 18.546.161 SSP-SP & CPF n.º 062.717.568.67. residente e domiciliado na Rua Praça do Colégio, n.º 5, no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 21.972.709 SSP-SP e do CPF n.º 197.406.138-88

residente e domiciliada na Rua Francisco Alves de Almeida, nº594, no Bairro Centro, em Paranapanema, no Estado de São Paulo

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro. solteiro, maior, empresario, portador do RG n.º 29.870.268-X SSP-SP e CPF n.º 286.992.318-06, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Resolvem de comum Acordo alterar o Contrato Social registrado na seção 15/08/1997 sob n.º 35214617652 na JUCESP da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA com CNPJ 02.095.038/0001-10, que tem sede e foro jurídico em Paranapanema, Estado de São Paulo, na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, conforme segue:

ini do Paulo

ties i dia di l'anticipa de l'anticipa de l'esperature de l'esperature de l'anticipa de l'esperature de l'espe

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

p A J

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda media, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52:795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLAUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional

CLAUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para Ter vigência por prazo indeterminado a suas atividades terão inicio a partir de 10 de Junho de 1997. Se necessário for a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLAUSULA QUINTA

A sociedade se compromete, por seu diretor e sócios, a não efetuar qualquer alteração nesse contrato, sem que para isso tenha sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos competentes.

CLAUSULA SEXTA Capital.

A Clausula Quarta do contrato anterior passa a ser como segue:

SONIA REGINA APARECIDA cede e transfere suas 1670 cotas no valor R\$ 1.670,00 para o sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro, neste ato nada mais tendo a declarar, SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO cede e transfere 835 cotas para ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar, e 835 cotas no valor de R\$ 835,00 para ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar. O valor da cotas do capital permanecem sem alterações, e assim distribuidas:

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00.

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00 SENDO ASSIM 5010 COTAS, R\$ 5.010,00.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 2º IN-FINE do decreto lei 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

PAI

in minground and the speciment of the control of th

As colas representativas do Capital Social são inalicnáveis e incaucionaveis a estrangeiros ou pessoas juridicas.

CLAUSULA OITAVA

CLAUSULA SETIMA

O Capital Social, na sua totalidade pertencerá sempre a pessoa física brasileira.

CLAUSULA NONA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora no Pais, alem dos limites fixados e previsto pelo artigo 12 do Decreto-lei n.º 236 de 28 de Fevereiro de 1967.

CLAUSULA DÉCIMA

A sociedade sera administrada pelo socio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTER, na função de Diretor-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos, relativos us gestões sociais e comerciais da empresa, pelo o que lhe é dispensada a prestação de caução.

Benedicular designation of the contraction of the c

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA

Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura no cargo, depois que a entidade se tornar concessionária ou permissionária se Serviços de Radiodifusão somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo poder Concedente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Para exercício das funções de administrador, procurador, loucutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação da natureza intelectual, direta ou indiretamente a sociedade se obriga desde já a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA

O quadro de pessoas da Sociedade será sempre constituído de ao menos 2/3 (dois terços) de trabalho brasileiros.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

Source and the second section of the second second

As cotas são individuais à sociedade que para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

As cotas não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade sem o consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder Concedente, nos termos da Clausula Quinta do presente instrumento de alteração contratual, e para esse fim o sócio retirante deverá comunicar a sua alteração à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão resolução à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão sempre preferência na aquisição das contas do sócio retirante.

CLAUSULA DECIMA SEXTA

O novo sócio declara não estar incursos em nenhuma pena que lhe impeça de exercer atividades mercantis.

Fica assim alterado o Contrato Social registrado na JUCESP Seção 15/08/1997 sob n.º 35214617.652 da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, de a presente alteração passa a fazer parte integrante, continuando em pleno vigor as demais clausulas não alteradas.

E por estarem assim justo e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 3 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, devendo ser arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Paranapanema, 19 de Fevereiro de 2001.

ρ., χ. β. λ

Control of the contro

SOCIO: ANDÉRSON, APARECIDO FERREIRA BALATTLER. Ocula maria Ferreira Blattle SÓCIA:ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER. SOCIA RETIRANTE: SONJA REGINA APARECIDA ARAUJO. TESTEMUNHAS: -- Mahazowa MARIA Y. NAKAGAWA. CONIO H. NAKAGAWA. RG.7262.603 SSPSP RG.4127.866 SSPSP

Follows by April 1980 Commence of the contract of the contract

<u></u>		 					الا		7				
l r	DE EART	ALIENTO NA	ŲSŢŖIA _L DO (SECTION OF	ris Crimeri car	200	.0		IATHUL AC CAN	12.00	F		
[C.SIGH	etahania A	CIAL DO EST	ALFEBA DA	CIDADANIA	A			•				
		FICHA (CADASTRAL	· MODELO:	2		n		F_	·····	_ MOD	.2	
IDENTIFICACI	D D4 FUE		SOCIETÁRIO,	INTEGRAN	TE6 	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		: ·		. 1 1].	
IDENTIFICAÇÃ	.О ОД СМРН	LSA .		٠.						VIDE INSTITU	JÇÕES NO VE FOLHA	ASO	100 m
٠.										<u></u>	0,10		\$
NURE DA SI	roc				(USC) - OAIA E - DIA	DOA JUHTA) DO HI G STAO MES	AVO			•		<u> </u>	
o₂ 3,5					01		ـــانــــا		<u>[4]</u>	3 3-SAIDA 4 REDISTR	io Lin Hellicko de ex Hellicko de ex	POTAL PATES	
ÖTFÜSÖ	KA NAT	UREZA (FM LTDA	``									
EPF OUN	INE _			TIPO DE I	DENTHICAÇÃO 100	nac	URNE				UF ENVI	LMIF	
∞ D ₁ 6,				<u>∞ 1</u> 2-11	IIFL	. 07	4_1_1		5,4,6,1	1611	04 S P		1
IDENTIFICAÇĂ								ÇÕES NO V	OEN:	. :	: .		
[0 S O i	I I A	REL	3, 1 <u> N A</u>	I A P	AIRIE	<u>C11.014</u>	بسيا	<u></u>	<u> </u>		تالا		
L	<u> </u>		<u>-1</u>	L_l_	 _				### ******				
NACIONALI	DADE					. 1		0		F0006	LIONOEKICA I SIU	NOTI.	
ENDENÇÇO	. * ! 			!					Warring.	 	HAC		
12		-4-		144 1				المنتقبة المناسبة		تنتثنا	: <u> </u>		
NUMERO	$\frac{1}{1}$		- (ANDARI, SALA,			BAIRINO							
L		— I—.II ·	-!!	·		النطينا ويرازز ن				<u> </u>		_ [F.
<u> </u>	<u>i</u>	 !!		 	1	ــاليكاـــ	<u> 1-1-, î</u>	, "	CEP	 <u>L.i.,,,,,</u>	<u> </u>		ě
TiPO DO SO	CIO ADVINIST SSÓA FÍSICA	RADOR		DA FIRMA S- SIM			ugo i	CARRO	DACE - VIDE TAB	ELA NO VERSO CARGO-3	Cyvic	io 4	
7 - 1 65	anticipação	: .	[14]	lu wo		15		<u> </u>	_ [7]	البا	10	니 [\$ **
[18]	T T	111	· . 	· . <u>-1</u> 1- <u></u> L	Q-	<u></u>]						
	·		<u> </u>	— PHILEFHICHER	TOWNDO SE I	: FRAIMN DG NEPRI	ESEMANTO		<u> </u>	· . · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		_ [
C. P. F. QU M	ITE DO MEPA I I I	SENTADO	. 1		R. G. / 17	N E DO HEPRE	SENTADO			[22]	OF EMITENTE		
GREOUN	НЕ DO ЯЕРЛІ	BENTADO	· :	7,	H G / P	. N. E. DO REPRE	SCNTADO	- 11			N IS EMITENTE		
26 1 1			_نا		21	<u> </u>		اسلبناب		22			
	O MANDATO	AND .		0	IATA DA ENTIRA DIA . አብር:	OA IN SOCIEDAD S ANO	it .	. 7	DATA	DA SAIDA DA S	OGIEDADE AMO	-	
23	4-4-4	لبد	5	. [24]	تلب	ــــــــــــــــــــــــــــــــــــــ		1.77	25 1	<u>الدّره ا ق</u>	7001		
PAPOS COM	UZEMENTAND L L L	8 ()	julijus Piloto								' ;; ' ,	.	
			·	The state of	- 1, 4-1		I n- I			<u>—————————————————————————————————————</u>			
						_lll	 -		-111 .		<u> </u>		
	بالثباء	# · · · ·	<u> </u>	11:1	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>				1111		
- [l. <u>!</u>	ــــاب		_	<u> </u>		
DATA DO		ASSUMATIVE NOME & ASSU	IFIA FESTONSAD	ILIDADE PELAS I CVADMINISTRAD	IMIOIMACOES XDR/ACKONISTA	9 PRESTADAS, NA OU DO MEPHESI	FORMA DA LEI MANTELLEGA			·	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	7 🔯	
19/10	/ <u>200</u> 1		REGIN				Ú,				<u> </u>		
-			·		—— (USO D/	A JUHTA)	/	DE					
T41.			11	CF.									

Peticão : (4963999) | SEL 04959 00 4400000 = 1 Petição (4963990) SEI 01250.064106/2019-71 / pg. 31

Experiences grahum agent and experience and an experience of the second and an experience of the second and and an experience of the second and are also are also as a second and are also a

	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARIAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO F.C.	7
٠.; . ;	JUNTA COMERINA CON CONTRACTOR DIVINO DE LEICHA CADASTRAL DE CONTRACTOR DIVINO DE LEICHA CADASTRAL DE CONTRACTOR DIVINO DE LEICHA CADASTRAL DE CONTRACTOR DE LEICHA CADASTRAL DE LEICHA C	
·	QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
٠.	VIDE INSTRUÇÕES NO VERSI	
	Proma	
:	OZ 3 . 5 2 1 4 6 OT O 2 O 4	
: ;	NOVE COURSES	
	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	
٠	GUF Distance	
	DENTIFICAÇÃO DO SOCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE CONTINCE) DENTIFICAÇÃO DO SOCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE CONTINCE) OF THE CONTINE OF THE C	
	IDENTIFICAÇÃO DO SOCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORME INSTRUÇÕES NO VERSO	
	DISIA, N. DIRIA RIO BERTALA LEINICITO NIL DE LA RA ULTO	
	CANCENIA (HAISE	
Ì	ENDLANCO ENDLANCO IN THE STATE OF THE STAT	7.4.2
	CORNECTIO - IANDAR, SALA SOBRELOIA, QUITHOS) BAINING.	
	MUNICIPIO	
	CERT	
	TIPO DO SOCIO ADMINISTRADON 13 B- PEBSOA FÍSICA CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABEL A NO VERSO CARGOS MA SOCIEDADE - VIDE TABLE A NO VERSO CARGOS MA SOCIED	
	VALORI DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL 18 18 18 18 18 18 18	
	C. P. F. OU WHE DO REPRESENTADO PRECIGHER QUANTO SE TRAVAIT DE REPRESENTANTE	
	20 U.C. CANTENIO	
	20 N. O. FR. OU HIRE DO REPRESENTADO	
ľ	1É ILMIRO DO MANDAIO	
	DAIA DA ENTILADA NA SOCIEDADE	
_	DADOS COUNTEMENTANTES	
-	30	
M	TA ASSURTING TO THE PARTY OF TH	
L	ASSURIO INTERIA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA FORMA DA LET PROPERTADA DE COMPANIO DE	
=	9 / 02/2001 SANDRA ROBERTA LENCIONE DE ARAUJO SAUCOLO	
۱ -	CIT (USO DA JUNTA)	
		and the same of th

COLLEGE PRESE	REZA FM LTT. 1 8 0 6 INISTRADOR OU ACIO N A P A LITERAN LEMENTO GARGAR SALA N E M A	THE OF DEAD THE OF DEAD THE OF THE COM THE CO	(USO DA JUNTA DATA DO INCEGOTO (NA MES) JENCAÇÃO DO 12	ING OUR INT. 2 9 8 7 CONFORME INST E R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	OH 1 3 3 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1 5 1	P OS SANTA	DE 3 0 4 4 O DE CAPITAL OUR EMISCHIES S, P	
EDE 2 1:4 6:1 2 COA. SORA NATION OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE SECAL ADMINISTRA PRESECA PRISE A PRESECA ADMINISTRA PRESECA PRISE A PRESECA ADMINISTRA PRESECA PRESECA ADMINISTRA PRESECA PRESECA ADMINISTRA PRESECA	REZA FM LTT. 1 8 0 6 INISTRADOR OU ACIO N A P A LITERAN LEMENTO GARGAR SALA N E M A	THE PERECUAL STREET COMES TO THE PERECUAL CONTROL OF T	MAIS DE 10%) C	ING OUR INT. 2 9 8 7 CONFORME INST E R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	A 1 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	DOUIDALO TO DE LE	ODE CAPITAL ODE CA	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
2 1.4 6.1 CHA. SORA NATI NIFE 6,9,9,2,3 AD DO SÓCIO, ADI D,E,R,S, ALIDADE A,S,I,L, COL A,N,A,P, PESSOA ADMINISTRA	REZA FM LTT. 1 8 0 6 INISTRADOR OU ACIO N A P A LITERAN LEMENTO GARGAR SALA N E M A	THE PERECUM THE P	MAIS DE 10%) C	ING OUR INT. 2 9 8 7 CONFORME INST E R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	A 1 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	P OS SANTA	O DE CAPITAL VAN SCENTES UP EMIRCALE S, P	ができる。 サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・サイン・
2 1.4 6.1 CHA. SORA NATI NIFE 6,9,9,2,3 AD DO SÓCIO, ADI D,E,R,S, ALIDADE A,S,I,L, COL A,N,A,P, PESSOA ADMINISTRA	REZA FM LTT. 1 8 0 6 INISTRADOR OU ACIO N A P A LITERAN LEMENTO GARGAR SALA N E M A	THE PERECUM THE P	MAIS DE 10%) C	ING OUR INT. 2 9 8 7 CONFORME INST E R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	A 1 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	P DOMICATO	UR EMITCHTE S, P	では、一般のは、一般ので
2 1.4 6.1 CHA. SORA NATI NIFE 6,9,9,2,3 AD DO SÓCIO, ADI D,E,R,S, ALIDADE A,S,I,L, COL A,N,A,P, PESSOA ADMINISTRA	REZA FM LTT. 1 8 0 6 INISTRADOR OU ACIO N A P A LITERAN LEMENTO GARGAR SALA N E M A	THE PERECUM THE P	DIO IF	2 9 8 7 CONFORME INST E R R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	SET STATE OF THE PARTY OF THE P	P OS TILE DOUBTALO FINANT TILE	UR EMITCHTE S, P	の一個では、一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一個の一
SORA NATI NIRE 6 9 9 2 3 AD DO SÓCIO, ADI D E R S ALIDADE A S I L CO A D A COU A N A P SOCADADMINISTMA PRISEDA FISICA PRISEDA ANTIDEA	INISTRACIOR OU ACIO NI NI PA ITIRIA LIMENTO GARGAR SALA NIE MIA	THE DE JOINE NISTA (ESTE COM 1 R E C I 1 E C	D ₁ O 1 ²	2 9 8 7 CONFORME INST E R R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	IB LIA T	P OS IT LE DOUIDATO IN S-SI N-SS	S, P	のはないでは、日本のでは
AD DO SÓCIO, ADI DERS ALICADE ALICAD ALICADE ALICADE ALICADE ALICADE ALICADE ALICADE ALICADE	INISTRACIOR OU ACIO NI NI PA ITIRIA LIMENTO GARGAR SALA NIE MIA	THE DE JOINE NISTA (ESTE COM 1 R E C I 1 E C	D ₁ O 1 ²	2 9 8 7 CONFORME INST E R R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	IB LIA T	P OS IT LE DOUIDATO IN S-SI N-SS	S, P	が受けるのとのできる。
6 9 9 2 2 3 AD DO SÓCIO, ADID E R S S S S S S S S S S S S S S S S S S	INISTRACOR OU ACIO N	NISTA (ESTE COM RECTE	MAIS DE 10 th) C	E R R E	ILIRIAI LIBIRIAI LIBIRIAI CANGORNASOCII	IB LIA T	DOUIDAIO	IRL 1	以為 是
DERS	NININIA	RECI	D ₁ O ₁ F	E R R E	I I R I A I UF S I I S I I	BLATT ITT CEN P 1.8 EDADE - VIDE TADEL	DOMICALO S. SIL	NO EXTERIOR	は他の文字の書名を表を表を見るというできます。
ALIGADE ALI	ETTRIAL STUTIOLE LEMENTO GARGAR SALA ANTEMA	SO DA FIRMA	L L L L L L L L L L L L L L L L L L L	UNHO O A A A	I B I R I A I UF I S I I CANGOS NA SOCI	LITI CEI: P 1.8.	DOMICALO S. SIL	NO EXTERIOR	おがず ()
A S I L CO A D A COU A N A P COU COU A N A P COU COU COU COU COU COU COU CO	S V I O L LEMENTO GANGARI SALA A N E MA	SOURELOUA, OUTRE	05) 64	CANGD 1	S 1	CEI: P 1 8 CEI:	7 2 01		が生まる無い変ない。
A S I L CO A D A COU A N A P COU COU A N A P COU COU COU COU COU COU COU CO	S V I O L LEMENTO GANGARI SALA A N E MA	SOURELOUA, OUTRE	05) 64	CANGD 1	S 1	CEI: P 1 8 CEI:	7 2 01		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
CO A D A COU A N A P SOCIOLADIMINISTIMA PRISEDA FISICA PRISEDA ALINIDICA	S V I O L LEMENTO GANGARI SALA A N E MA	SOURELOUA, OUTRE	05) 64	CANGD 1	S 1	CEI: P 1 8 CEI:			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
A D A COULT A D A D A D A D A D A D A D A D A D A	LEMENTO GANGAR SALA	SOURELOUA, OUTRE	05) 64	CANGD 1	S 1	CEI: P 1 8 CEI:		.0,0,0	秦 夏文章
A N A P D SOCKO ADMINISTRA PESSOA FÍSICA PESSOA AMINICA	Λ ₁ Ν ₁ Ε ₁ Μ ₁ Λ ₁	SO DA FIRMA		CANGD 1	S 1	CEI: P 1 8 CEI:		 . <u>0,</u> 0,0	10000000000000000000000000000000000000
A N A P SOCKO ADMINISTRA PESSOA FÍSICA PESSOA AMÍRICA		1 9 5 M		CAHGD 1	S 1	COADE - VIOE 1ADEL		<u>.0,0,0</u>	
SOCKO ADMINISTRA PRISEDA FÍSICA PRISEDA ARIDICA		1 9 5 M	1111		CANGOS NA SOCI	COADE - VIOE 1ADEL		<u>'o'o'o'</u>	7.5%
SOCKO ADMINISTRA PRISEDA FÍSICA PRISEDA ARIDICA		1 9 5 M			CANDOB NA SOCI	FOXOF - AFOC INDER			
PESSOA JUNIDICA	14 5	3 8.31			CARGE	3-2 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	AliGO 3	CARGO-I	
ра гаптісігаção не			2	15 0 2	18 3 (ــــا الــــا	لبنا		
	CAPITAL	1 1 1 2	15,0,5	, ,0,0		The same is			
<u> </u>			DUANDO GE TRATA	n be representa	ute	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	<u> </u>	F EMITENTS	
BERREDH DO JENK UO	NTADO		10. D. JH N E.	DO REPRESENTAL	os: I I 1	لب	22		
	<u> </u>		1	DO REPRESENTAL			,u	F ENHENTE	
OU HINE DO REPRES	NTADO		21	<u></u>	<u></u>		22		
ING DO MANDATO		ру	ÁTA DA CHTRADA N DA MÉS	IA SIOCIEDADE				KIEDADE ANO	
		24 1	10001	<u>1,0,0,1</u>		نــانــا		_	
S COMPLEMENTARES		Ali Militari Ngjara						1	
_1		<u> </u>						4-4-6	
	_ i_ i	<u> </u>							
	1	 	<u>_tl 1</u> L			<u></u>	- - - 		
		<u> </u>	<u></u>	<u> </u>	<u>. !</u>	<u> </u>	1	-:::	
 1	ASSUMO NATERNA RESPO	INSABILIDADE PELAS	SINFORMAÇÕE S PI	DESTADAS, NA FOR	MA DA LÉI NEC LÉOAL.	1.11	· ·		
102 /2024	ANDERSON	APARECID:	FERREI	RA_BIATT	1 <u>er -</u>	[Statte	<u> </u>	<u> </u>	
	:	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			lpe .	<u> </u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1.
		ÇF.		<u></u>	!				
			11.50						
portandiski si basadan darta	e de la companya de Pengangan de la companya de la comp			ve transfer		en region en esta anto	ing of the state o	in de la companya de La companya de la co	A State of the sta
average Design	naka makawa Malawa Malawa Malawa Malawa Malawa	organist ein bei			an engagement Tigan da kasar	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			
	v. Here		Philippin K						
	MING DO MANDATO MES AN DIS COMPLEMENTARES	ASSUMO INTERNALISM ANDERSON	ANDERSON APARECIES ANDERSON APARECIES CE	ASSUMA METERNA DE ASSIMATURA DE SOCIAL DA CHIRRADA DE SOCIAL DE CE DE DE COMPLEMENTA DE SOCIAL DE COMPLEMENTA DE CE DE COMPLEMENTA DE C	ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTI	ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATIPLER CE USD DA JUNTA DATA DA CHITRADA NA SOCIE LIMBE AND AND AND AND AND AND AND AN	ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTIPLER DATA MES AND AND ASSUMO INTERIDA RESPONSABILIDADE PLASIBIP CHINACÓ IS PRESTADAS MAZORIA DA LE HOME E ASSIMATURA DO SOCIONARAMISTRADORACIONISTA OU DO DEPRIE SENTANICIE LEO AL ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTIPLER DE	ASSUMO WILLIAM REPROVESSMENTATION OF ASSUMO WILLIAM REPROVESSMENTATION AND EAST ASSUMO WILLIAM REPROVESSMENTATION AND AND REPRESENTANCE LEGAL ANDERSON APARECIDO FERRETRA BLATTPLER CE 1950 DA JUNTA1 DE 22 22 23 24 25 26 27 27 28 29 29 29 29 20 20 20 21 21 21 22 23 24 25 26 26 27 28 29 29 29 20 20 20 20 20 20 20	DATA DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DRISHON DRISHON DRISHON DE SUCCESSADE DATA DRISHON DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DRISHON DRISHON DATA DRISHON DA

. §	and the contraction were the contraction of the con	
1 7 1		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE RECISTRO DO COMÉRCIO SECRETARIA DA JUSTICA É SALETAS DA MIDADANIA SECRETARIA DA JUSTICA É SALETAS DA DE SÃO PAULO B TODO MOD A JUSTICA F C	
	UNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FICHA CADASTRAL - MODELO 2 QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO	
	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA FOLIA DE DI 0 14 0 14	
	MINE DA SEDIE (USO DA JUNTA) DATA DO TICOLSTINO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS DIA	1 100
	110VE COMETICIAL 110VE 110VA 110VA 110VA	
	DIFUSORA NATUREZA FIA DID TOPO DE CONTROL D	
	IDENTIFICAÇÃO DO BÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COMMAS DE 13.7) NOME DE O O D I I L A MA A R I A FERRA	
	COMICILIO NO EXTERIOR SESTIM 11 NO END	
and the second s	ENDEREÇO	
ent year	NUMERIO COMPLEMENTO (ANIDARI SALA SOBRECGIA OLURIOS) BAIRRO	
	MUNICIPIO CANGOS NA SOCIEDADE - VIDE TABELA NO VERSO CARGOS 1 CARGOS C	
	Thing DO GÓCIQUADIANISTRADOR 13 PESGOA FISICA 14 N N. NO 15 Q 1 16 17 17 18 18 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	
	VALOR DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL 12.5.0.50.0 10 PREENCISHI QUARDO SE TRATAR DE REPRESENTANTE UE CHITERIE	
	C. P. F. OUNING DO REPRESENTADO R. G. 78. N. E. 50 REPRESENTADO 22 11 UE ENATENTE	
	CLAST OU NIFIE DO MEPRESENTADO PLO O TRINIE DO MEPRESENTADO 22 21 21 21 21 21 22 CAMA DA SAÍDA DA SOCIEDADO	
	TERMIND DO MANDATO OIA MÉS ANO 24 23 24 DATA DA SAITA	
	DADOS COMPLENGRIANES	

(* Institute	ASSUMD INTERIA RESPONSABILIDADE FETAS INFORMAÇÕES PREGIDADAS, NA FORMA DA LEI. NOME E ASSUMD INTERIA RESPONSABILIDADE FETAS INFORMAÇÕES PREGIDADAS, NA FORMA DA LEI. NOME E ASSUMD INTERIA RESPONSABILIDADE FETAS INFORMAÇÕES PREGIDADAS, NA FORMA DA LEI. NOME E ASSUMD INTERIA RESPONSABILIDADE FETAS INFORMAÇÕES PREGIDADAS, NA FORMA DA LEI. NOME E ASSUMD INTERIA RESPONSABILIDADE FETAS INFORMAÇÕES PREGIDADAS, NA FORMA DA LEI. ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER ÚDILA MA FERREIRA BLAT	
	(USO DA JUISTA) CE	

242.187/		TO, MINUS MUMIENTO REGISTRO D REPESA	TRIA E COMERCIO CA PRODUÇÃO CA COMERCINOMES OA COMOMINA DE SÃO PAULO	EXTERIOR	JUCESP PROT	0000 128/04-2
NIA SCHONORL TAPORESTA TARLO	Wizz & 1003/135			(THE POLICE OF TOCHES]
REGIM	CONSTRUCTOR CONTRUCTOR	MACAD OIL PAZAD SIGNAL AND STATE SIGNAL AND ST	ORMAGA3 12 June 17 PROPER 18 PROPER	CS2 AL 12 COSTO DE LE MANCIO COSTO DE REPLEMENTE COSTO DE REPLEMENTE FINANCIA DE LET CHARGE FINA	NG: 9.370 Seed 1	EP/) DE ("NPJ(SEDE) 2.085.038,0001-10 HUAL 26 AMARIUM 26 COMMUNICAC 27 ALTERAÇÃO 28 RECERRARIENTO 29 FARLOUTRO PAR
C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	COMADOUNO STRADA MUNICIPAL, I MIERO SE UMBUHU ARAMPANEMA MAMBANEMA MAMBANEMA 215UU	P.P.M. POMPLEMENTO BAN IERREO CAPIN MAIN DE 6 AYMA	PERTO (3/N) 3- 9(M) M HAD	% MOSTERMINE 4 DEFERMINADO	CAPITAL DA I	FMP PEGA. - MACORAL - RATE METALING SID. - STRANGERING
- Direction	de de liftyo enceudada De de liftyo enceudada	NOME AMPERSION	Agrecijos rendelis.	FIGAÇÃO DO REPRESENTAM A BLATTLER O CUPROSCO DO VERNADO DE 180	ம்பட்டு. முற்கு இருட்டிய	N70-ME

MICROPHANCEM

HOROFI A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O

Chortes Constant

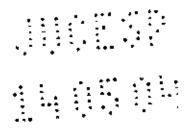
INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empressrial: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

O	BYONEHIAÇÃO ANTERIOR	
-	DATA VIETO EMIT	
Ī	EQUIE EM AMERO, PICHA (DE BREVE RELATO EANI CADASTRAL)	
6	90404 Dim 3968	The state of the s
	MOLE: MA AMERO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE EMPREBANATE PROTOCOLADO.	Sept. Sept.
	DATA VIETO DENT.	
	GEOLIE, EM AMEXO, CÓMA DE DOCUMENTO ARGUNADO	8
.	DATA VIETO EIERT.	
	одина высованорея	SKIM INVOR
:		

ESTA PÁGNIA É PARA USO EXCLUSIVO DA JAINTA COMERCIAL

MCTO-LWGEN



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ 02.095.038/0001-10 NIRE 35.214.617.652

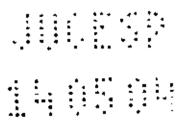
- 1. ODILA MARIA FERREIRA SLATTLER, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 27.110.352-8 SSP/SP e do CPF nº 094.899.668-43; e
- ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do R6 nº 29.870.268-X SSP/SP e do CPF nº 286.992.318-06, ambas residentes e domiciliados à Rua das Violetas nº 139, Holambra II, Paranapanema SP, CEP 18720-000.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada com a denominação social de OIFUSORA NATUREZA FM LTDA, com sede à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velho, Paranapanema - SP, CEP 18720-000, devidamente registrada na JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração sob nº 34.717/01-8 em sessão de 27/03/2001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para 03.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para adaptação à Lei 10.406 de 10/01/2002, que passará a vigorar com as seguintes cláusulas:

Cláumia 1º - A sociedade gira sob a denominação social de DIFUSORA NATUREZA
FM LTDA.

Cléurula 2° - A sociadade tem sua sade à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velhe, Paranapanema - SP, CEP 18720-000.

, ~m



Cláusula 3º - O capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil a dez) quotas, no volor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito a já integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuído entre os sócios:

ODILA MARIA PERREIRA BLATTLER

2.505 quotos

R\$ 2.205,00

ANDERSON APARECIDO F. BLATTLER

2,505 quotas

R\$ 2,505,00

Total

The state of the s

5.010 quotas

R\$ 5.010,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 4º - O objeto social é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo, e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

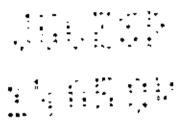
Cláusule 6º - A sociedade iniciau suas atividades em 15/08/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláumila 6º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas o terceiros sem o consentimento dos autros sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço direito de greferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Ciónsula 7º -No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar sua intenção ao remanescente com antecedência mínima de 60 (trinto) dias, devendo fazê-lo por escrito.

Ciáusulo 8º - A administração da sociedade caberá a ao sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, com poderes para representar a empresa isoladamente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas au de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imáveis da sociadade, sem autorização do outro sócio.

Hath A So m



Cláusula 9º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucras ou perdas apurados.

Cláusula 10° - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for a caso.

Cláusula 11ª - Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de rauniões au alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembléios conforme determina o ort. 1072 5 1°, 2° e 3° da Lei 10,406/2002.

Ciáusula 12º - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

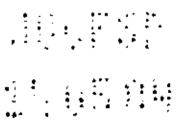
Cláusula 13º - Ambas os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de "prolabore", observados as disposições regulamentares pertinantes.

Cláusula 14º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com as herdeiros sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será opurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Porágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 15° - O sócio e o administrador declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, petita ou subarno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé público, ou a propriedade.

A & m



Cláusula 16º - Os casos omissos no presente instrumento serão regidos pela Lei 10.406/2002 a supletivamente pelas disposições aplicáveis à espécie, das quais tem pleno conhecimento todos os sócios que a elas se sujeltam, como se cada uma delas se fizesse aqui especial menção.

Cidusula 17º - Fica eleito o foro desta Comarca para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratudos assinam o presente instrumento em 03 vias na presence de 2 testemunhas.

Paranapanema, 12 de Fevereiro de 2004.

Testemunhas:

William Commence

Rg nº 41.278.886 55P/SP

Rg nº 7.262.603 55P/SP

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA CNPJ 02.095.038/0001-10 EXERCICIO 2018

I. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	
Circulante	
Disponibilidades *	0,00
Contas a receber	0,00
Estoques	0.0
Impostos a recuperar	0,0
IR e Contrib Social Diferidos	0,0
Acordos Comerciais	0,0
Fundos de Recebiveis	0,0
Despesas Antecipadas	0,0
Outros	0,0
Total do Ativo Circulante	0,0
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	
Contas a receber	0,0
IR e Contrib Social Diferidos	0,0
Impostos a recuperar	0,0
Partes Relacionadas	0,0
Depositos Judiciais	0,0
Total do Ativo Não Circulante	0,0
Permanente	
Investimentos	0,0
Agio na aquisição de Investimentos	0,0
Outros	0,0
Imobilizados	0,0
Intangivel	0,0
Outros	0,0
Total do AT Permanente	0,0
Total do Ativo	0,0

PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores de bens e serviços	0,00
Financiamentos	0,0
Debentures	0,00
Salarios e Contribuições Sociais	0,00
Prov. p/ IR e Contribuição Social	0,00
Financiamentos Compra Imoveis	0,00
Alugueis a pagar	0,00
Dividendos e Juros s/ Cap. Proprio	0,0
Outras Obrigações	0,00
Total do Passivo Circulante	0,00
Não Circulante	
Exigivel a Longo Prazo	0,00
Financiamentos	0,00
Quotas do Fundo FIDC	0,00
Debentures	0,00
Imposto e Contribuição a Recolher	0,00
Prov. p/ Contigencias	0,00
Total Exig LP	0,00
Patrimonio Liquido	
PL	0,00
Capital Social	5.010,00
Reservas de Capital	0,00
Reservas de Lucros	0,00
Lucros Acumulados	0,00
Total PL	5.010,00
Total do Passivo + PL	5.010,00

II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

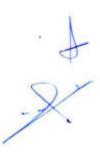
RECEITAS OPERACIONAIS	1



Receitas de Serviços Prestados	0,00
Contribuições e Doações Voluntárias	0,00
Ganhos na Venda de Bens	0,00
Rendimentos Financeiros	0.00
Outros Recursos Recebidos	0,00
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	
DESPESAS OPERAÇIONAIS	
Administrativas	
Salários	0,00
Encargos Sociais	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Aluguéis	0.00
Serviços Gerais	0,00
Manutenção	0,00
Depreciação e Amortização	0,00
Perdas Diversas	0,00
Outras despesas/receitas operacionais	0,00
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

luxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recursos Recebidos	
Próprios	0,00
Rendimentos Financeiros	0,00
Outros	0,00
Pagamentos Realizados	
Aquisição de bens e Serviços	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo	0,00



Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00
Outros Pagamentos	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Superávit (Déficit) do Período	0,00
Ajustes por:	0,00
(+) Depreciação	0,00
(+) Amortização	0,00
(+) Perda de Variação Cambial	0,00
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	0,00
Superávit (Déficit) Ajustado	
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	
Mensalidades de Terceiros	0,00
Atendimentos Realizados	0,00
Adiantamentos a Empregados	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00
Recursos de Parcerias em Projetos	0,00
Tributos a Recuperar	0,00



Despesas Antecipadas	0,00
Outros Valores a Receber	0,00
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	
Fornecedores de bens e serviços	0,00
Obrigações com Empregados	0,00
Obrigações Tributárias	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	0,00
Recursos de Projetos em Execução	0,00
Outras Obrigações a Pagar	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00

III. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2018

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 31.12.20x0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maximentação do Período					



Saldos finais em 31/12/2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	0,00			0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição		0,00		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,00		0,00
Superávit / Déficit do Período				0,00	0,00

Paranapanema, 13 de novembro de 2019.

PP.

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER

SOCIO ADMINISTRADOR

JUNIOR SUFO, IMAI

CRC - 1\$P235061/0.9

CPF 117.780.238/43

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA						
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.095.038/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		DATA DE ABERTURA 15/08/1997			
NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA FM	LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO *********	ME DE FANTASIA)		PORTE ME			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADO 60.10-1-00 - Atividades de r						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDA Não informada	ADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURE 206-2 - Sociedade Empresá						
LOGRADOURO EST MUNICIPAL PPM 156		NÚMERO COMPLEMENTO				
	RRO/DISTRITO IPIM VELHO	MUNICÍPIO PARANAPANEMA	UF SP			
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARIOLUIZNAKAMURA@H	OTMAIL.COM	TELEFONE (14) 3713-2222 / (14) 3713-16	687			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL *****	(EFR)					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ITA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 3/11/2005			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL						
SITUAÇÃO ESPECIAL *******			ITA DA SITUAÇÃO ESPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/06/2019 às 10:24:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:04:07 do dia 05/08/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/09/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.095.038/0001-10

Razão Social:DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

Endereço: R DAS VIOLETAS 139 0 / HOLAMBRA II / PARANAPANEMA / SP / 18720-

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/12/2019 a 04/01/2020

Certificação Número: 2019120604093850343999

Informação obtida em 12/12/2019 08:55:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.095.038/0001-10

Certidão nº: 179029614/2019

Expedição: 05/08/2019, às 11:18:30

Validade: 31/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA**(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n°

02.095.038/0001-10, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores

Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

			IDE	NTIFICAÇÃO					
Nome da	Pessoa Ju	rídica:	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA				ridica: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA		
CNPJ:	02.095.0	38/0001	1-10 CEP da sede: 18720-000			-000	0		
Endereç	o da sede:	ESTR. PARA	ADA MUNI NAPANEMA,	CIPAL PPM SP	156,	S/N,	CA	PIM	VELHO,
E-mail d	e contato:	mather	ıs.novaalvorad	la@gmail.com					
Serviço a ser renovado: (X) Radiodifusão sonora		(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais				ılada			
			() Radiodif	usão de sons e in	nagens				
Período a	la renovaç	ão:	19/07/2020 a	19/07/2030					
Localida	de da reno	vação:	o: IACRI UF: SP			SP			

Eu, ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, inscrito no CPF sob o nº 286.992.318-06, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

A

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1





diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1°, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

PARANAPANEMA, 15 de JUNHO de 2020.

Assinatura do representante legal ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER CPF nº 286.992.318-06

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA

- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica ART.

1

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 3

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Nº DO PROTOCOLO SEQ. DOC. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC JUCESP PROTOCOLO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DELESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 360547/97-7 6670 N. L. R. SINGULAR MATRIZ Z 46 A T.A FILIALD ശ JUNTA COMERCIAL DO >--81 ESTADO DE SÃO PAULO HERN ANI DE SOUZA LEMES A JUNTA COMERCIAL DO ESTA LTDA R.G. nº 2.681.458 NÚMERO DE GGC (BEDE) 1461765 Х зималю ATOS ALTERAÇÃO Х а сонятичейо сонтныю TRANSFORMAÇÃO SUCESSÃO ø ARCHTURA U TWANSFERÊNCIA DE SEDE обравочности ARGUIVAMENTO ATA sdcio/gerente/pateton ALTERAÇÃO ENQUADRAMENTO - NE rus⊼o arguivamento Jornal W ENCERPAMENTO CAPITAL CESENGUADRAMENTO-ME CISĂU TOTAL OUTROS A GUTHOS BAIXA (D:STAATO/ENCETARAMENTO) CISÃO FARCIAL DOMICÍLIO / ENDANSCO corrida nome comercial (renominação du razão bodial) , N, A, T, U, R, E, Z,ENERGESBÃO FANTABIA AUR D, A, S <u>139</u> CODICO FOCATIONDE KUNICIPIO A V A R E GEP TELEFONE 1 18 17 12 15 10 10 10 1 $S_{i}P$ mais die 10 atrymades 7 PPAZO DIRAÇÃO CAPITAL DA EMPRESA 2 POPTEMBER SO: BASA DO TERNINO 10.00 CAPITAL ASERTO (S/A) Erra Erros Proces VALOR OD CAPITAL DAYA INICKO ATIVIDADE οξρέμμε Αυτοπίζας Λο 第1,010,619,7 N L USO DA JUCESP DATA DO REGISTRO QUANTIDADE DE FILIAIS ADERTAS NESTE COGUMENTO : Nº DO ÚLTIMO DOC. QUANTIDADE DE FILIAIS ENCERNADAS HESTE DOCUMENTO : EMPRESA JA POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? ENCUPERAMENTO- ME DESENQUACHAMENTO - NE VALORES RECOLHIDOS NOME CAMP, FILE TO FINA · No. Maryle, No. - Company . 梦 · DOC 45 PH 55(FAD) 20 · H · No. Galler 115

位于1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年, 1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1

DENOMINAÇÃO ANTERIOR	······································			
- ALTONOMY OF THE LEGICAL	: ·			
				C)
	· · ·			Ű
				10 1-
DAYA VIBTO	10ENT.			€3
	- 10EN1.			
SEGUE EM ANEXO, FICHA DE GREVE	RELATO.		And the second	e. a.
		1. 1.1		(t)
		A 100 PM		and the first of the second
				E
OTEIV ATAG	106%7.			2.0
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO C	ADASTRO DE	•		
	. REFERENTE			. Tagir
до раввенте раоросоцию.			11. 45 July 1 30 1 1	180
1 / 1 / -				/#
1385° 1 2	0761~~		1.4 W	15
BATA VIBTO	IDENT.		. •	
		er er er er er er er		IS :
SEGUE, EM ANEXO, CÓPIA DE DOCUMEN	TO ARQUIVADO.			14
		2		
				The same
			Q -	
DATA	IDENT.			
			V	Market Commence
OUTRAS INFORMAÇÕES				
			橙豆菜菜 医线线的	
			Material Language Space	in the colour way graff
				
	→			
子 (1) x (1) x x (2) \$1 \$16.00 x				
				4. 1. 2. 2. 2. 2. 2. 2. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4. 4.
			特性 国际外心体	
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		· (1) (1) (1) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2) (2	
NIJCLEO DE CADASTRO - ECN	The second second			Company of the second
NIJCLEO DE CADASTRO - FCN			GARANTA LIA	
and the second of the second				
				ing paggarang ang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang pang Panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang panggarang
		j 19 M (#		
		market market		
	mining the first terminal to the second			
			A Company of the second	
		. r		
		9.00		

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PP0100010 \$£0.000, SECRETARIA NACIONAL DE DIRLITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO MACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DARC JUCESP PROTOCOLO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA 355479/97-7 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ŝ \Diamond N. 1. R. a S SINGULAR MATRIZE JUMINICOS W. ESTADO ÉL PA FILIALD 08_000 1997 REPARTEDO A.G. of 3 075,053 A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO KMEAD DE CGC (SERE) NÚMERO DE UNIO (BEDE) ORBINATIO X SUMARIO ALTERAÇÃO ATOS U ABERTURA BUCESSÃO тплистовнасло CONSTITUIÇÃO/CONTRATO ALTERAÇÃO ARQUIVALIENTO ATA INCORPORAÇÃO TRANSFERÊNCIA DE GEDE ENCERRAMENTO CAPITAL ARGUIVAMENTO JORNAL rusão ENGUADRAMENTO-ME -OUTROS CISÃO TOTAL ā DOMESTICAL DISCOURSE CISÃO PARCIAL E BOSTA (DEROTOPENTENTE) OLIT ROS ELECOMENT (DENOMINACYD ON HYNYD COCINT) ESTIFUSORA NATUREZANIE , 1, 3, 9 A, V, A, R, É 1,8,7,2,5,0,0,0 CHRITAL DA EMPRESA оломии отдеч MAISTIE 10 ATMENUES ? ATIVICADES 2 | I | I | STEER OF BLACK 92.2175 Marine Inc. DAYA OU TERNINO CAPITAL AMERITO (5/A) VALDR DO CAPITÁL N N DÁÇAŞIROTUA BONBOBO Berniyita Diskin ataq N 12 USO OA JUCCSP Nº DO (ELTIMO DOC. ARQUIVADO QUANTIDADE DE FILIAIS ABENTAS NESTE DOCUMENTO QUANTIDAGE DE FILIAIS ENCERRADAS NESTE DOCUMENTO EMPRESA JÁ POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? DESENQUADRAMENTO - ME ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER VALORES RECOLHIDDS TOER $4_{1}2_{1}\cdot 10_{1}0$ Blattle 10.06.97 ранр

INFORMAÇÕ	ES E DESPACHOS		.]
	;	. 1	.
DENOMINAÇÃO ANTERIOR~		A	
	exice	1014	C
	EN LOB!	6 m 1 a 10	
1 1	F. W.	•	
OATA VISTO IDENT.		-00 CM131	allo
SEGUE EM ANEXO, FICHA DE BREVE RELATO	pon visto dentificação 01318 e fec socição	CALL COUNTY	7.
"	(1.0.0)	normal -	· [
.(<i>)</i>	demipory	يت المام الم	-
DATA VISTO IDENT	DAB 2 EC	12)	,
DATA VISTO IDENT.	Charles !		A 46
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE	00		
AO PRESENTE PROTICOLADO	1 00 1 00 1 00 1 00 1 00 1 00 1 00 1 00	o /	
2001 Il day	The state of the s	\bigcirc	177.37
CALLO IT A TOUR	EST WATE	The second of	
DATA VISTO IBENT.	L COLOR	HECO	7.
SEGUE, EM ANEXO, CÓPIA DE DOQUMENTO ARQUIVADO.	ANA TANTAK TO COTICO OF ANA TANTAK ANS OF SO OF		
	14 14 MAIN 18 00 10 15 000		
	A BG T		را '' ا
DATA MISTO IDENT.		\$	3
CUTRAS INFORMAÇÕES	4		5
	0-	3	1

			1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
and the state of t	€aga in wilangkangk		
			4
			4.5
[vali de deli		
NUCLEO DE CADASTRO - F C N		Gladia A. P. Bark	
		andreas (1965) Paragraphy (1965)	ا در ده شاخل :
			·
			1 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·



CONTRATO SOCIAL

Kirolika algo reacotristi indigizationi

Os abaixo assinados:-

ODHLA MARIA FERREURA RLATTLER, branileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 27.110.352-8 SSP-SP, o CPF nº 094.899.668-48, residente e domiciliado à Rua das Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo;

SONIA REGINA APARECIDA, brasileire, casada, empresária, portadera do RO. nº 18.546.161 SSP-SP, e CPF nº 062.717.568-67, residente e domiciliado, à Praça do Cológio, nº 3 no Bairro Heiambra II, em Paranapanema Estado do São Paulo;

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 21.972.709 SSP-SP, e CPF nº 197.406.138-88, residente e demiciliado, à Rue Francisco Alves de Almeida, nº 594 - Contro, can Paranapamenta, Estado de São Paulo;

têm entre si, justo e contratado, a constituição de uma sociadade por quotas de responsabilidade limitada, do acôrdo com as Leis vigentes no país e que será regida pelas chausulas deste Contrato Social de Constituição, que mutuamente aceitam e outorgam, como en segue:

CLĂUBULA PRIMETRA DENOMINACĂO, SEDE E FORO JURÍDICO

Fica constituida a sociedade por quotas de responsabilidade limitada "DINUSORA NATUREZA FIM LIDA", que tem sua sede e foro jurídico em Paranapanema Estado de São Paulo, à Rua Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, podendo constituir e extinguir filiais em todo território nacional, respeitando a legislação em vigor aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA REGUNDA OBJETIVO SOCIAL

O objetivo da sociadade será atividade de Radiodifiusão, (Radio-FM).



MARKOW MEDI

· 高量·man char 19

Commence of the control of the contr

ardines and them of the control of t

10 (10 may 1 may 1 minute & roun of employing and a substantion of many 1 may 1 many 1 may 1 may

ON THE STATE OF THE PROPERTY OF THE STATE OF

CLASSIE ASKORAM

The topping at the Hall of Hall was an in the state of the

CLÁUSULA TERCEIRA PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo seu inicio na data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA OUARTA CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, inteinmente integralizado e realizado em dinastro, é do R\$ 5.010,00 (Cinco mil e deis reais), dividido em 5.010 (cinco mil e deis) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Flum real) cada uma, assim distribuidas entre os nócios quotistas no sio:

ODILA Mª FERREIRA BLATTLER	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SONIA REGINA APARECIDA	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SANDRA ROBERTA L DE ARAUJO	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
TOTAL.	5.010 quotas	R\$ 5.010,00

§ ÚNICO: Nos termos do Art. 2º In-fine do Decreto Lei 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, a responsabilidade de cada sécio será pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA ODINTA ADMINISTRACÃO E GERÊNCIA

A gerência e comunistração da sociadade, será exercida por todos os sócios, em conjunto, os quais ficam investidos na função de gerentes, cabendo-lhes a representação Ativa e Passiva, Judicial ou Extrajudicial da sociadado.

CLÁUSULA SRXVA UBO DA RAZÃO SOCIAL

O direito de uso da razão social, compete a todos os sócios, sempre em comjunto, ficando, todavia, vedado o uso para fins estranhos à sociedade, bem como proibidos de empregá-la em fianças, avais, ou qualquer título de valor.

§ UNICO: O sócio que infringir esta proibição, fica individualmente responsável pelo compromisso contraido.



CRACE STREET

en eine ber beite beite beiten bereite beite bei

100 mm (100 mm) (100

TAKEN A PROPERTY OF

रहा of sectoristics and standing of the parties of the following the sectorist of the sect

Control (III) Sample Lived Control (III) Con

W

A STATE OF THE PROPERTY AND THE PARTY OF THE

properties and second

la di particular di distrista sult la 16 mangan di Lacias di Claco, discussible a politi di tratta di Francia Frigina findicioni di Standaria a primi di proprio edizio di adopti lla assimanca peri fi

ATANAMATRACAMINA

manufacture regione rest minute me a muse estadouname o los grande describe en me estado de la constitución de la constitución

11/23/ 6 110 162) 128/16 26/ 74/26/10

the suggest to the second of the London second second of the second seco

the process of a complete fault and the last and the second and th

CLÁUSULA SÉTIMA RETIRADA E PRO-LABORE

Os socios que participam da administração e gerência, terão direito a uma retirada mensal a título de Pro-Labore, a ser estipulada de comum acordo entre si, dentro dos limites permitidos pala Legislação do Imposto de Renda vigente.

The proceedings the first for the first of the process of the first of

CLĂUSULA OITAVA TRANSFERÊNCIA DE OUOTAS DE CAPITAL

Nonhum dos sócios poderá coder, transfesir, alienar ou dar em gazantis anas quotas de capital social a terceiros, som o expanso consentimento dos cumos sócios, que terão amegre em son favor o direito de preferência na aquisição das quotas que forem objeto de transferência. É livre, entretento, a movimentação das quotas entre os sócios.

CLÁUEULA NONA FALECIMENTO DE SOCIO QUOTISTA

No caso de falecimente, ou impediamento definitivo de um dos sécios, a sociedade poderá ser dissolvida ou não, ficando a critério dos sécios remenescentes e dos herdeiros do falecido o poder de decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA CASOS OMISZOS

Os cosos emissos neste Contrato Secial, serão regulados ou resolvidos de acôrdo com as disposições legais vigentes que regulam as sociedades civis por quotas de responsabilidade timitada.

Oz sócios declaram que não estão incursos em menhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade comercial.

E, essim justos e contratados, essimem o presente instrumento particular de contrato social, em 03 (trois) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os devidos fins e efeitos de direito.



《然注的包含工程组织法》 where the fresh trees of alternative fresh the fresh the fresh the fresh the property of the fresh the fre nicht entre geleite geleine aber die feligiegen der Walterpried von der Jackster ab gemind besonnen abereite d हिन्दिहरू विकास की नारकारी के नारकार की किला का किला है की साम किला है की साम की The first familiar the steps with the work for Shancing a course of colony of a course with with the coand the second second to the contract of the second o de la constitución de diferencia de la contrata de la contrata contrata de la contrata de la contrata de la c To come de intermedia en incominar distinction de consecutivo de como de propertional designation of the contraction of the solly engineers and stopped to so to do by the observation and find only a decreasing of the District Council Council PHY CHALLES AC

The Land of the Control of the Manual of the State of the Control of the Control

THERE IS A SECOND CONTROL OF THE SECOND SECO

the property of make a practically large and the parties of the property and the contract of the

the Literature, on marries in the course of months of the best and a second state of the

inne kan din sing nin mbakan mengunian yan din berkepan ing mengan ing din din sing sing mengunian din panjang mengunian din berkepang

Programme and the second

Admini Takat himselest

distribution of the comments of the property of the second of the

्रात्रां कर १८ वर्षा वर्षा वस्त्रात्रात् स्वर्णात् स्वर्णात् स्वर्णात् स्वर्णात् । स्वर्णात् वर्षा

SEI 53115.000765/2020-71 / pg. 13 Petição (5632453)

Paramapanema-SP, 10 de Junho de 1.997.

Odila maria FERREIRA BLATTLER

SONIA REGINA APARECIDA

(Emendes

SANDRA ROBERTA L'ENCIONI DE ARAUJO

TESTEMUNITAR

ROCHERO THE UNCIO DA SILVA BON 13.642.757 SSP-SP

ALIPIO PASCHOAL RG Nº 7.229.353 SSP-SP "ADVOGADO"

05WALOU AFMAD 068-98-39.276



TO THE RESIDENCE OF THE PARTY O

terna de la compresa The same of the sa The state of the s Actorday, and a to the ra di an primara da popular de primar di gira di SALECTORY STREET KRIBAKKAMININI TUNUKANI PARTITION THAT MAY dodoveka opula. Podas sobota se se

MINISTERIO DA BIDUSTRIA, DO COMPRICIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO INCIDIO. LE DE RESISTRO CO COMERCIO. SECRETARIA DE LA DE PERSONA DE LA DEPERSO DA CIDADANIA JUNTA CODUNA SE LA DEFESA DA CIDADANIA JUNTA CODUNA SE LA DEFESA DA CIDADANIA JUNTA CODUNA DE PROCESO DE PRO	MODITION OF THE PROPERTY OF COLORISMO DE COMPRISO DE COLORISMO DE COLO	(ATMUL AC OBL)	FC
RICHA CAMPATRIAL - MODELO T DATOS DA EMPRESA ILTDA INCIDIO DO PROTOCOLO INCIDIO DI PR	AUSTRIC COMPRISON OF COMPRISON PRODUCTS OF C	MINISTERIO DA INDÚSTRIA. DO COMERCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO	
PRICE CONFIDENCE OF PROPERTY AND A PARTY IN THE TATALE OF A PARTY IN THE SECUROPRO CONTROL OF A PARTY	PICHA CARASTRIAL MUNICIPAL	HINTA COMERCIAL DO ESTADO DE SASTADA	
LTDA SOURCE DE PROPINCO SINCE DE PROPINCO	THE DENTIFICAÇÃO LIDA LIDA SECONDADA AMPRA DISTRIBUTION DE ALAMPRA	FICHA CADASTRAL - MODELO .	E INCOMICAES NO VERSO
ELTDA SECONTROCCO SECONTROCCO	ENTRECADED MANUSCACO STATISTICA DE SANCIONO SANCIO DE MANUSCACO SANCI		FOUIA
POLICIO DA ANTANA POLICIO DOS PRODOCCIO SI S	MINISTER DE CONTROLO	01 - IDENTIFICAÇÃO	
TOURIDE DE ABRIEND CORRESPOND COR	PROCEDURA DIVISIONAL DI CONTROLLA DI CONTROLLA DIVISIONAL DI CONTROLLA		
TO ADVISOR DO COMPTIAN SEAS SOMETIONS DUTING THE COLOR ANNOLOGY OF STANDARD COMPTIAN SEAS SOMETIONS DUTING THE COLOR ANNOLOGY OF STANDARD COLOR ANNOLOGY OF	ENDIGO DE JUSTA WENT OR ALMYN HORSTON ER RECENTO STATE ENDIGO STATE ENDIGO STATE ENDIGO STATE ENDIGO STATE ENDIGO STATE NO. 1879 STATE STATE OR STATE AND STATE OR STATE OR STATE ST	NUMBERO DO PROTOCOLO	
DIAD PROCESSOR DA SUPERA DE CONTRE D	DIAD RAMPO DIAD RESIDENCE DIA	(USO DA JUNTA)	<u> </u>
RESCRIPTION OF THE STATE OF THE	RESIDENTIAL REPORTED TO SET MAN CONTROL OF THE PROPERTY OF THE	(USG DA JUNTA)	(USO DA JUNTA)
MORRISO DO COSTARA IN A FULL IN ELECTRON OF CONTRACTOR OF	TO ATVICADE E CONTINUADE SOLUTION OF THE STOLUMENTO CATUAL SOLUTION OF THE STOLUMENT	NUMERO DE RECISTRO	from the second of the second
NOMERIC DO COLO ORDER	NOVERNO DO G. G. ORRORA ORRO	190Mg 40Mg 40Mg 11 M 12 Mg	
DEFENDING DE CAPITAL SERVICIONADO, PER CAPITAL PRIMITAL MUNICIPIO COMPREMENTO (ANDAN, SIALA SOSPIELOJA, DUIPODS) HOLLA M. B. R. M. J. J. MUNICIPIO ALVIAIRIÉ COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES COCATIVIDADES COCATIVIDADE 19 . MAIS DE SATIVIDADES COCATIVIDADE 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SAT	OCHE NOMERO DO COAD CONTRACTOR CATURAL CORRESPONDENCIA AREA SOSPICUA DUTINOS HOLD A MES POLICIA DE SENTICIO DE ESTADEL COMENTA AREA ANDRO COMPANIA AREA SOSPICUA DUTINOS HOLD A MES POLICIA DE PROMOCIO CON ATVINDOS COO ATV		
DEFENDING DE CAPITAL SERVICIONADO, PER CAPITAL PRIMITAL MUNICIPIO COMPREMENTO (ANDAN, SIALA SOSPIELOJA, DUIPODS) HOLLA M. B. R. M. J. J. MUNICIPIO ALVIAIRIÉ COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADES COCATIVIDADES COCATIVIDADE 19 . MAIS DE SATIVIDADES COCATIVIDADE 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SATIVIDADES 11 . MAIS DE SATIVIDADES 12 . MAIS DE SATIVIDADES 13 . MAIS DE SATIVIDADES 14 . MAIS DE SATIVIDADES 15 . MAIS DE SATIVIDADES 16 . MAIS DE SATIVIDADES 17 . MAIS DE SATIVIDADES 18 . MAIS DE SATIVIDADES 19 . MAIS DE SATIVIDADES 10 . MAIS DE SAT	OCHE NOMERO DO COAD CONTRACTOR CATURAL CORRESPONDENCIA AREA SOSPICUA DUTINOS HOLD A MES POLICIA DE SENTICIO DE ESTADEL COMENTA AREA ANDRO COMPANIA AREA SOSPICUA DUTINOS HOLD A MES POLICIA DE PROMOCIO CON ATVINDOS COO ATV		
DOLLA MASSING DE COMPLEMENTO (ATUAL) 12. ENDERRECO DO ESTABELECIMENTO (ATUAL) 13. RI ILI A I DIA IS IVIT LO ILI E IT IA IS INAMINANO 14. RI ILI A I DIA IS IVIT LO ILI E IT IA IS INAMINANO 15. PI I I I I I I I I I I I I I I I I I I	02 - ENDEREÇO DO ESTASELECIMENTO (ATUAL) 103 - ENDEREÇO DO ESTASELECIMENTO (ATUAL) 104 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 105 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 107 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 108 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 102 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 103 - ATVINDADES 104 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 105 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 106 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 107 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 108 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - ATVINDADES 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - ATVINDADES 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 103 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 104 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 105 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 106 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 107 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 108 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 103 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 104 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 105 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 106 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 107 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 108 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 109 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 100 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 101 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 103 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 104 - CORRADOURO (PUÍA, MISTON, ETC) 105 - C	INSCRIÇÃO ESTROMA	
82 - ENDEREÇO DO ESTASPLECIMENTO (ATUAL) (CORRADOUND CRUI, AMENDA, ETC) (I) RILLIA I DIALS I VIII O IL E TIALS I NUMCHO CONNYEMENTO - (ANGRA SALA SOBRELOM, DUPOS) ATUIDADES CONNYEMENTO - (ANGRA SALA SOBRELOM, DUPOS) (I) S. P. II S. 7, 2; 5 - () O; O; O ATUIDADES CONNYEMENTO - (CON ATURDADE - (CON	02 - ENDERECO DO ESTABELECIMENTO (ATUAL) LOGRADOURO (PUR, AUENDA, ETC.) 12 RILLIA I IDIALS I VITIO IL IEITIA IS NOMERO COMPRIDENTA (MANDAN, SAA SOSPIELOM, DUPODE) HO LA M.B.R.A. IL I. MICHOEMPO (S. P. I. S. 7, 2, 5, 0) 0, 0 ANUNCIPIO 33 - ATIVIDADE E CONOMICAS (CAPITAL/INFORMAÇÕES COMPLÉMENTARES COO ATIVIDADE COO ATIVIDADE COO ATIVIDADE COO ATIVIDADE COO ATIVIDADE 10 SP. 21 S 7, 25 5 0 0 0 0 MAIS DES ATIVIDADES COO ATIVIDADE 11 N. N.O. CAPITAL VALDE DO CAPITAL S. S.M. D. RECONDADIAMENTO COMMINISTRATE ACO POTRE ELIGIBERA PEO, POTRE ELIGIBERA PEO, POTRE S. S.M. D. RECONDADIAMENTO COMMINISTRATE ACO COMMINISTRATE ACO POTRE S. S.M. D. RECONDADIAMENTO COMMINISTRATE ACO COMINISTRATE ACO PO		1-1-1-1-1-1
CORRESPONDED CONSTRUCTION AND AS SALA SOBIELOUS, DUTIONS BARRING LAST SALA SOBIELOUS, DUTIONS CO. ATTIVIDADE LAST SALA SOBIELOUS, DUTIONS SALA S	TOGRADOUR COMPLEMENTO, LANGAR, SALA SOBRELOJA, DUTHODE NUMBER: N		
NOMERS COMPRESSION CANDAR, SALA SOSMELOJA DUTROS HOLLAM BRA III MINICIPIO MINICIPIO A. V. A. R. E. I. 33. ATIVIDADES ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COO. ATIVIDADE VALOS DO CAPITAL VALOS DO CAPITAL PERALZO DE DURAÇÃO MICHOSAMPESA MICHOSAMPE	NOMERO NOMERO NOMERO NOMERO COMPLEMENTO (ANDAR, SALA SOBRELOM, DUPODE) HOLLAMBRA IL SER CEP. SEP. 1 8 7, 2 5 - 0 0 0 0 ALVIAIRIÉ. MICHODAMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COCATIVIDADE COCAT	02 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO (ATUAL)	
MUNICIPIO ATVIDADES ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES OD. ATIVIDADES ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES OD. ATIVIDADES ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COM ATIVIDADE 19	MUNICIPIO ALVIAIRIÉ ALVIAIRIÉ ALVIAIRIÉ ALVIAIRIÉ ANA PRA ALVIAIRIÉ ALVIAIRIÉ ANA ASSINATURA CO DOCUMENTO DO	\mathbf{F}^{-1}	
MUNICIPID S. P. 1, 8, 7, 2, 5 O O O O O O O O O O O O O O O O O O	MUNICIPIO ALVIAIRIÉ OS-ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES OSO ATIVIDADES OSO ATI	TI TI	
MAINTENDED 39. ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COO. ATIVIDADE COO. ATIVIDADE COO. ATIVIDADE 10 9P. 23+5 18 COO. ATIVIDADE 11	ATVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 03 - ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES COOL ATIVIDADE 10 99 . P1 + 5	1 1 1 3 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
A T V A R E E STINISADES 03 - ATIVIDADES ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 040 - ATIVIDADES COO ATIVIDADE 15	A IV LA RIE 03 - ATIVIDADEB ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 04 - ATIVIDADEB ECONOMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 05 - ATIVIDADE COO ATIVIDADE 15 16 18 18 19 19 19 19 19 19		
O3-ATIVIDADE ECONOMICAS/CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARIES COO, ATIVIDADE COO, ATIVIDADE COO, ATIVIDADE COO, ATIVIDADE TO DATA DA ASSINATURA DO DOCUMENTO OLD RECISTRO MAIS DE SATIVIDADE TO DATA DA ASSINATURA DO DOCUMENTO OLD RECISTRO CAPITAL C	OSA ATIVIDADES ECONOMICAS (CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARIES COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COD ATIVIDADE CATALIZAÇÃO DA CALIZAÇÃO DA DA CALIZ	AIVIAIRIE	i.
OOO ATMENDED 19 9P. 27 + 5 14 WALDA DO CAPITAL VALUE DO CAPITAL VALUE DO CAPITAL VALUE DO CAPITAL SOLID O O DO D	TARE SECUNDARIO 19 92 97 14 14 15 14 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15	03 - ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	[] (S - 20m
VALDE DO CAPITAL 18 19 19 10 10 10 10 10 10 10 10	CAPITAL TO A - ALTERADO TO A - ALTERAD	COO.ATMENDE INC. AND ADDE INC. AND ADDE	DATA DA ASSINATURA DO DOCU-
VALOR DO CAPTAL 19 19 10 10 10 10 10 10 10 10	MICROSAPREDA FRAZO DE DURAÇÃO MICROSAPREDA FRAZO DE DURAÇÃO MICROSAPREDA S. SIM S. D. DECENDARAMENTO D. DECENDARAMENTO D. DECENDARAMENTO D. DECENDARAMENTO D. DECENDARAMENTO S. SIM S. SIM S. SIM S. SIM S. D. DECENDARAMENTO	CAPITAL LITERADO 51	1 tex 1 Mes 1 mes
FRAZO DE DUPAÇÃO MICROEMPRESA S. SIM S. SIM S. SIM S. SIM S. SIM D. DESENDADRAMENTO S. SIM D. DE	FRAZO DE DUPAÇÃO PRAZO DE DUPAÇÃO S. SIM S. SIM S. SIM D. DECENDUADRAMENTO D. D	VALDA DO CAPITAL 5,01,0,0,0 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	SUMPERA PEO, PORTE
PRAZED DE DITIONARIO 22 2 12 - INCETERMINADO 23	PARA DO LEGISTRO NOME SECUNDARIO 23 S. SIM 24 D. DESCRIPTION DE LA DESCRIPTION DE LA SENIO INTERNA DESCRIPTION DIA MES AND NOME SECUNDARIO 25 S. SIM 26 D. DESCRIPTION DATE. 10 OG / 97 ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER (USO DA JUNTA) NUMERO DE REGISTRO NÚMERO DE REGISTRO	MICROEMPRESA MICROEMPRESA SIM	T-1 IE-ENOUADRAMENTO
ASSUMO INTERNA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALEI. 10 06 97 AND ODILA MARIA PERREIRA BLATITLER (OLIA TRANSPORTO DIA MÉS AND NIGE SECUNDARIO) NIGE SECUNDARIO NIGE SECUNDARIO NIGHE SECUNDARIO NIGHE SECUNDARIO NUMERO DE REGISTRO	ASSUMO INTERNA DESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI. 10 06 97 NOME E ASSINATURA DO DEPRESENTANTE LUGAL DA EMPRESA. ODILA MARIA FERREIRA BLATITLER « Ocula maia Junea Blatum DIA MES AND NOME SECUNDARIO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO 28 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	12 NOCETERIVINADO 23 S. SIM 24 D. DESCRIDADARAMENTO L. N. NO.	
10 06 97 ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER COMPRENDANO POR MES AND DIA DIA MES AND DIA MES AND DIA MES AND DIA DIA MES AND DIA DIA MES AND DIA DIA DIA DIA DIA DIA DIA DIA DIA DI	10 OG 97 ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER CONTROL (USO DA JUNTA) NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 29 NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO 21 NUMERO DE REGISTRO 22 NUMERO DE REGISTRO 23 NUMERO DE REGISTRO 24 DATA DO REGISTRO ON MÉS AND DATA DO REGISTRO ON MÉS DATA DO	COLLADONS PERSTADAS, NA FORMA PALEI.	
NOMERO DE REGISTRO NOMERO DE REGISTRO NOMERO DE REGISTRO NOMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO 27 NUMERO DE REGISTRO	MIRE SECUNDARIO NUMERO DE REGISTRO NÚMERO DE REGISTRO NÚMERO DE REGISTRO NÚMERO DE REGISTRO 28 DATA DO REGISTRO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DATA DO REGISTRO DATA DO REGISTRO DATA DO REGISTRO ONA DATA DO R	NOME ASSISTANT MARTA FERREIRA BLATTLEM	- Jenen-Blatth
NUMERO DE REGISTRO 27 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 27 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO	NOMERO DE REGISTRO NÚMERO		TARA DO INERIENTO
NIME SECUNDARIO NIME S	NIRE SECUNDARIO NIRE SECUNDARIO NIRE SECUNDARIO AND AND AND AND AND AND AND AN	NOME ROLDE PECUSTRIO	T DIA I MES 1
NIRE SECUNDATION NIMERO DE REGISTRO DATA DO REGISTRO	NIRE SECUNDARIO 24 NUMERO DE REGISTRO 25 NUMERO DE REGISTRO 26 NUMERO DE REGISTRO 27 NUMERO DE REGISTRO 28 NUMERO DE REGISTRO 20 NUMERO DE	· } }=	
MINE SECONDARIA DATA DO REGISTAD AND AND AND AND AND AND AND	MIRE SECUNDATIO AND AND AND AND AND AND AND AN	NÚMERO DE REGISTRO	
MIRE SECUNDATION 26 DATA DO REGISTAD DATA DO REGISTAD	MINE SECUNDATIO 26 CATA DO REGISTAD AND		DAIA DO REGIBYRO ONA MÉS AND
17/1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	NIFIE SECUNICATIO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO DE REGISTRO TOTAL DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO TOTAL DE REGISTRO NUMERO DE REGISTRO TOTAL DE REGIS	MIRE SECONDATIO	DATA DO REGISTAD
NUMERO DE REGISTRO	I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	NUMERO DE REGISTRO	
TO CUSO DA JUNTA) D.E.	- X - 3	(USO DA JUNTA) DE.	
8 9 Jet 1	1) IB.	(A)	

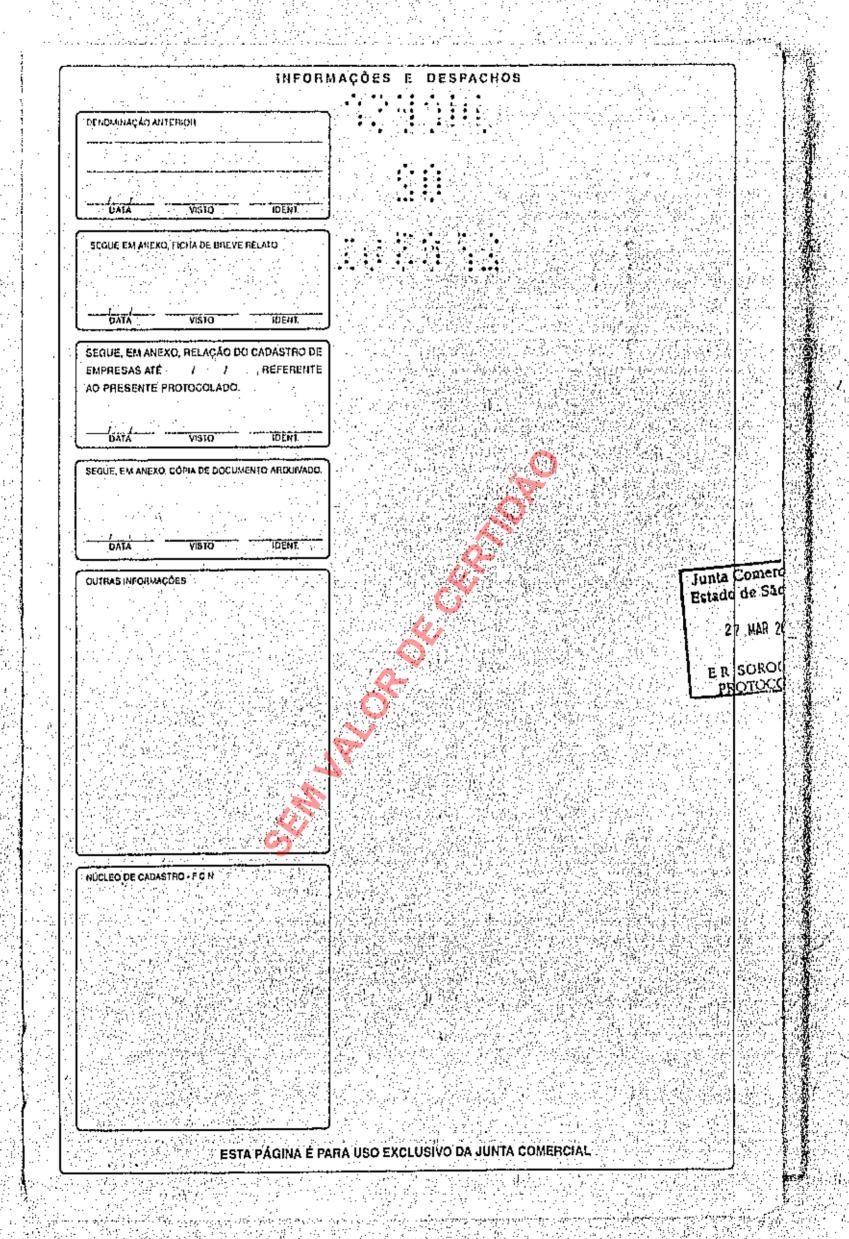
	<u> </u>	00	(ATMUL AD OBU)		F.C	
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA I JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE S FICHA CADASTRAL - MODEL	DA CIDADANIA SÃO PAULO	R	F	·	MOD. 2	
QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRI	ANTES	! _		VIDE INSTRUÇÕI	ES NO VERSO	
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					LIIA N' DE	. .
	· ·			[0]]0	- 1] [
	THE DO NEUT	A)		1-ADMISSÃO 12-ALTERAÇÃO		
NICE OF SEDE	DA MES	ANO	0.4		ICAO DE CAPITA BARMANESCENTA	e. is
DIFUSORA NATUREZA F	M LTDA	· · · · · ·	<u> </u>			_
C.P.F. DU NUME	O DE IDENTIFICAÇÃO			[S P	"
10ENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%)	CONFORME INSTRUÇ	ÕES NO VERSO			
시마/도	ERRELIR	A B L A T	TLER		<u></u>	→ 🖔
in O D I L A A M A R I A A F	<u> </u>	1			`	· · · · ·
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	_1_1_1_	_1		00MIG	LIO NO EXTER	юя 🖁
NACONA DAGE	1	111		₩,	-SIM I-NAO	
10 B, R, A, S, T, L, E, I, R, A, I, L	_111					
ENDENECO	mingell		والمسلمات		<u> </u>	
12 RIUIAI IDIAISI IVILIOILIEI		BAIRPO	V			
NOMETRO GANDAR, RADAR SONO	ELONY COLLEGE	HOLLAM.	B _I R _I A _I T _I T	<u> </u>	1 1	
1,1,3,9		4/	w c.	sh 8 ₁ 7 ₁ 2 ₁ 5	00	.01
P.A.R.A.N.A.P.A.N.E.M.A.		<u> </u>	ROUS NA SOCIEDADE VIC			
TIPO DO SÓCIOADIAIMSTRADOR 13 5 - PESSOA PISICA 14 S N.	SIM .	TE O 2	CAHGO-2	CARGO 3	10	1
ALL DO BY STRUCKERS OF CAPITAL	1 1 15 17 10	1.10.40		. e = 9	: 1	:: ·
10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	
	-PREENCHER QUALIDO SE TR	N. E. DO REPRESENTADO		·	U.F. ENITCH	
C. P. F. OU WHE DO REPRESENTADO	20 <u>1:</u>	<u></u>	_1_1_1_1_	4	U.F. EMITE	
C. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO G. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO 18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	R 0, JR.	N, E. DO REPRESENTADO			2	
\$\begin{align*} \begin{align*} \begi	DAMA DA ENTRA	DA NA SOCIEDADE		DATA DA GAID.	DA SOCIEDAD	io
TERMINO DO MANDATO DA MÉS ANO 22	24 1 1	s ANO		25	<u></u>	_
DADOS COMPLEMENTARIES		<u> </u>	111	<u> </u>	1. 1 1.	
26 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	. <u></u>	.		<u>iii</u> i _	<u> </u>	
	1_1_1_1 _1_				1 _1_1_	
		<u> </u>	<u>llll</u>	<u> </u>		1
		<u></u>	<u> </u>	<u> </u>	<u></u>	4
	I					
DATA ASSUMO INTERRA RESTORAD ROME E ASSIMATURA DO BO	ABILIDADE PELAS INFORMAÇI CIDADIENISTRADORACIONI IA FERRETRA I	DES PRESTADAS, NA FOID STA DU DO HEPRESCRIAN BLATTLER	× (Odila m	Fine	<u>i- Bla</u>	Ula
10 / 06 / 97 ODILA			DE.			
3 Jan	Ge (05	d mai harrental				
	<u>!</u>				•	

43.	The state of the s		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTATA DO CONTRA		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO	(UEO DA JUNTA)	F C
	SCORE IMPIA DA JUSTIÇA É DA DEFESA DA CIDADAMA		-
हर्ने भे	GOIVIA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAÍN O		j
1	FICHA CADASTRAL - MODELO 2	RF n	40D. 2
/ L	QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES		
1	entificação da empriesa		
í		VIDE INSTRUÇÕES N	O VERSO
ÿ		FOLHA	DÆ
24.0	NIRE DA SEDE (USO DA JUNTA) DATA DO REQUENTO	61 0 2	0.3
1	DIA MÉS	1 - ADMISSÃO 2 - ALTERAÇÃO 1 - 3 - 5 - (DA	
1	OME COMERCIAL		E CARITAI
	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	5-INTERNANTES REMAN	ESCENIES
1 "	A P P DIVING		. 1
	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO	I.N.E.	
j	10 16 12 17 17 15 16 18 16 17 06 1 2 NIGHE 07 1 18	3.4.5 1 6 1	MITEMIE .
, ,	ENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADISINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORM	E INSTRUÇÕES NO VERSO	
<u> </u>	ISONIIA REGIANA ARABE		•
ĺ	I A RECIPAL		ليت
			·
	NACIONALIDADE		
1	HRASTLETRA	OOMICALIO NO EXT	ПЕЯІОЛ
<u></u>	ΓΝΌΕ ΤΕÇΩ	N-NAO	
12	PRIAICIAL DIOLICIOLE GIT OLNI SLES		٠ .
, MÚ	MERO COMPLEMENTO - (ANDAR, SALA, SOBRELOJA, OUTROS) BARRO		. ليت
<u>L.</u>	HO.	M, B, R, A, I.I.	
	NICÍPKO		<u>· · · · · · · · · · · · · · · · · · · </u>
P	ARANAPANEMA	1 1 S.P. 1.8.7.2 5 0 5	
	TIPO DO SÓCIO/ADMINISTRADOR	CARGOD HA SOCIEDADE VIDE TABELANO VERBO	וסיל
13	5 PESSOA PISICA USO DA FIRMA S N. MO	CARDO CARDO	RGO-4
	WALCIR DA PARTICIPAÇÃO PRO CAPITAL	17 18	
. ts			
:			Į
	C. P. F. OU NIRE OF HERDESHATANA	TANTE -	Ę
20	R. G. /R. N. E. DO REPHESENT	Abo AF, EMITENII	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
20	E. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO	Apo U.F. EU/(TENNE	. [
·			. [<u>\$</u>
c=-,	EIA MÉS ANO DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE		[
23	CIA MES ANO	DATA DA SAÍDA DA BOCIEDADE DIA MES ANO	1
'	ADDS DOMPLEMENTAKES	25 1	
PE	<u></u>		
- 1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
<u> </u>	- 		;
		────────────────────────────────────	F
1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	- 1	ļ Ž
- 1_	▄▋▕▝▄▗▐▗▗▋▖▝░▄▊▕▗▄▎▗▄▎▕▄▄▍▕░▄▋▕▋▖▋▗▊▗▋▗▋ ▗▋▗▋▗▋▗▋		
DAYA			→ 🖔 .
10	ASSIANO INTEIRA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRECTADAS, NA FORMOME É ASSINATURA DE SOCIO ADMINISTRADORMACIONISTA OU DO DEPRESENTAM SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA	A DA LEI,	, [
	SONIA REGINA APARECIDA	to received.	
TA.	CE (UBO DA JUNTA)	DE.	
			\$

MINISTÈRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
FICHA CADASTRAL - MODELO 2 QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRIANTES	
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO	
FOLHA IP DE	1
(USO DA JUNTA) DATA DO REGISTRO	
NIRE DA SEDE DATA DO REGISTRO DIA MÉS AND 3-ADMISSÃO 2-ALTERAÇÃO 3-SARIO 4-REDISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL 6-MITCHWITES REMARESCINES	
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	1
C.P.F. DU NIRE 05 1 9 7 14 10 16 11 13 18 18 18	ļ
IDENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORME INSTRUÇÕES NO VERSO	1
SIAINIDIRIAI IRIOIBIEIRITIAI ILIEINICII ONII DE MRAUJO	, <u>}</u>
NACIONALIDADE	
10 B R A S 世 L E I R A	**************************************
ENDERREÇO TO RIUIAL EFIRIAINICELISICEO LA LEVERSE DE LA LEMETIDEA.	
NUMERO COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, SOSAELOJA, DUTROS) BAIANO CIES N. T. R. O.	
PIAIRIAINIAIPIAINIEIMIA	
TRPO DO SÓCIO ADMINISTRADOR USO DA FIRMA CARGO 1 CARGO 2 CARGO 2 CARGO 2 CARGO 2 CARGO 3 CARGO 2 CARGO 3 CARGO	
V/J ON DA PARTICIPAÇÃO HO CAPITAL 18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	د داری ساختی
C P. F. DU NIPE DO REPRESENTADO R. G. (B. M. E. DO REPRESENTADO U.F. EMITENTE 21 1 1 1 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	i in the second
C. P. E. QUI MARE DO REPRESENTADO R. G. / R. N. E. DO REPRESENTADO 20 21 21 22 22 23	ويزون وساموه
TERMULO DE MANDATO DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE DATA DA SAÍDA DA SOCIEDADE DA MÉS ANO 23 24 25 26 27 28 28 28 28 28 28 28 28 28	one particular and the second
DALIOS COMPLEMENTARIES-	ويستغلمنه
	خاود الماركة
<u> </u>	i de l'inde
	E. K.
DATA ASSUMO INTEGRA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTIGAS, NA PORMA DA LEI MONE E ASSIMUTA DO POCIOADMINISTRADOR/ACIÓNISTA OU DU REPRESENTANTE LEGAL. SANDRA ROBERTA L'ENCIONI DE ARAUJO Mindls	تنزية سده داسته ها
CF. (USO DA JUNTA)	300

AUNTA COMPRCIAL DO ESTAS DE SÃO PAULO CERTIFICO O PROISSES HATCHE S. PARIS 14.77701-8 SICACTARIA GIR	E E E E	ASA IN	CESP PROTOCOLO 184104/01-0
- 10 me	ama wings do. mad t		DEFERIDO
CONFOCIAL JUC	9701024	CADASTRADO E.R. SOROCABA	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 27 HAR 2801 ALBURTO MAGNO RODRIGUES ASBERSON TÉCNICO R.G. nº 18.879.947-9
1	Note: Promise to the restaurant	d as Mid. D. O. B. E. D.	3.0 4.0:0:0:1 4:2.0
A provide an activity there is an activity of the control of the c	TATORDAL PARTS	P. L. 1.56	ECINIC DO V ALSE MANA VI CHALL PRANTE FOR STATE OF THE PROPERTY OF THE PROPERT
CHARLESTON THE CHARL ATTRICATE TO CONTROL OF FRANCE TRUESPOARY OF FRANCE TRUESPOARY OF THE PROPERTY AND A POSSULA CONTROL OF THE PROPERTY OF T	as gerie obnavenské († 🗸 🙀 👵 🐧	10-10-10-10-00-00-00-00-00-00-00-00-00-0	TISO DA JANCED LATA DO PARADEO TRANSPORTADO DE LA LATA DE LATA DE LA LATA DE LATA DEL LATA DE LATA DE LATA DE LATA DEL LATA DE LATA DE LATA DEL LATA DE LATA DE LATA DE LATA DEL LATA DELA
WALCON DISCLASSING A. Z.	oo Colla Haria O.G. Odila	maia F. Bl	ttln (23.02.2001)

(i) SEL 52115 000765/2020 71 / pg 20 Petição (5632454) SEI 53115.000765/2020-71 / pg. 20



H. R. SOROCABA

<u>DIFUSORA NATURĖZA FM LTDA</u> ALTERAÇÃO CONTRATUAL C NPJ 02:095.038/0001-10

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 27.110.352-8 SSP-SP e CPF 094.899.668-43, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holamra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SONIA REGINA APARECIDA, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 18.546.161 SSP-SP cCPF n.º 062.717.568.67. residente e domiciliado na Rua Praça do Colégio, n.º 5, no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 21.972.709 SSP-SP e do CPF n.º 197.406.138-88

residente e domiciliada na Rua Francisco Alves de Almeida, nº594, no Bairro Centro, em Paranapanema, no Estado de São Paulo

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro. solteiro, maior, empresario, portador do RG n.º 29.870.268-X SSP-SP e CPF n.º 286.992.318-06, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Resolvem de comum Acordo alterar o Contrato Social registrado na seção 15/08/1997 sob n.º 35214617652 na JUCESP da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA com CNPJ 02.095.038/0001-10, que tem sede e foro jurídico em Paranapanema, Estado de São Paulo, na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, conforme segue:

ini do Paulo

tion that is the first the fill of the control of t

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

p A

a na mana mahandaka tibuga dibuga kang Mangkan Najagada Banga 18000 mahanda Kalaga kangga kang kang bang dibug Kang mana mahanda kang dibuga dibuga kang manakan 1800 mang kang dibuga kang manakan manakan manakan manakan m

CLAUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52:795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLAUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional

DA A

CLAUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para Ter vigência por prazo indeterminado a suas atividades terão inicio a partir de 10 de Junho de 1997. Se necessário for a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLAUSULA QUINTA

A sociedade se compromete, por seu diretor e sócios, a não efetuar qualquer alteração nesse contrato, sem que para isso tenha sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos competentes.

CLAUSULA SEXTA Capital.

A Clausula Quarta do contrato anterior passa a ser como segue:

SONIA REGINA APARECIDA cede e transfere suas 1670 cotas no valor R\$ 1.670,00 para o sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro, neste ato nada mais tendo a declarar, SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO cede e transfere 835 cotas para ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar, e 835 cotas no valor de R\$ 835,00 para ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar. O valor da cotas do capital permanecem sem alterações, e assim distribuidas:

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00.

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00 SENDO ASSIM 5010 COTAS, R\$ 5.010,00.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 2º IN-FINE do decreto lei 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

PAN

in ministration and the speciment of the control of

As cotas representativas do Capital Social são inalicnáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLAUSULA OITAVA

CLAUSULA SETIMA

O Capital Social, na sua totalidade pertencerá sempre a pessoa física brasileira.

CLAUSULA NONA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora no Pais, alem dos limites fixados e previsto pelo artigo 12 do Decreto-lei n.º 236 de 28 de Fevereiro de 1967.

CLAUSULA DÉCIMA

A sociedade será administrada pelo sócio ANDERSON APARECIDO ERREIRA BLATTER, na função de Diretor-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos de actual de todos os papeis, títulos e documentos de competindo-lhe a assinatura de todos os papeis, títulos e documentos de competindo-lhe a assinatura de todos os papeis, títulos e documentos de competindo-lhe a assinatura de todos os papeis, títulos e documentos de competindo-lhe de competindo-lhe a assinatura de todos os papeis, títulos e documentos de competindo-lhe a assinatura de todos de competindo-lhe a assinatura de todos de competindo-lhe a assinatura de todos d

Benedicular designation of the contraction of the c

8

Ď

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA

Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura no cargo, depois que a entidade se tornar concessionária ou permissionária se Serviços de Radiodifusão somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo poder Concedente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Para exercício das funções de administrador, procurador, loucutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação da natureza intelectual, direta ou indiretamente a sociedade se obriga desde já a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA

O quadro de pessoas da Sociedade será sempre constituído de no menos 2/3 (dois terços) de trabalho brasileiros.

CLAUSULA DECIMA QUARTA

Source and the second section of the second second

As cotas são individuais à sociedade que para cada uma delas só reconhece um proprietário.

PAAA

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

As cotas não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade sem o consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder Concedente, nos termos da Clausula Quinta do presente instrumento de alteração contratual, e para esse fim o sócio retirante deverá comunicar a sua alteração à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão resolução à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão sempre preferência na aquisição das contas do sócio retirante.

CLAUSULA DECIMA SEXTA

O novo sócio declara não estar incursos em nenhuma pena que lhe impeça de exercer atividades mercantis.

Fica assim alterado o Contrato Social registrado na JUCESP Seção 15/08/1997 sob n.º 35214617.652 da DIFUSORA MATUREZA FM LTDA, de a presente alteração passa a fazer parte integrante, continuando em pleno vigor as demais classical parte alteradas.

E por estarem assim justo e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 3 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, devendo ser arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Paranapanema, 19 de Fevereiro de 2001.

P 1. A 3 8

Control of the contro

SOCIO: ANDÉRSON, APARECIDO FERREIRA BALATTLER. Ocula maria Ferreira Blattle SÓCIA:ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER. SOCIA RETIRANTE: SONJA REGINA APARECIDA ARAUJO. TESTEMUNHAS: -- Mahazowa MARIA Y. NAKAGAWA. CONIO H. NAKAGAWA. RG.7262.603 SSPSP RG.4127.866 SSPSP

College by Anton Control Contr

Petição (5632454)

SEI 53115.000765/2020-71 / pg. 30

			ساينا النسب				1 1 (72)
OED	VLIANTANTONACIONALDE A STERIO DA INDÚSTRIA DO C	EGISTRO DO CONTUCIO		AQ 08(I)	JUNTAN	FC	
C.st	and should use a common of	AFEBA DA CIDADANIA					
	JUNTA COMERCIAL DO EST FICHA CADASTRAL	· MODELO 2	n		F	MOD. 2	
	QUADRO SOCIETÁRIO /	INTEGRANTES		<u>4. 4.1 72</u> 7	<u></u>		. 2
IDENTIFICAÇÃO DA EI	UPAESA				VIDE INSTRU	CÓES NO VERSO	
				e produktiva. Napole izantza		FOLHA N' DE O 1 O A	
NIPE DA SEDIC		(USO 04.0) (AVA DO 11)				0,10,4	
oz 3,5 2 1,	4,6,1,7,6,5,2	63	its Avio	Jan 1	2 ALTERAÇI 3 SAIDA 4 REDISTRIA	O KD SUPÇÃO DE CAPITAL TSINIMALSCINIES	1 3
DIFUSORA N	ATUREZA FM LTDA				8 WIEGANS	TOTAL MANAGEMEN	Filippy (
CPF OUNIDE		TIPO DE IDENTADO ENTO	110000000000000000000000000000000000000	<u> </u>			
B 0,6,2,7,	1,7,5,6,8,6,7	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO 1 COM 2 HIPL 2 HIPL	HO CORNE	1.8.5.4	611611	OF SIP	1
	OCIO, ADMINISTRADORI OU ACID	NISTA (ESTE COM MAIS DE 10°) CONFORME (KSTR				
NOWE	A, R,E,G,I,N,A			·. <u>- </u>		<u>.</u> 1	8
<u> </u>			, ,				
NACIONALHIADE					DOMICI	NO NO EXTERNOR	1000
10	<u></u>		4		[[[] []	SIU	
ENDERICO .		s Santa de la casa de la				1	
NUMERO	COMPLEMENTO - (ANDAM, SALA, S	SCIENCE CAN, OUTFICE	IAIRINO		<u> </u>		
لتبييا		I' 1					
IMUNICIPIO					CEP		2
TABLE INC. TO					VIDE TABELANO VERSO	—— ——————————————————————————————————	
TIPO DO SOCIO ADMI 13 F. PESSOA FIS 7 - PESSOA JURI	SICA .	DA FIRMA S- SIM M- NAO	CANGO-I	CANGO 2	CARGO-3	CANGO 4	
C VALOR DA IMUNICIPA				· · · ·	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		3
			ليب				
C. P. F. QUIMPLE DO N	EPAESENTADO	— PREFICHEN GUORDO SE TRATAL R. G. (17), N. E.	I DE REPRESENTANTE - DO REPRESENTADO			F EMITENTE	
20		21			J 🖃 🖺		K.
G. P. F. OU NIKE DO RI	ЕРЯ ЁЗ ЕИТА ДО		DO REPRESENTADO		1	L CHILCHIE	
26 1 1 1		21 1 1		<u> </u>	2		
TERMINO DO MANDA DIA MÉS	מוא טו	DATA DA ENTRADA NA	SOCIEDADE ANO		DATA DA SAIDA DA SO	ANO	
DAPOS COMITÉMENT	in la			<u> </u>	<u>ारवाजाः</u>	14011	
26 ADOS COMPLEMENT	<u> </u>					<u> </u>	
		ing the second second	111				
	Taka Biraha						
					<u> </u>		
				! 1 1 1 1 1 1 1 1 1 		<u>ar irin</u> da Dayaya ara	
DATA	ASSUMATIVE ASSUMATION OF ASSUMATIVE ASSUMATIVE OF ASSUMATI	LUDADE PELAS INFORMAÇÕES PRES D'ARMINISTRADOR/ACKAIISTA QUID	TABAS, NA FORMA DA LI D'AGPRESENTANTE[LEO	FI.			
14/00/70	SONTA REGINA		<i>'M</i>				
							TO POST
T41.		F. (USO DA JUH?	<u> </u>	DE			gang en ga ntan ing

Peticão (5639454) - CELEDA-IS COCTOS (COLT.) Petição (5632454) SEI 53115.000765/2020-71 / pg. 31

Experiences grahum agent and experience and an experience of the second and an experience of the second and and an experience of the second and are also as a second and an experience of the second and are also as a second and are also as a second and are also as a second and are a second an experience of the se

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO SECRETARIA DA JUSTICA E DA DETESA DA CIDADANIA JUNTA COMERIAL O CATADON SAD PAUSO EICHA CADASTRAL - MODELO 2 OUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO FOLDA INT. OF DATA DORGESTIO VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO FOLDA OF O 2 0 4
NOUL CONTINUES FM LTDN APRIL STREET
OS 1 9 7 4 0 6 1 3 8 8 8 0 1 2 NIPC OF IDENTIFICAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO SOCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA JESTE CON MAIS OF 1 2 1 1 2 1 9 7 2 7 0 9 0 S P
$\mathbf{E}_{\mathbf{R}}$
TAGICHAN INATSE
ENDERICO THE STATE OF THE STAT
MUNICIPIO COMPLEMENTO JANDAR, SALA SOGRELOJA, OUTROS) BAINING
TIPO DO SOCIO ADAIRASTRADORI USO DA FIRIMA CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURE A NO VERSO 13 7. PESSOA HISTORIA GARDOS CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURE A NO VERSO CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURE A NO VERSO CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURE A NO VERSO
7- PESSCA JUNIONCA 14 S-SIM CARGO-1 VALORI DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL 19 19 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18
C. R. F. OU WHE DO REPRESENTADO PRECEIGNER GUANDO SE HAVAN DE REPRESENTANTE TO O / R. N. R. DO REPRESENTADO UE CANTENDO UE CANTENDO UE CANTENDO
C P.F. OU WIRE DO REPRESENTADO 10. D. /A N E DO REPRESENTADO 12. EMITENTE 12. L.F. EMITENTE
TÉRIMINO DO MANDATO DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO
DADOS CODATEMENTANES: 28 1 19 0 12 2 10 0 11
DATA ASSURIO INTEIRA DE SPONSARIA IDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA FORMA DA LEI 19 / 02 / 2001 SANDRA DODI EUDINA DA POPULAÇÃO REPRESENTANTE LEGAL.
IM DE ARAMO DE MINCOLO
CI: {USO DA JUNTA}

DECARIBMENTO NACIO	RIA, DO COMERCIO E DO TURISMO DNAL DE RECIST RO DO CO MERCIO CONTRETA DE COMERCIO DE MAIS		
MUTA COMERCY	PLY EXIVELES A COCKNAD ANIA	F	stop. 2
FICHA CA QUADRO SO	DASTRAL - MODELO 2 CIETÁRIO / INTEGRANTES		
DENTIFICAÇÃO DA EMPRESA		YIDEINSTR	UÇÕES NO VEHBO
			0 3 0 4
	(USO DA JUNTA DATA NO NEGASTI ONA MES	1000	ACAO
01 315 2 1:4 6:1,1716		of 1 3 SAMA 4 REDISI 5-WILGO	IRIBUIÇÃO DE CAPITAL WITES (IXVANZ SCENTES
NOME CONTROLS DT FUSORA NATUREZA			UR EMISCALE
CET OU NAME 05 2 8 6 9 9 9 12 13 11 18	1016 1 1 1 CPK 07	115 OURHIT 2 9 8 7 10 2 6 8 - 1 X 5 5 P	08 S, P
Nan€	DOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) C	E R R E I R A B L A T T	LIBIRL
on A N, D, E, R, S, O, N,	A P A R E C I L D O F	BIKIKIBITIKINI 1919AN	
	<u> </u>		MICAIO NO EXTERIOR
HACKONALIOADE TO B_RAA_SILLETELTIE	31011111111	n K	Inino
FUNERICO			
		NBO COM	
1 3 9 CONTENTAL	<u>H</u>	OLAMBIRAL ILI	
MUNICIPID RANGE AND	E.M.A. arrin eti teli.≱_		<u> </u>
- a no edge-puritualist HADAN		CANGO CANGO TA SOCIEDADE - VIDE TADELA NO VI	CAROO-I
11 5 7 PESSOA ANIDICA	USO DA FIRMA S S-SIM N-1400	10 0 2 10 3 Q 17 1	
VALORI DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	2,5,0,5,	. <mark>.010</mark>	
	PHECNCIER QUANDO GE TRATAF	DE REPREGENTANTE -	U.F. EMITENTS
C P. F. OU WHE DO REPRESENTADO	R. G. / H. N. E.	DO REPRESENTADO	22
C P.F. OU NITTE DO REPHOSENTADO	A G.IN N F.	DO REPRESENTADO	UE EMMENTE
20 1 1 1 1 1		DATA DA SAÍS	DA DA SIKCIEDADE
TÉHMING DO MANDATO DIA MÉS AND	DATA DA CHITTIADA NI DA DA D	A SIDCHELLAUDE	MES ANO
23 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	<u></u>	
DADOS COMPLEMENTARES		<u>. t l l l l l l l.</u>	
	<u></u>	_ 1	
		<u></u>	
DAIA ASSUM	NATEINA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PE ASSIMATULIA DO SOCIOFADAMESTRADOR ACIONISTA OL	ESTADAS, HA FORNIA DA LEI IXX REPHESENTANTE LEGAL.	
12 10 1004 AN	DERSON APARECIDO FERRELL	RA BLATTLER /XCLULC	
3 10	CF. USD DA 4L	DE DE	
<u>}</u>			
grace and other controls	ering who is a real regulation of	g a vicebe colo estrablishe artisa dhedimbe	dender de cream produces

	and the state of t	
1 1 1		
	MINISTÉRIO DA INDUSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO SEGRETARIA DA JUSTICA É BASEFASA DA BIDADANIA UNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO B	
	FICHA CADASTRAL - MODELO 2 QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO	
	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA FOLIA DE DE COLO 14 O 14	
	NIME DA SEDIE N. ALEGRANILS RERNASCENCO	
	HOVE COMERCIAL DIFUSORA NA'TUREZA FM LTDA	100 Agriculture (100 Ag
	CORF. OU NINE CORF.	
	NOME NOME NO DITILA MARITAL FERRETIRA BILATTITIER	
	DOMICILIONG EXTERIOR IN NCIOTALISMBE DOMICILIONG EXTERIOR NACIOTALISMBE	
	ID	
	12 DAIRED COMPLEMENTO - LANDARI. SALA SOBRELOJA, OLUTROSI- RUMERO COMPLEMENTO - LANDARI. SALA SOBRELOJA, OLUTROSI- RUMERO COMPLEMENTO - LANDARI. SALA SOBRELOJA, OLUTROSI- COMPLEMENTO - LANDA	*
7	CANGO 1 CARGO 2 CARGO 3 CARGO 4	
	TIND DO GÓCIDIADANISTRADOR 13 S. PESSOA AUTILIACA 14 N N. IVO	
	OF EMITENIE	
	C. P. F. OLI NIGHE DO REPRESENTADO 20 UE ENATENTE:	
	C 4º C OU NIRIE DO GEPRESENTADO 20 21 21 20 21 21 20 21 21 22 21 21 21 21 21 21 21 21 21 21	
	TERMIND DO MANDATO DIA MÉS ANO 24 23	
	DADOS COMPLEMENTANES 26	
1		
in the state of th	ASSUMO INTERIA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DO SOCIO-ADMINISTRA DO DIO REPRESENTANTE LEDAL. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINICIPA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DALES. NOVIE E ASSUMADINA DE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS. NA FORMA DE PELAS INFORMACIONA DE PELAS INFORMACIONA DE PELAS INO PELAS INFORMACIONA DE PELAS INFORMACIONA DE PELAS INFORMACIONA	
	(USO DA JULITA) DE	

Petição (5632454)

SEI 53115.000765/2020-71 / pg. 34

i≹ Weer'

	FO. WIDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR VLMMENTO DA PRODUÇÃO REGISTRO DOJOMERO (V.OMB) E DEFESA DA COMUNIA ESTADO DE SÃO PAULO	JUCESP PROTOCOLO 402428/04-2
WZZ E POST 35 PROTOCOLO		CISELEN D. P. IVOCHA Apartor Tornes RG: 9.320.5161
RUMBITA COMERCIAL DO ESTADO DE CADOS L'ADASTRAIS RECHIEL L X SREGULAR CULEGIADO 4 COMUTRUÇÃO ACONTRATO 7 PRAME INDICA A DE SEAS MILITARA PROPERTO - SEASO 1 COMUTRUÇÃO ACONTRATO 1 COMUTRUÇÃO A	TRANSFORMAÇÃO 12 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TRANSFORMAÇÃO 12 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TRANSFORMAÇÃO 12 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TRANSFORMAÇÃO 13 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TO COMPONENCIA 16 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TO COMPONENCIA 16 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TO COMPONENCIA 17 SUCCIONO DE MIRE (SECE) TO COMPONENCIA 18 SUCCIONO DE	######################################
LOGRADOURO COTRADA MUNICIPAL P.F M. MANERO FORFLEMENT 158 FUNDAMENT PARAMEPANEMA	CAPIM VELHO 117 MAIS DE 6 AYMOADES? PRAZO DURAÇÃO DE 1 2 2 2 2 3 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	
CHARTIDADE DE FILMS ANDRI AS MESTE DOCU CHARTIDADE DE FILMS ENCERRADAD NESTE DOCU CHARTIDADE DE FILMS ENCERRADAD NESTE DOCU CHARTIDADE DE FILMS ANDRI AS MESTE DOCU CHARTIDADE DE FILMS ANDRI AS MEST	ANDERSON ADMRECIDO FERPERA BLATTLER	Serie Singarania

MCROWALMAGEM

MORDEL A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O

Design Indicates

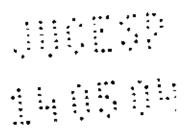
INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empressrial: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

۵	ENGRINAÇÃO ANTERIOR	
-	DATA VIETO DEST.	
	RQUE EM MEXO, FICHA (DE BREVE RELATO ERJU CADASTRAL)	
	90404 OLIMA SOLO SOLO SOLO SOLO SOLO SOLO SOLO SOL	S. S
	PREFERENTE AD PRESENTE PROTOCOLADO.	
	DATA VIETO EDENT. GEQUE, EM AMERO, COPIA DE DOCUMENTO ARQUINADO	
	DATA VIETO EMENT.	
	OUTRAL BROWNINGOES	SUM
· .		

ESTA PÁGMA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

MCTO-LWGEN



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

DIFUSORA NATUREZA FALLIDA

CNPJ 02.095.038/0001-10 NIRE 35.214.617.652

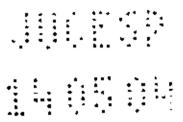
- 1. ODILA MARIA FERREIRA SLATTLER, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 27.110.352-8 SSP/SP e do CPF nº 094.899.668-43; e
- ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG nº 29.870.268-X SSP/SP e do CPF nº 286.992.318-06, ambas residentes e domiciliados à Rua das Violetas nº 139, Holambra II, Paranapanema SP, CEP 18720-000:

Únicos sócios componentes da sociedade limitada com a denominação social de OIFUSORA NATUREZA FM LTDA, com sede à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velho, Paranapanema - SP, CEP 18720-000, devidamente registrada na JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração sob nº 34.717/01-8 em sessão de 27/03/2001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para 03.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para adaptação à Lei 10.406 de 10/01/2002, que passará a vigorar com as seguintes cláusulas:

Cláumia 1º - A sociedade gira sob a denominação social de DIFUSORA NATUREZA
FM LTDA.

Cléumia 2° - A sociadade tem sua sade à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velhe, Paranapanema - SP, CEP 18720-000.

6 m



Cláusula 3º - O capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil a dez) quotas, no volor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito a já integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuído entre os sócios:

ODILA MARIA PERREIRA BLATTLER

2.505 quotos

R\$ 2.205,00

ANDERSON APARECIDO F. BLATTLER

2,505 quotas

R\$ 2,505,00

Total

The state of the s

5.010 quotas

R\$ 5.010,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 4º - O objeto social é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo, e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

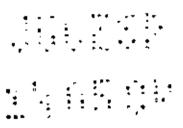
Cláusule 6º - A sociedade iniciau suas atividades em 15/08/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 6º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas o terceiros sem o consentimento dos autros sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço direito de greferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Ciónsula 7º -No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar sua intenção ao remanescente com antecedência mínima de 60 (trinto) dias, devendo fazê-lo por escrito.

Ciáusulo 8º - A administração da sociedade caberá a ao sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, com poderes para representar a empresa isoladamente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas au de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imáveis da sociadade, sem autorização do outro sócio.

Hath A So m



Cláusula 9º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucras ou perdas apurados.

Cláusula 10° - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for a caso.

Cláusula 11ª - Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de rauniões au alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembléios conforme determina o ort. 1072 \$ 1°, 2° e 3° da Lei 10,406/2002.

Ciáusula 12º - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

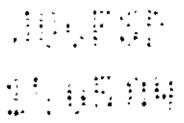
Cláusula 13º - Ambas os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de "prolabore", observados as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 14º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com as herdeiros sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será opurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 15° - O sócio e o administrador declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, petita ou subarno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé público, ou a propriedade.

A & m



Cláusula 16º – Os casos omissos no presente instrumento serão regidos pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pelas disposições aplicáveis à espécie, das quais tem pleno conhecimento todos os sócios que a elas se sujeltam, como se cada uma delas se fixesse aqui especial menção.

Cláusula 17º - Fica eleito o foro desta Comarca para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratudos assinam o presente instrumento em 03 vias na presença de 2 testemunhas.

Paranapanema, 12 de Fevereiro de 2004.

Osilamaria Harris Blattle

1

ANDERSON APARECIDO F. BLATTLER

Testemunhas:

William Commence

Antonio H. Nellogoma Rg nº 41.278.886 55P/SP

Maria V. O. Nakagawa Rg nº 7.262.603 55P/SP

4



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA				
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.			
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO		
35214617652	15/08/1997	30/06/2020 15:08:42		
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
10/06/1997	02.095.038/0001-10			

CAPITAL
R\$ 5.010,00 (CINCO MIL, DEZ REAIS)

ENDEREÇO				
LOGRADOURO: R VIOLETAS		NÚMERO: 139		
BAIRRO: HOLAMBRA II		COMPLEMENTO:		
MUNICÍPIO: PARANAPANEMA		CEP: 18725-000	UF: SP	

OBJETO SOCIAL	
ATIVIDADES DE RÁDIO	

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 094.899.668-48 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 271103528, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 197.406.138-88, RG/RNE: 21972709, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 062.717.568-67, RG/RNE: 18546161, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 27/03/2001

INCLUSÃO DE CNPJ 02.095.038/0001-10

NUM.DOC: 034.717/01-8 SESSÃO: 27/03/2001

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 062.717.568-67, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 197.406.138-88, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

ADMITIDO ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR GERENTE E SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA ESTRADA MUNICIPAL P.P.M., 156, CAPIM VELHO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18270-000.

NUM.DOC: 242.187/04-3 SESSÃO: 14/05/2004

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35214617652 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/06/2020



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 135909955, terça-feira, 30 de junho de 2020 às 15:08:42.

NIRE: 35214617652



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1575679 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

TRIBUNAL DE JUSTICA

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 15 de junho de 2020.

PEDIDO N°:







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.095.038/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DE ABEI 15/08/1997			
NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA F	FM LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *********				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 60.10-1-00 - Atividades d				
código e descrição das ati Não informada	VIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRI	AS		
código e descrição da natu 206-2 - Sociedade Empr e				
LOGRADOURO EST MUNICIPAL PPM 15	6	NÚMERO COMPLEMENTO ********		
DEP 18.720-000	BAIRRO/DISTRITO CAPIM VELHO	MUNICÍPIO PARANAPANEMA	UF SP	
IDEREÇO ELETRÔNICO ARIOLUIZNAKAMURA@HOTMAIL.COM TELEFONE (14) 3713-2222/ (14) 3713-1687				
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ\ *****	/EL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	ASTRAL		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTI	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇ	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/06/2020 às 11:46:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

SIP

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 02.095.038

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 26054566 Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 30/06/2020 15:25:33 (hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br

Portal do Governo | Cidadão.SP | Investe SP | SP Global | Destaques

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria da Fazenda



Home Institucional Produtos e Serviços Legislação **Prestando Contas** Municípios e Parcerias Notícias Download Home - PFE Voltar Página Inicial Imprimir Serviços Produtos e Serviços > Posto Fiscal Eletrônico > Postos Fiscais Sintegra **Postos Fiscais IPVA ITCMD** Legislação PARANAPANEMA Município: Cód. do Município: 506-0 Posto Fiscal: Carlos Henrique Albernaz Crespo Responsável: Telefone: (14) 3205-5700 Fax: Endereço: Rua Afonso Pena, 4-50 CEP: 17.060-250 R. Afonso Pena, 4-50 - Jardim ... Visualizar mapa ampliado Do L Rua Afonso Pena, 4-50 Jardim Bela Vista Localização no Mapa: Museu Ferroviário (Regional de Bauru lojas Calçadão Dado Informar erro no mapa Ampliar o Mapa: No período de quarentena determinado pelo Decreto nº 64.879, de 20/3/2020, o atendimento será feito preferencialmente de forma remota conforme Portaria CAT34/2020. O atendimento presencial, se imprescindível, poderá ser agendado após autorização do chefe da unidade de atendimento através de Horário de Atendimento: contato remoto prévio com endereços eletrônicos de e-mail da mesma Inspetor Fiscal: William Luis Henrique Leal Giacheli Delegacia: DRT-07 - Bauru Responsável: Cleber Stefani Endereço: Rua Afonso Pena, 450 CEP: 17.060-250 Localização no Mapa: Clique aqui Relação dos Postos Fiscais da DRT-07 - Bauru Relação de Municípios pertencentes a DRT-07 - Bauru Para escolher outro município, clique aqui.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo - SP | 01.017-911 | PABX (11) 3243-3400 Política de Privacidade | Termo de Uso

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

Unidades de Atendimento ao Contribuinte

Unidade ARF Avaré

Titular Alexsandro Carnietto
Logradouro Rua Pernambuco, nº 1817

Bairro Braz I Cidade Avaré Estado SP

CEP 18701-180
Telefone(s) (14)37326224
Atendimento Das 08:00 às 12:00

Observações Por motivos relacionados a Pandemia COVID-19 - Coronavírus - as atividades de Atendimento

Presencial na ARF/AVARÉ estão suspensas a partir de 23 de março de 2020.

Solicitações relativas ao cadastro de CPF, serão atendidas pelo email: atendimentorfb.08@rfb.gov.br

As demais solicitações urgentes serão atendidas pelo email: atendimentorfb.drfbau@rfb.gov.br

Mais informações poderão ser fornecidas através do telefone: (14) 3732-6224



BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

Unidades de Atendimento ao Contribuinte

Unidade CAC Sorocaba Titular Mirtes Santos

Logradouro Rua Professor Dirceu Ferreira da Silva, nº 111

Bairro Alto da Boa Vista

Cidade Sorocaba

Estado SP

CEP 18013-565
Telefone(s) (15)40094500
Atendimento Das 08:00 às 14:00

Observações Informamos que, virtude da pandemia causada pelo Covid-19 (coronavírus), e como medida de combate à propagação

do vírus entre a população, o atendimento presencial desta unidade está suspenso.

Permanecem com funcionamento normal todos os serviços da RFB prestados por meio da sua página na internet:

www.rfb.gov.br (http://www.rfb.gov.br/)

Solicitações relativas ao cadastro de CPF serão atendidas pelo e-mail:

atendimentorfb.08@rfb.gov.br (mailto:atendimentorfb.08@rfb.gov.br)

Para outras informações, solicitações excepcionais ou urgentes, utilizar o email ou telefone:

atendimentorfb.drfsor@rfb.gov.br

(15) 4009-4500

Portaria SRRF08 nº 333, de 18 de março de 2020

Portaria DRF/SOR nº 007, de 20 de março de 2020





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:43:14 do dia 15/06/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/07/2020.

Certidão expedida gratuitamente.





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.095.038/0001-10

Razão Social:DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

Endereco: R DAS VIOLETAS 139 0 / HOLAMBRA II / PARANAPANEMA / SP / 18720-

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:11/03/2020 a 08/07/2020

Certificação Número: 2020031102415445880200

Informação obtida em 15/06/2020 11:25:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.095.038/0001-10 Certidão nº: 13606028/2020

Expedição: 15/06/2020, às 11:27:47

Validade: 11/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.095.038/0001-10, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de

Radiodifusão Comercial

Processo: 01250.064106/2019-71

Referente: Renovação de Outorga

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, devidamente qualificada nos autos do

processo em epígrafe, onde requer a Renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), que lhe é autorizado no Município de Iacri, Estado do São Paulo, por seu

representante legal, requer a juntada das Certidões Atualizadas.

Termos em que,

pede deferimento.

Iacri (SP), 19 de julho de 2021.

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ 02.095.038/0001-10

Representante Legal



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 709107 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Servico Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo -Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, anteriores a

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, CNPJ: 02.095.038/0001-10, conforme indicação constante do

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 28 de julho de 2021.

PEDIDO N°:







Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paranapanema Secretaria da Fazenda

Divisão de Cadastro Mobiliário

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins e efeitos legais que, revendo o cadastro de Taxa de Licença, Funcionamento e Fiscalização e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desta Secretaria Municipal da Fazenda, que o:

CADASTRO Nº: 2884-0

NOME: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

C.N.P.J / C.P.F. N° 02.095.038/0001-10 - I.E./ RG. 506.029,149.111 LOGRADOURO: ESTRADA MUNICIPAL PPM 156, N° S/N°

BAIRRO: CAPIM VELHO

MUNICÍPIO: PARANAPANEMA UF.: SP CEP: 18720-000

INÍCIO DA ATIVIDADE: 16/03/2001

ATIVIDADE PRINCIPAL: ATIVIDADES DE RÁDIO

Está cadastrada nesta municipalidade e nada deve aos cofres públicos municipais com relação a impostos e taxas até a presente data.

Sendo esta a expressão da verdade.

Est. Tur. Paranapanema/SP, em 05 de Novembro de 2.020

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

VALIDADE 30 DIAS

Rua: Capitão Pinto de Melo, 485. Bairro: Centro CEP: 18720-000 www.paranapanema.sp.gov.br PABX: (14) 3713 – 9200

E-mail: Iilia.fazenda@paranapanema.sp.gov.br Atendimento: Segunda à Sexta das 07h30 às 17h00





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992. OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

	EMPRESA			
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.				
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO		
35214617652	15/08/1997	04/12/2020 17:12:02		
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
10/06/1997	02.095.038/0001-10			

CAPITAL	
R\$ 5.010,00 (CINCO MIL, DEZ REAIS)	

E	NDEREÇO		
LOGRADOURO: R VIOLETAS		NÚMERO: 139	
BAIRRO: HOLAMBRA II		COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: PARANAPANEMA		CEP: 18725-000	UF: SP

OBJETO SOCIAL	
ATIVIDADES DE RÁDIO	

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 094.899.668-48 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 271103528, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 197.406.138-88, RG/RNE: 21972709, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 062.717.568-67, RG/RNE: 18546161, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 27/03/2001

INCLUSÃO DE CNPJ 02.095.038/0001-10

NUM.DOC: 034.717/01-8 SESSÃO: 27/03/2001

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 062.717.568-67, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 197.406.138-88, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

ADMITIDO ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA ESTRADA MUNICIPAL P.P.M., 156, CAPIM VELHO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18270-

NUM.DOC: 242.187/04-3 SESSÃO: 14/05/2004

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 442.658/20-5 SESSÃO: 04/11/2020

ADMITIDO LUIZA ARAUJO MENDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 423.608.428-70, RG/RNE: 37459748-0 -SP, RESIDENTE À RUA CORY PEREIRA DE MELO, 285, CASA, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

REMANESCENTE ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE E DIRETOR GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, PISO SUPERIOR, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000., DATADA DE: 19/10/2020.

> FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35214617652 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 04/12/2020

> > NIRE: 35214617652



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 144103737, sexta-feira, 4 de dezembro de 2020 às 17:12:02.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Nº DO PROTOCOLO SEQ. DOC. SECRETARIA NACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC JUCESP PROTOCOLO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DELESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO 360547/97-7 6670 N. L. R. SINGULAR MATRIZ Z 46 A T.A FILIALD ശ JUNTA COMERCIAL DO >--81 ESTADO DE SÃO PAULO HERN ANI DE SOUZA LEMES A JUNTA COMERCIAL DO ESTA LTDA R.G. nº 2.681.458 NÚMERO DE GGC (BEDE) 1461765 Х зималю ATOS ALTERAÇÃO Х а сонятичейо сонтныю TRANSFORMAÇÃO SUCESSÃO ø ARCHTURA U TWANSFERÊNCIA DE SEDE обравочности ARGUIVAMENTO ATA sdcio/gerente/pateton ALTERAÇÃO ENQUADRAMENTO - NE rus⊼o arguivamento Jornal W ENCERPAMENTO CAPITAL CESENGUADRAMENTO-ME CISĂU TOTAL OUTROS A GUTHOS BAIXA (D:STAATO/ENCETARAMENTO) CISÃO FARCIAL DOMICÍLIO / ENDANSCO corrida nome comercial (renominação du razão bodial) , N, A, T, U, R, E, Z,ENERGESBÃO FANTABIA AUR D, A, S <u>139</u> CODICO FOCATIONDE KUNICIPIO A V A R E GEP TELEFONE 1 18 17 12 15 10 10 10 1 $S_{i}P$ mais die 10 atrymades 7 PPAZO DIRAÇÃO CAPITAL DA EMPRESA 2 POPTEMBER SO: BASA DO TERNINO 10.00 CAPITAL ASERTO (S/A) Erra Erres evenin VALOR OD CAPITAL DAYA INICKO ATIVIDADE οξρέμμε Αυτοπίζας Λο 第1,010,619,7 N L USO DA JUCESH DATA DO REGISTRO QUANTIDADE DE FILIAIS ADERTAS NESTE L'OGUMENTO! Nº DO ÚLTIMO DOC. QUANTIDADE DE FILIAIS ENCERNADAS HESTE DOCUMENTO : EMPRESA JA POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? ENCUPERAMENTO- ME DESENQUACHAMENTO - NE VALORES RECOLHIDOS NOME CAMP, FILE TO FINA · No. Maryle, No. - Company . 梦 · DOC 45 PH 55(FAD) 20 · H · No. Galler 115

位于1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年, 1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1000年,1

	INFORMAÇ					
DENOMINAÇÃO ANTERIOR					·	٠.
- ALL STATES	: `					100
					C)	
					က်	
					10 1-	`
DAYA VIBTO	IDENT.				€.3	
71610						. :
SEGUE EM ANEXO, FIGHA DE BREVE	RELATO .				e	`:.,.;
		· '			£7.	
		٠.	14 (4.1)			
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		٠.			1. hg/1.	· . · . ·
<u> </u>					25	
OTEIV ATAG	IDENT.				1 473	
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO C	CADASTOORS		· · ·		·	
	. REFERENTE		2 1			1.00
АО РЯЕSЕНТЕ РЯОТОСОІДОО.	. HELEBERRE		100			100
AO PRESENTE PROJECTIANO.						la de la companya della companya della companya de la companya della companya del
12 BOX 1 1	0281-12				<i>.</i>	3
- }_ 	DENT.	· .	e najna e ili ili			T
OFFIN 1 ALVO		in the grant of the			J.S.	· +c
SEGUE, EM ANEXO, CÓPIA DE DOCUMEN	NTO ABOUTUATES		di di serimbi			
SCHOOL ENVIRONDE CONTROL DE CONTROL	MANUAL CO.					4. T. J. A.
			Maria 🔏		A STATE OF	
A Company of the Comp					gradien gant	
the state of the s						
DATA, VISTO	IDENY.		4/7			
		1			ender in de la companya de la compa La companya de la co	
OUTRAS INFORMAÇÕES						
			4//			
		_	\checkmark		ar en	
		<i>₽</i>	,			9.500
			4-12-12-13			
			化硫铁 医抗病		,	
	[17] 1 - 1 - 1 - 1 - 2					.,,
于 100mm 医环境 實施。		A Secondaria			情况 (A. 1986)	$\phi^{*}(\phi)$
						. F
						V
						11:17:
<u> </u>	<u> </u>		$(\pi_i)_{i=1}^{n}$ $(\pi_i)_{i=1}^{n}$	Mary Mary Mary		
				an Aliferia (1971). The second of the second	i i i i i i i i i i i i i i i i i i i	
NIJCLEO DE CADASTRO - F.C.N			en e	W		
					, ¹⁴ 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1. 5 15
		e de la companya de No companya de la co			1,11,111	
	s (1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1			Alberta Grand	4.40	1.1
		7.5				
			v (1.00			
						٠
						: • • •
						: • • • .
				**************************************		1. 3.3
三人名英格兰格斯特特 医多种		a - 1	· .'·· .		+ 1 % *	81 . K
	<u></u>					
	ÁGINA É PARA L				. '	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PP0100010 \$£0.000, SECRETARIA NACIONAL DE DIRLITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO MACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO - DARC JUCESP PROTOCOLO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA 355479/97-7 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO ŝ \Diamond N. 1. R. a S SINGULAR MATRIZE JUMINICOS W. ESTADO ÉL PA FILIALD 08_000 1997 REPARKEDO A.G. of 3 075,053 A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO KMEAD DE CGC (SERE) NÚMERO DE UNIO (BEDE) ORBINATIO X SUMARIO ALTERAÇÃO ATOS U ABERTURA BUCESSÃO тплистовнасло CONSTITUIÇÃO/CONTRATO ALTERAÇÃO ARQUIVALIENTO ATA INCORPORAÇÃO TRANSFERÊNCIA DE GEDE ENCERRAMENTO CAPITAL ARGUIVAMENTO JORNAL rusão ENGUADRAMENTO-ME -OUTROS CISÃO TOTAL ā DOMESTICAL DISCOURSE CISÃO PARCIAL E BOSTA (DANGER SAMERE) OLIT ROS ELECOMENT (DENOMINACYD ON HYNYD COCINT) ESTIFUSORA NATUREZANIE , 1, 3, 9 A, V, A, R, É 1,8,7,2,5,0,0,0 CHRITAL DA EMPRESA оломии отдеч MAISTIE 10 ATMENUES ? ATIVICADES 2 | I | I | STEER OF BLACK 92.2175 Marine Inc. DAYA OU TERNINO CAPITAL AMERITO (5/A) VALDR DO CAPITÁL N N DÁÇAŞIROTUA BONBOBO Bernsyifa Digini ataq N 12 USO OA JUCCSP Nº DO (ELTIMO DOC. ARQUIVADO QUANTIDADE DE FILIAIS ABENTAS NESTE DOCUMENTO QUANTIDADE DE FILIAIS ENCERRADAS NESTE DOCUMENTO EMPRESA JÁ POSSUI FILIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO ? DESENQUADRAMENTO - ME ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER VALORES RECOLHIDDS TOER $4_{1}2_{1}$ $1_{1}0_{1}0_{1}$ Blattle 10.06.97 ранр

INFORMA	ÇÕES E DESPACHOS	
	The second secon	
DENOMINAÇÃO ANTERIOS -		
	exicensia	**
		* .
	E M	- 1
DATA VISTO IDENT		~¥_
SEGUE EM ANEXO, FICHA DE BREVE RELATO	apon visto de advojad odentificaço nominal- re 017 B e seco de inscriço)	
	aport of a same at	1
	sentificare norman	.
1	in a hero de	`
DATA VISTO IDENT.	かしけら こ ここ	انما
Corolin Chiange City Late to the Corolin Corol	(incucal)	4
SEGUE, EM ANEXO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE EMPRESAS ATÉ / , REFERENTE	I DO	100
AO PRESENTE PROTECCIADO.	AULO	
1001 11 11 100 L		1.0
WHO IT TO HOPE	LEST OF THE PARTY	
DATA VISTO IDENT.	- A A GAS	1.77
SEGUE, EM ANEXO, CÚPIA DE DOCUMENTO ÁRQUIVADO.	ANA IMANA ASSESSED TO SO	
SEGDE, EMINIEAG, COPIA DE BOLIGMENTO ANGOLVADO.	ANTALY ON OCCUPANT	: : : :
	ANA THE ASSESSMENT ASSESSMENT AND ASSESSMENT	. :*
		14 Miles 14 Miles
DATA VISTO IDENT.		
CUTRAS INFORMAÇÕES		
		일 ()
		J
The state of the system in the transfer of		
		100
1 人名 人名 (1) 《 (1) 《 (1) 《 (1) 《 (1) 》	생각 보는 네 하는 그를 걸하고 하고 있는 경험이 됐는데 되었	4/13
	하다 그 시간에 들었다. 이 그런 그래를 받고 보다가 하다 나쁜 이	
NUCLEO DE CADASTRO - F CN		
		· · · : .
	elyenyka ilijil e elify Tikiri yazat terjin teta yan asatez fifit	+ *;
		, , , , , , ,
	USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL	: .



CONTRATO SOCIAL

Kiroliki nego rano tripo bidgi kilipili

Os abaixo assinados:-

ODHLA MARIA FERREURA RLATTLER, branileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 27.110.352-8 SSP-SP, o CPF nº 094.899.668-48, residente e domiciliado à Rua das Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo;

SONIA REGINA APARECIDA, brasileire, casada, empresária, portadera do RO. nº 18.546.161 SSP-SP, e CPF nº 062.717.568-67, residente e domiciliado, à Praça do Cológio, nº 3 no Bairro Heiambra II, em Paranapanema Estado do São Paulo;

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG. nº 21.972,709 SSP-SP, e CPF nº 197.406.138-88, residente e demiciliado, à Ruz Francisco Alves de Almeida, nº 594 - Contro, em Paranaparsema, Estado de São Paulo;

têm entre si, justo e contratado, a constituição de uma sociadade por quotas de responsabilidade limitada, do acôrdo com as Leis vigentes no país e que será regida pelas chausulas deste Contrato Social de Constituição, que mutuamente aceitam e outorgam, como en segue:

CLĂUBULA PRIMETRA DENOMINACĂO, SEDE E FORO JURÍDICO

Fica constituida a sociedade por quotas de responsabilidade limitada "DINUSORA NATUREZA FIM LIDA", que tem sua sede e foro jurídico em Paranapanema Estado de São Paulo, à Rua Violetas, nº 139 no Bairro Holambra II, podendo constituir e extinguir filiais em todo território nacional, respeitando a legislação em vigor aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA REGUNDA OBJETIVO SOCIAL

O objetivo da sociadade será atividade de Radiodifiusão, (Radio-FM).



MARKOW MEDI

· 高量·man char 19

Commence of the control of the contr

Carlinea artoficial (1717) (1816) (1816) (1816) (1817) (1817) (1816) (18

189 (1905) to a state of the state of the companies of the state of th

ON THE STATE OF THE PROPERTY OF THE STATE OF

The transfer of the state of th

CLASSIE ASKOLATA

The complete are said a deal of the deal said when we allowed a six on the continue of

Petição (7932993)

CLÁUSULA TERCEIRA PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo seu inicio na data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA OUARTA CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, inteinmente integralizado e realizado em dinastro, é do R\$ 5.010,00 (Cinco mil e deis reais), dividido em 5.010 (cinco mil e deis) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (Flum real) cada uma, assim distribuidas entre os nócios quotistas no sio:

ODILA Mª FERREIRA BLATTLER	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SONIA REGINA APARECIDA	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
SANDRA ROBERTA L DE ARAUJO	1.670 quotas	R\$ 1.670,00
TOTAL.	5.010 quotas	R\$ 5.010,00

§ ÚNICO: Nos termos do Art. 2º In-fine do Decreto Lei 3.708 de 10 de Janeiro de 1.919, a responsabilidade de cada sécio será pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA ODINTA ADMINISTRACÃO E GERÊNCIA

A gerência e comunistração da sociadade, será exercida por todos os sócios, em conjunto, os quais ficam investidos na função de gerentes, cabendo-lhes a representação Ativa e Passiva, Judicial ou Extrajudicial da sociadado.

CLÁUSULA SRXVA UBO DA RAZÃO SOCIAL

O direito de uso da razão social, compete a todos os sócios, sempre em comjunto, ficando, todavia, vedado o uso para fina estranhos à sociedade, bem como proibidos de empregá-la em fianças, avais, ou qualquer título de valor.

§ UNICO: O sócio que infringir esta proibição, fica individualmente responsável pelo compromisso contraido.



CRACE STREET

en eine ber beite beite beiten bereite beite bei

AUG 15

W

Taking vendiping

रहा of section of the maintains के किया के 100 of 100 to 100 or 100 of 100 of

Conjunta (22) Sample Light Conjunt (20) Sample Light (20) Sample L

A STATE OF THE PROPERTY AND THE PARTY OF THE

properties and the second

la di particular di distrista sult la 16 mangan di Lacias di Claco, discussible a politi di tratta di Francia Frigina findicioni di Standaria a periodi di mangan ediga. In alcolo di pidalla simpagnica di

ATANAMATRACAMINA

And the region are mineral and constant and the constant and the control of the constant of th

11/23/6 (11) (62) 16(36/6 (46) (46) (46)

the suggest to the second of the London second second of the second seco

they be another the employed with the first of the feet only any consideration of the first of the filler of the

CLÁUSULA SÉTIMA RETIRADA E PRO-LABORE

Os socios que participam da administração e gerência, terão direito a uma retirada mensal a título de Pro-Labore, a ser estipulada de comum acordo entre si, dentro dos limites permitidos pala Legislação do Imposto de Renda vigente.

The proceedings the first for the first of the process of the first of

CLĂUSULA CITAVA TRANSFERÊNCIA DE OUOTAS DE CAPITAL

Nonhum dos sócios poderá coder, transfesir, alienar ou dar em gazantis anas quotas de capital social a terceiros, som o expanso consentimento dos cumos sócios, que terão amegre em son favor o direito de preferência na aquisição das quotas que forem objeto de transferência. É livre, entretento, a movimentação das quotas entre os sócios.

CLÁUEULA NONA FALECIMENTO DE SOCIO QUOTISTA

No caso de falecimente, ou impediamento definitivo de um dos sécios, a sociedade poderá ser dissolvida ou não, ficando a critério dos sécios remenescentes e dos herdeiros do falecido o poder de decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA CASOS OMISZOS

Os cosos emissos neste Contrato Secial, serão regulados ou resolvidos de acôrdo com as disposições legais vigentes que regulam as sociedades civis por quotas de responsabilidade timitada.

Oz sócios declaram que não estão incursos em menhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade comercial.

E, essim justos e contratados, essimem o presente instrumento particular de contrato social, em 03 (trois) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza os devidos fins e efeitos de direito.



《然注的包含工程组织法》 where the fresh trees of alternative fresh the fresh the fresh the fitting and a sound nicht entre geleite geleine aber die feligiegen der Walterpried von der Jackster ab gemind besonnen abereite d हिन्दिहरू विकास की नारकारी के नारकार की किला का किला है की साम किला है कि साम की The first familiar sees with the work for Shanconers were a tracking a great rich with the te and the second second to the contract of the second o de la constitución de diferencia de la contrata de la contrata contrata de la contrata de la contrata de la c To come de intermedia en incominar distinction de commente de moste en propertional designation of the contraction of the solly engineer and stopped to so to do by the above solly and find only a decreasing of the District Council Council PHY CHALLESS AC Programme and the second

The Land of the Control of the Manual of the State of the Control of the Control

THERE IS A SECOND CONTROL OF THE SECOND SECO

the property of many departments were a supplied a place. They have been able to be a supplied to

the Literature, the interest is the sound of ments of the beautiful of some and anticolor

Admini Takat himselest

distribution of the comments of the property of the second of the

्रात्रां कर १८ वर्षा वर्षा वस्त्रात्रात् स्वत्रात्रात् स्वत्रात् । स्वत्रात् वर्षा

inne kan din sing mendelatan penggilan yan din penggilang penggung penggilan din sing sing menggilang beranggilang di benggilang ben

Paramapanema-SP, 10 de Junho de 1.997.

Odila roquia Henena Blattler Odila Maria FERREIRA BLATTLER

SONIA REGINA APARECIDA

SANDRA ROBERTA L'ENCIONI DE ARAUJO

TESTEMUNITAR

ROCHERO THEUROLO DA SILVA BON 13.642.757 SSP-SP

ALIPIO PASCHOAL RG Nº 7.229.353 SSP-SP "ADVOGADO"

05WALUU AFARD 068-98-39,278



THE PARTY OF THE P

terna de la compresa The same of the sa The state of the s Actorday, and a to the ra di an primara da parti de prima di gira di SALECTORY STREET KATIBAGKADINIAN TENDERANGAN PARTITION THAT MAY dodoveka opula. Podas sedoci, prese

	(ATMUL AG OBU)	FC
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA. DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FICHA CADASTRAL - MODELO 1 DADOS DA EMPRESA	[B]	MOD. 1
DADOS DA CIII		VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO
01 - IDENTIFICAÇÃO		N 106
LTDA	: ·	["[0:)[0:]
LIDA	NIRC DA MUAL	
(190 SIA JUNTA) NUMERIO DO PROTOCOLO (2) (3) (4) (5)		
ATHAL AB ORU)		
C5 Land Land Land Land Land Land Land Land	JUNTA)	(USO DA JUKTA)
NUMENO DE RECISTRO 08	MES	GÓCL TIPO OB 1
NATION DATE	LTDA 1	
of Ditifinision	1_1_1_	
ORDEM CONTR.	INSCRUÇÃO ESTA	
MONTEPO DO CO.C		
10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	4,	
62 - ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO (ATUAL) LOGIRADOUNO (RUA AVENIOA; ETC.)		
PUBLICATION OF A STATE OF THE TAIS IN THE TENT OF THE PROPERTY	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
BAIRS ANDAS RALA SCRIELOJA, DUTROE)	The second second second	T. 1 1 1 1 1 1 1
3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Q LAMBRA 1-1	
1113131 -1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1	1 n -1 1	1, 8, 7, 2, 5, , 0, 0, 0
AUNICIPIO 1	<u></u>	1 01 71 51 51 51 51
A, V, A, R, E,		MAIS DE 5 ATIVIDADES
03 - ATIVIDADES ECONÓMICAS / CAPITAL / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CÓD. ATIVIDADE CÓD. ATIVIDADE CÓD. ATIVIDADE		18 N. NAO
CÓD ATIMENDE	17 1-1-1-1	DATA DA ASSINATURA DO DOCU- MENTO OU DA REALIZAÇÃO DA ATA
1992.21+5	CAPITAL	C-1 DAY 1 MES 1 1000
VALDA DO CAPITAL 5,0,1,0,0 10	L MINTERADO	[[]] , .] , .] , .]]]]
MICROEMPREGA	EMPRESA PEO, PONSE	
MICHON MATERIA	RAMENTO 25 S S-SIM	D- DEVENOUS PANEETO
PRAZO DE DURAÇÃO 23 2 2 - INCETERMINADO 23 N. WO 24 0. DESENDIA		
TOTAL POACE PERSON	TADAS, NA FORMA DA LEI.	7 70 7564
NOME ASSESSMENT A FERREIRA BLATT	LEA Odilamou	ia Jenen-Blattle
		DASA DO NEGISTRO
NOMERO DE PEQUENTO	[A] 	DIA I MES 1
MINE SECUNDARIO	<u> </u>	DATA NO REGISTINO
NUMERO DE REGISTRO		DIA MES
NIRE SECUNDARIO	1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	[24]
		DAIA DO REGIGIÃO ANO MES ANO
MIRE SECUNDATIO		20 1 - 1 - 1 - 1 - 1
27 27 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		DATA DO REGISTAD DIA IAES AND
NUMERO DE REGISTRO	1	29
	<u> ^ </u>	
(USO DA 4)	D.E.	
√ (A) (B)		

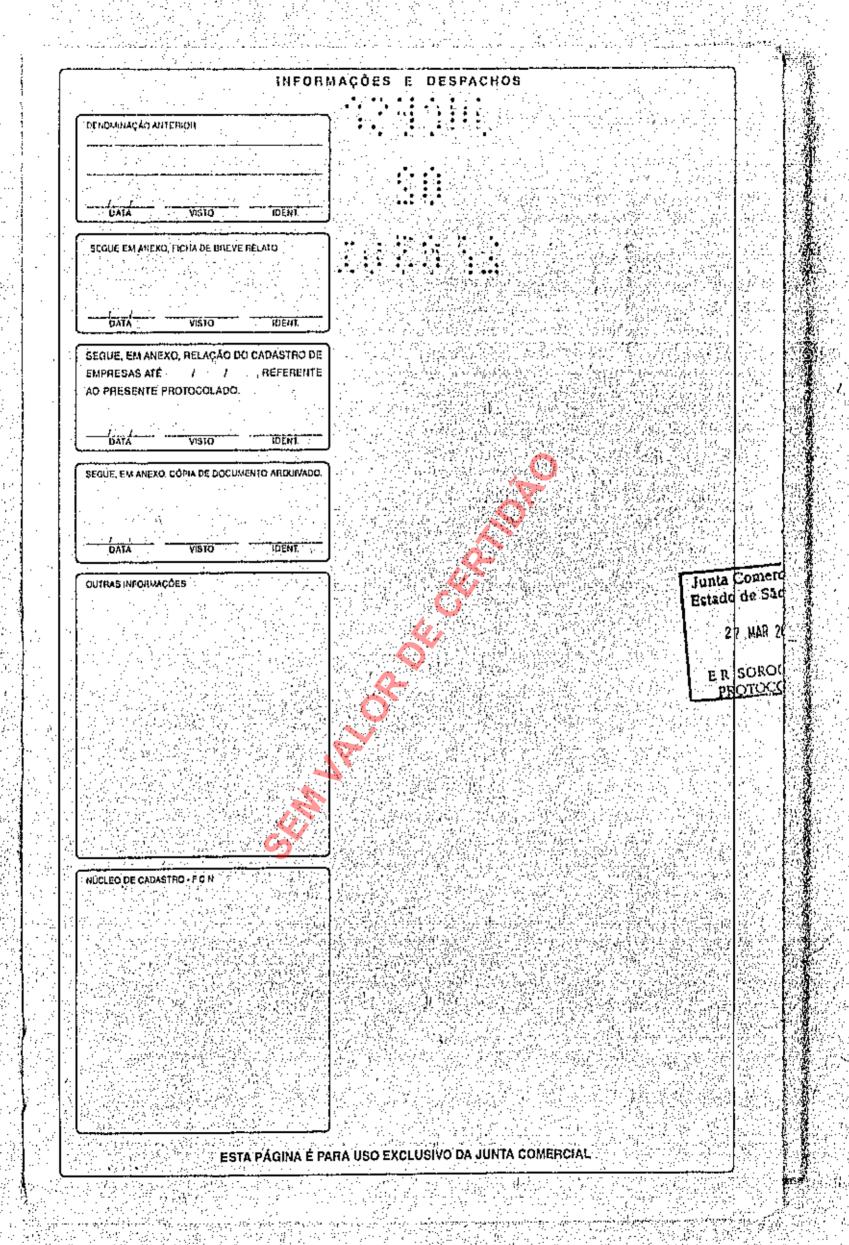
	<u> </u>	00	(ATMUL AD OBU)		F.C	
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA I JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE S FICHA CADASTRAL - MODEL	DA CIDADANIA SÃO PAULO	R	F	·	MOD. 2	
QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRI	ANTES	! _		VIDE INSTRUÇÕI	ES NO VERSO	
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					LIIA N' DE	. .
	· ·			[0]]0	- 1] [
	THE DO NEUT	A)		1-ADMISSÃO 12-ALTERAÇÃO		
NICE ON SEDE	DA MES	ANO	0.4		ICAO DE CAPITA BARMANESCENTA	e. is
DIFUSORA NATUREZA F	M LTDA	· · · · · ·	<u> </u>			_
C.P.F. DU NUME	O DE IDENTIFICAÇÃO			[S P	"
10ENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%)	CONFORME INSTRUÇ	ÕES NO VERSO			
시마/도	ERRELIR	A B L A T	TLER		<u></u>	→ 🖔
in O D I L A A M A R I A A F	<u> </u>	1			`	· · · · ·
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	_1_1_1_1_1_1_	_1		00MIG	LIO NO EXTER	юя 🖁
NACONIA (DADE	1	11.		₩,	-SIM I-NAO	
10 B, R, A, S, T, L, E, I, R, A, I, L	_111					
ENDENECO	mingell		والمسلمات		<u> </u>	
12 RIUIAI IDIAISI IVILIOILIEI		BAIRPO	V			
NOMETRO SALA, SALA, SOMPLEHENTO (ANDAR, SALA, SOER	ELONY COLLEGE	HOLLAM.	B _I R _I A _I T _I T	<u> </u>	1 1	
1,1,3,9		4/	w c.	sh 8 ₁ 7 ₁ 2 ₁ 5	00	.01
P.A.R.A.N.A.P.A.N.E.M.A.		<u> </u>	ROUS NA SOCIEDADE VIC			
TIPO DO SÓCIOADIAIMSTRADOR 13 5 - PESSOA PISICA 14 S N.	SIM .	TE O 2	CAHGO-2	CARGO 3	10	1
ALL DO BY STRUCKERS OF CAPITAL	1 1 15 17 10	1.10.40		H	: 1	:: ·
10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1			<u> </u>	<u></u>	<u> </u>	
	-PREENCHER QUALIDO SE TR	N. E. DO REPRESENTADO		·	U.F. ENITCH	
C. P. F. OU WHE DO REPRESENTADO	20 <u>1:</u>	<u></u>	_1_1_1_1_		U.F. EMITE	
C. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO G. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO 18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	R 0, JR.	N, E. DO REPRESENTADO			2	
\$\begin{align*} \begin{align*} \begi	DAMA DA ENTRA	DA NA SOCIEDADE		DATA DA GAID.	DA SOCIEDAD	io
TERMINO DO MANDATO DA MÉS ANO 22	24 1 1	s ANO		25		_
DADOS COMPLEMENTARIES		<u> </u>	111	<u> </u>	1. 1 1.	
26 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	. <u></u>	.		<u>iii</u> i _	<u> </u>	
	1_1_1_1 _1_				1 _1_1_	
		<u> </u>	<u></u>	<u> </u>		1
		<u></u>	<u> </u>	<u> </u>	<u></u>	4
	I					
DATA ASSUMO INTERRA RESTORA	ABILIDADE PELAS INFORMAÇI CIDADIENISTRADORACIONI IA FERRETRA I	DES PRESTADAS, NA FOID STA DU DO HEPRESCRIAN BLATTLER	× (Odila m	Fine	<u>i- Bla</u>	Ula
10 / 06 / 97 ODILA			DE.			
3 Jan	Ge (05	d mai harrene.				
	<u>!</u>				•	

43.	The state of the s		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTALA DO CONTRA		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO	(UEO DA JUNTA)	F C
	SCORE IMPIA DA JUSTIÇA É DA DEFESA DA CIDADAMA		-
हर्ने भे	GOIVIA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAÍN O		j
1	FICHA CADASTRAL - MODELO 2	RF n	40D. 2
/ L	QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES		
1	entificação da empriesa		
í		VIDE INSTRUÇÕES N	O VERSO
ÿ		FOLHA	DÆ
24.0	NIRE DA SEDE (USO DA JUNTA) DATA DO REQUENTO	61 0 2	0.3
1	DIA MÉS	1 - ADMISSÃO 2 - ALTERAÇÃO 1 - 3 - 5 - (DA	
1	OME COMERCIAL		E CARITAI
	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	5-INTERNANTES REMAN	ESCENIES
1 "	A P P DIVING		. 1
	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO	I.N.E.	
j	10 16 12 17 17 15 16 18 16 17 06 1 2 NIGHE 07 1 18	3.4.5 1 6 1	MITEMIE .
, ,	ENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADISINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORM	E INSTRUÇÕES NO VERSO	
<u> </u>	ISONIIA REGIANA ARABE		•
ĺ	I A RECIPAL		ليت
			·
	NACIONALIDADE		
1	HRASTLETRA	OOMICALIO NO EXT	ПЕЯІОЛ
<u></u>	ΓΝΌΕ ΤΕÇΩ	N-NAO	
12	PRIAICIAL DIOLICIOLE GIT OLNI SLES		٠ .
, MÚ	MERO COMPLEMENTO - (ANDAR, SALA, SOBRELOJA, OUTROS) BARRO		. ليت
<u>L.</u>	HO.	M, B, R, A, I.I.	1
	NICÍPKO		<u>· · · · · · · · · · · · · · · · · · · </u>
P	ARANAPANEMA	1 1 S.P. 1.8.7.2 5 0 5	
	TIPO DO SÓCIO/ADMINISTRADOR	CARGOD HA SOCIEDADE VIDE TABELANO VERBO	וסיי
13	5 PESSOA PISICA USO DA FIRMA S N. MO	CARDO CARDO	RGO-4
	WALCIR DA PARTICIPAÇÃO PRO CAPITAL	17 18	
. ts			
:			Į
	C. P. F. OU NIRE OF HERDESHATANA	TANTE -	Ę
20	R. G. /R. N. E. DO REPHESENT	Abo AF, EMITENII	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
20	E. P. F. OU NIRE DO REPRESENTADO	Apo U.F. EU/(TENNE	. [
·			. [<u>\$</u>
c=-,	EIA MÉS ANO DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE		[
23	CIA MES ANO	DATA DA SAÍDA DA BOCIEDADE DIA MES ANO	1
'	ADDS DOMPLEMENTAKES	25 1	
PE	<u></u>		
- 1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
<u> </u>	- 	1.	;
		────────────────────────────────────	F
1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	- 1	ļ Ž
- 1_	▄▋▕▝▄▗▐▗▗▋▖▝░▄▊▕▗▄▎▗▄▎▕▄▄▍▕░▄▋▕▋▖▋▗▊▗▋▗▋ ▗▋▗▋▗▋▗▋		
DAYA			→ 🖔 .
10	ASSIANO INTEIRA RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES PRECTADAS, NA FORMOME É ASSINATURA DE SOCIO ADMINISTRADORMACIONISTA OU DO DEPRESENTAM SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA ADA DECIDA SONTA RECTIDA	A DA LEI,	, [
	SONIA REGINA APARECIDA	to received.	
TA.	CF (UBO DA JUNTA)	DE	
			\$

MINISTÈRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMERCIO SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FICHA CADASTRAL - MODELO 2 QUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO
NIRE DA SEDE OS DATA DO REGISTRO DIA MÉS AND OLI 1 3-ADMISSÃO 2-ALTERAÇÃO 4-REDISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL B-NOTICHNATES HEMANESCENTES DIFUSORA NATUREZA FM LTDA
C.P.F. DU NITE TIPO DE IDENTIFICAÇÃO R.G. DU FL.N.E. OS 1 9 17 14 10 16 (1 13 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18
IDENTIFICAÇÃO DO SÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) CONFORME INSTRUÇÕES NO VERSO
SIAINIDIRIAI IRIOIBERITIAI LEINICITONI, DE MRAUJOI
NACIONALIDADE DOMICALIO NO EXTERNOLI DOMICALIO NO EXTERNOLIO NO EXTERNOLIO N
10 B R A S 地 L E I R A III N N N N N N N N N N N N N N N N N
RIUIAI IFIRIAINICII SICIO ALLIVEISI DE ALMEIDA
S 9 4 COMPLEMENTO (ARDAR, BALA, SOMMELOJA, COTROS) BAIRING C. E. N. T. R. O.
MURICIPIO U.F. CER
TYPO DO SOCIONADMINISTRADOR USO DA FIRMA CARGO LA CARGO LA SOCIEDADE - VIDE TARELA HO VERSO
TIPO DO SOCIONADMINISTRADOR USO DA FIRMA 18 5 7 - PESSOA LIBORA 18 5 7 - PESSOA LIBORA 18 0 12 19 0 12 10 17 1 18
V/L OR DA PARTICIPAÇÃO HO CAPUTAL 18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
C P. F. OU NIPS OG REPRESENTADO R. G. (R. N. E. D.) REPRESENTADO U.F. EMITENTE 20 21
C. P. F. QUI MARE DO REPRESENTADO R. G. / R. N. E. DO REPRESENTADO 20 21 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
TÉRMADO DE MANDATO DATA DA ENTRADA NA SOCIEDADE DA MÉS AND 24 25 26 27 28 28 28 28 28 28 28 28 28
DADOS COMPLEMENTARIES- 26 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
DATA ASSUMO INTERNA RESPONSABILIDADE PELAS INFOHINAÇÕES PRESTIVOAS, HA PORMA DA LEI HOME É ASSINATURA DO SOCIADAMINISTRADORACIONISTA OU DU REPRESENTANTE LEGAL SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO MINULE MI
TO. (USO DA JUNTA) DE.

SUNTA COMPRESA DO ESTAD DE SÃO PAULO DE SÃO	E PHONE SIGNATURAL	JUCESP PROTOCOLO 184104/01-0
Coffee 19	g (binsie in).	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
E CONTROLLE		CADASTRADO DE SÃO PAULO EX SOBO DE SÃO PAULO 27 IIAR 2001 27 IIAR 2001 ALBURTO MAGNO RODRIGUES ASBORTO TECNICO 8.6 nº 16.879.947-0
A JUNIA COMERCIAL DOSCATACI FINAL DESCRIPTION DE MANAGEMENTO DE MA	3521 4 C 1 7 5 5 2	2 0 9 5 0 3 0 1.0 0 0 1 1 2 0 services
HE STOREGE AND THE SECOND SECO	1 Cardinalent 10 Can with 10 Canale	X a notion of the control of the con
MUIFUSOAA	HAZURBIA FELLI	
Company of the Compan	UNITO PRAID PPL I	56
5/N1	PAR PAR L	Y S I IS U
	Descriptions of the second of	CONTINUE THE STATE OF THE STATE
CHARLEMON DE LIGAR ATTIÉRO HE 19 : AMERICA DE FIRME TRUENCADA O DEBRICA DE POSSOS FUDATE SOS E S. COP.	s durie officialities () 🔞 📜 J. 6.	USQ CA JUNESE USG CA JUNESE CATA DO ALAMONA INSTANTA DO ALAMONA INST
Wilestin Dieta 19009 4.2.	oo Cootha Maria Pennesaa Odila Maii	PLETLER

Petição (7932994) SEI 53115.020805/2021-81 / pg. 22



H. R. SOROCABA

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL C NPJ 02.095.038/0001-10

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 27.110.352-8 SSP-SP e CPF 094.899.668-43, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holamra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SONIA REGINA APARECIDA, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 18.546.161 SSP-SP e CPF n.º 062.717.568.67, residente e domiciliado na Rua Praça do Colégio, n.º 5, no Bairro Holambra II, em Paranapanema, Estado de São Paulo.

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, brasileira, casada, empresaria, portadora do RG n.º 21.972.709 SSP-SP e do CPF n.º 197.406.138-88

residente e domiciliada na Rua Francisco Alves de Almeida, nº594, no Bairro Centro, em Paranapanema, no Estado de São Paulo

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro, solteiro, maior, empresario, portador do RG n.º 29.870.268-X SSP-SP e CPF n.º 286.992.318-06, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, em Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Resolvem de comum Acordo alterar o Contrato Social registrado na seção 15/08/1997 sob n.º 35214617652 na JUCESP da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA com CNPJ 02.095.038/0001-10, que tem sede e foro jurídico em Paranapanema, Estado de São Paulo, na Rua Das Violetas, n.º 139 no Bairro Holambra II, conforme segue:

ial do Paulo

iot . .

ABA LO

history are a function of the missipage of seasons and the constraint of the constra

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

p A

a na mana ambanda ngapat akakang ngapagkang lang dang kang akahan ang kanada kanada na akahan ang kanadaka kan Tanggan ang kanada ngapat akakang ngapagkang kang dang kang ang kanada kanada kanada na akanada na kanada na d

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-a Difusora Natureza FM LTDA e terá como finalidade a execução de serviços de rádio difusão sonora em geral, quer de onda media, frequência modulada e onda tropical, e de sons e imagens (televisão), mediante autorização do poder concedente, na forma da Lei e da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade é de acordo com o artigo 3º do decreto n.º 52:795, de 31 de outubro de 1.963, será a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

CLAUSULA TERCEIRA

Altera-se o endereço da sociedade para a cidade de Paranapanema, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal P. P. M. 156, Bairro Capim Velho CEP 18.270-000, podendo abrir filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional

PAJ

CLAUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para Ter vigência por prazo indeterminado a suas atividades terão inicio a partir de 10 de Junho de 1997. Se necessário for a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLAUSULA QUINTA

A sociedade se compromete, por seu diretor e sócios, a não efetuar qualquer alteração nesse contrato, sem que para isso tenha sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos competentes.

CLAUSULA SEXTA Capital.

A Clausula Quarta do contrato anterior passa a ser como segue:

SONIA REGINA APARECIDA cede e transfere suas 1670 cotas no valor R\$ 1.670,00 para o sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro, neste ato nada mais tendo a declarar, SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO cede e transfere 835 cotas para ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar, e 835 cotas no valor de R\$ 835,00 para ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, recebendo em dinheiro neste ato e nada mais tendo a declarar. O valor da cotas do capital permanecem sem alterações, e assim distribuidas:

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00.

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER 2505 COTAS R\$ 2505,00 SENDO ASSIM 5010 COTAS, R\$ 5.010,00.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 2º IN-FINE do decreto lei 3708 de 10 de Janeiro de 1919.

0 4 1

in minground and the speciment of the control of th

34/5:020805/2021-81./ pg.:27

As cotas representativas do Capital Social são inalicnáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

CLAUSULA OITAVA

CLAUSULA SETIMA

O Capital Social, na sua totalidade pertencerá sempre a pessoa física brasileira.

CLAUSULA NONA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de Radiodifusão Sonora no Pais, alem dos limites fixados e previsto pelo artigo 12 do Decreto-lei n.º 236 de 28 de Fevereiro de 1967.

CLAUSULA DÉCIMA

A sociedade será administrada pelo sócio ANDERSON APARECIDO ERREIRA BLATTER, na função de Diretor-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora poderes da administração legal da entidade e sua representação em juizo ou fora dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos dele, competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos de actual de todos de competindo-lhe a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos de competindo-lhe a assinatura de todos de competindo de competin

0

Benedicular designation of the contraction of the c

X

Ď

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos e a sua investidura no cargo, depois que a entidade se tornar concessionária ou permissionária se Serviços de Radiodifusão somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo poder Concedente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Para exercício das funções de administrador, procurador, loucutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação da natureza intelectual, direta ou indiretamente a sociedade se obriga desde já a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA

O quadro de pessoas da Sociedade será sempre constituído de no menos 2/3 (dois terços) de trabalho brasileiros.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

Source and the second section of the second second

As cotas são individuais à sociedade que para cada uma delas só reconhece um proprietário.

PASS

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

As cotas não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade sem o consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder consentimento expressos dos demais sócios e da autorização prévia do Poder Concedente, nos termos da Clausula Quinta do presente instrumento de alteração contratual, e para esse fim o sócio retirante deverá comunicar a sua alteração à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão resolução à Entidade em qualquer eventualidade os sócios remanescente terão sempre preferência na aquisição das contas do sócio retirante.

CLAUSULA DECIMA SEXTA

O novo sócio declara não estar incursos em nenhuma pena que lhe impeça de exercer atividades mercantis.

Fica assim alterado o Contrato Social registrado na JUCESP Seção 15/08/1997 sob n.º 35214617.652 da DIFUSORA MATUREZA FM LTDA, de a presente alteração passa a fazer parte integrante, continuando em pleno vigor as demais classifica não alteradas.

E por estarem assim justo e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 3 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, devendo ser arquivado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Puranapanema, 19 de Fevereiro de 2001.

P 12 2 3 2

Control of the contro

SOCIO: ANDÉRSON, APARECIDO FERREIRA BALATTLER. Ocula maria Ferreira Blattle SÓCIA:ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER. SOCIA RETIRANTE: SONJA REGINA APARECIDA ARAUJO. TESTEMUNHAS: -- Mahazowa MARIA Y. NAKAGAWA. CONIO H. NAKAGAWA. RG.7262.603 SSPSP RG.4127.866 SSPSP

Follows the following the contraction of the contra

Petição (7932994)

SEI 53115.020805/2021-81 / pg. 32

·			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			. الخس	···			<u> </u>		
	· LOE DARI	MATATUTAVCI BIO'DV INDÜR	DUAL DE REGI	STUM OUT COM	r ocio		•	iathul ag gau	7. 7	FC	_	() () () ()
	C.SIGR	etahania ájá	16ABAr	ENA DA CIDAD	ANIA						ibus 3	
ļ · · · '			DASTRAL - MI	ODELO 2		P		F	- ; ; • • · · · · · · · ·	_ MOD. 2	HE COME	
			CIETÁRIO / INT	EGRANTES	· · ·		<u> </u>		<u> </u>			
IDENTIFICA	AD DA EMPE	IESA .						,		ÕES NO VEAS	0	
				•	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1				· · ·	OLHA N' DE O 1 o A		
NIRE 114	5000				(USO DA JUHIA) NIA DO NEG STAD				•	0,1 0,4	, ,	
oz 3 5	2 1,4	6,1,7,6,	5 2	03	DIA MES]	ol 3	2 ALTERAÇĂI 3 SAIDA 4 REDISTRIB	D BOAD DE CAPITA BINIMA SCENTE		
ÖÜFÜS	RCML DRA NA	TUREZA FM	LTD		· ()				6 WIEGWEIT	SIN MAN SCHOLE	s 1989 1 1989	
CPF O				TIPO be used as	aran	Prince - 1			- :		J	*
∞ 0, 6	2 7 1	7,5,6,8,	6.7.	TIPO DE IDENTAFIO 1 COM 2-NIFIL	AÇAG PI	DURNE 	<u>L</u> B.	5,4,6,1,	ا لدره	S IP		
		D, ADMINISTRADO		A (ESTE COM MA	US DE 10%) CON	FORME (NSTR			:			
THE HOME		REG						: <u>:1-1</u> -1-1	<u>. </u>	<u>.</u> 1		
L	<u></u>	. 4 1 1 1				.			11.11			
MACION	ALMXADE								DOMES.	O NO EXTERIOR		X
10	<u> </u>					4				iu _i		
13 ENDERIC	;o			4	·		X				- <u> -</u>	*
NUMERO	. ·	COMPLEMENTO : (A	!/DAFI. SALA. SCIPP	ETGTW ON LUCK	BAIRIDO				14 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	er er fer frans		第
ــــــــــــــــــــــــــــــــــــــ	البنال				1.	سنو		1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		<u> </u>		
NAUNICÍPIO							A PE	CEP				T. C.
	sona rave	unabor '	 					DACK - VIDE TABLE		- 		
[13] 14-1	SÓCICI ADMINIS ESSOA FÍSICA ESSOA JURNACA		USO DA FI	i.	15	CANGO I	CANKO		that-a	CANGO 4		
C AVEQUE	LIMITICIPAÇÃO	:		_	N. V		•		,	7.1		
		<u> </u>	1			<u>.</u>	· .				1 1/0 / N	
C. P. F. Q.	MARE DO MEPA	ESENTADO	PF	NE EXICHEN QUANCO	OSE TRAIAN DE NE G. (1). N. E. DO HER				HE	EMITENTE		1
20			ال	21			 		22			
C.⊓.F.Q.	NIHE DO REPR	ESENTADO	1 📥		Δ / P. N. E. DO REP	RESCNTADO		$\mathbb{R}^{\frac{n-1}{2}} \times \mathbb{R}^{\frac{n-1}{2}} = \mathbb{R}^{\frac{n-1}{2}}$		LWITENIE		X.
				. [11]	<u> </u>		<u> </u>		22			
TERMINE DIA	MÉS .	AVID .	C	DATA DA E	NTHAUA NA SOCIEL MÉS AU			™	A SAIDA DA SOC MÉS LO DEL 1	ANO		
	<u></u>	:s	7	. <u> </u>		·		कि। र प	<u>ه الحروا</u>	<u>مبدرانا</u> 	An (An	
26		تنتعث	<u> </u>		· .	 		 1:1 1	<u></u>	<u> </u>		
نيا	1) <u> </u>			_ 	 				
	7 1 1 4 - 1	45 A 17 A				, ,						
								• • • • • • • • • • • • • • • • • • •		<u>لتار</u>		
· - - 		······································					-		1. 1. 1. 1. 1 1. 1. 1. 1			
LO . M				DE PELAS IMIOIMA MINISTRADOR/ÁCKO		NA FORMA DA L ESENTANTEJE CO	EI C					
171/00	<u> </u>			PARECIDA		-770	ڊج					
	.:			<u> </u>	50 PA JUNTA)				. :*			
141.	: ··-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	CF.	, to:			DE ·				1 K	8

Peticão (7032004) Petição (7932994) SEI 53115.020805/2021-81 / pg. 33

Experiences grahum agent and experience and an experience of the second and an experience of the second and and an experience of the second and are also as a second and an experience of the second and are also as a second and are also as a second and are also as a second and are a second an experience of the se

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO SECRETARIA DA JUSTICA E DA DETESA DA CIDADANIA JUNTA COMERIAL O CATADON SAD PAUSO EICHA CADASTRAL - MODELO 2 OUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO FOLDA INT. OF DATA DORGESTIO VIDE INSTRUÇÕES NO VERSO FOLDA OF OL 2 O 4
NOUL CONTINUES FM LTDN APRIL STREET
OS 1 9 7 4 0 6 1 3 8 8 8 0 1 2 NIPC OF IDENTIFICAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO SOCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA JESTE CON MAIS OF 1 2 1 1 2 1 9 7 2 7 0 9 0 S P
$\mathbf{E}_{\mathbf{R}}$
TAGICHAN INATSE
ENDERICO THE STATE OF THE STAT
MUNICIPIO COMPLEMENTO JANDAR, SALA SOGRELOJA, OUTROS) BAINING
TIPO DO SOCIO ADAIRASTRADORI USO DA FIRIMA CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURI A NO VERSO 13 7. PESSOA INVIDENA GARDOS CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURI A NO VERSO CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURI A NO VERSO CARGOS NA SOCIEDADE. VIDE TAURI A NO VERSO
7- PESSCA JUNIONCA 14 S-SIM CARGO-1 VALORI DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL 19 19 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18
C. R. F. OU WHE DO REPRESENTADO PRECEIGNER GUANDO SE HAVAN DE REPRESENTANTE TO O / R. N. R. DO REPRESENTADO UE CANTENDO UE CANTENDO UE CANTENDO
C P.F. OU WIRE DO REPRESENTADO 10. D. /A N E DO REPRESENTADO 12. EMITENTE 12. L.F. EMITENTE
TÉRIMINO DO MANDATO DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DATA DA SAIDA DA SOCIEDADE DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO DIA MÉS ANO
DADOS CODATEMENTANES: 28 1 19 0 12 2 10 0 11
DATA ASSURIO INTEIRA DE SPONSARIA IDADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NA FORMA DA LEI 19 / 02 / 2001 SANDRA DODI EUDINA DA POPULAÇÃO REPRESENTANTE LEGAL.
IM DE ARAMO DE MINCOLO
CI: {USO DA JUNTA}

DEPARTAMENT SECRITATIA JUNIA CO	INDÚSTRIA, DO COMERCIO E OO TURI O NACIONAL DE TIECISTRO DO HOMER DAQUESTA ESTADO DE SAO PAULO MERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO CHA CADASTRAL - MODELO 2 DRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES	icio :	H		1/OD. 2	
	IND SUCIETAMO / INTEGRACITES :			VIDE INSTRUCC	ES NO VEHBO	
ENTIFICAÇÃO DA EMPRESA				and the second	DAHA . Nº DE .	
		USO DA JUNIA)			013 014	
NING DA ŞEDE	ri da më ket sha m at	USO DA JUNTA) TA DO REGISTINO DIA MES ANIO	9. (1 1 2 2 3 3 3 3 3 3 3 3		
□ 3,5 2 1,4,6,1	17161512			5-MEGIWITE	HICAO DE CAPITAL SILCADA SCENTES	
NOME CONTINCIAL DT FUSORA NATU	REZA EM LÆDA	<u> </u>		Tarefore to the second		
C OF ON NIRE	THE DE JOEN DEVEN	(сы) — па осла Бу 2.9,8	ir 3,7,0,2,6,8,•	$[s_is_is_j]$	OF EMPERIE	
05 2,8,6,9,9,2,3	118016 M 12 2 MARE INISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MA					
NONE		O. P.B.R.	RELITERAL L	3 <u>1 L A T T L </u>	EIRL 1	
on A N, D, E, R, S, C	J N N P N K E C X E					
	<u> </u>	<u> </u>		DOUID T IS	LIO NO EXTERIOR	
HACKMALKADE 10 B ₁ R ₁ A ₁ S ₁ I ₁ L ₁)	S1 T1R1A1 1 1 1 1 1 1			11 K	and the first of t	
FUNCTION						
	S V I O L E TA A S	DAINE)	w. 9575420			
лимено самі 1 <u>В</u>	PLEMENTO - (ANSIAR, SALA, GOURELOVA, OUT1905)		AMBIRIAL L	I I		
MUNICIPID		· C	s P	1,8,7,2,0	<u>0_0_0</u>	
P ₁ A ₁ R ₁ A ₁ N ₁ A ₁ P ₁	and the second s	CARO		DE - VIDE TADELA NO VERSO CANGO 3	CARGO-4	
TIPO DO SOCIO ADMINISTRADO DE SEPRESEDA FÍSICA 7 - PESSOA AMBIDICA	USO DA FIRMA S S SM 14 S N-140	100		17	18	
WALCIN DA PARTICIPAÇÃO NO	CAPITAL	0,5,,00				
19 1 1 1 1						
C. P. F. OU WHE DO REPRESE	DOMAN	NO SE TRATAN DE REPRES N. O. J.H. N. E. OO REPRES	CHIADO	22	U.F. EMITENTS	
20 1 1 1 1 1 1	2	<u></u>	<u>. </u>		U.F. EMHENTE	
C R F OU HINE DO REPRESI	NTADO 21	A G. JIL N E. DO REPRES		_122	<u> </u>	
16HMING DO MANDATO	DATA	DA CHTRIADA NA SIOCIELAD	E	DATA DA SAIQA DA DIA MÉS	SINCIEDADE ANO	
DIA MÉS A	10 1 P	1000		25		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
DADOS COMPLEMENTARES				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		- A
26 1 1			<u> </u>			
	<u> </u>		<u> </u>			
	<u> </u>		<u></u>	<u> </u>		
<u> </u>	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	<u>llll</u> l	<u>. </u>			
DAIA	ASSUMO INTEINA RESPONSABILIDADE PELAS INFO HOME E ASSIMATURA DO SOCIO: ADMINISTRADOR	CRIMAÇÕES PRESTADAS, N PACIONISTA OU IXO REPRES	A CONMA DA LEI SENTANTE LEGAL.	h 1111		
3 19 102 /2024	ANDERSON APARECIDO	FERREIRA BIJ	<u>attier</u>	XUUU		
3	CF.	INSO DA JUNTAT	ÞΕ		1 10 10 10 10 10	
) In		·	<u> </u>			
the transfer of the second of	หรุ่งได้รูปสอบาลล์ เพียงสุดให้เอาต่อง สุดสุดใ		er egis ete gelfinlege.	setting to the problem of the gifty	, engler og det en rager	of Salasian and
					alipar Dije	

\$ 1. 4.	on the control of the	s S S
**:		
	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO DEPARMENTO NACIONAL DE RECISTRO DO COMÉRCIO SEGRETARIA DA JUSTICA É MARCES LOS MIDADANIA UNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FICHA CADASTRAL - MODELO 2 OUADRO SOCIETÁRIO / INTEGRANTES	
	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
	(USO DA JUNTA) OLATA DO GEOSTINO DIA MES ANO Total 2 Sadda	
	MIRE DA SEDE MI	
# # P	HOUR COMENCIAL	
	100 DE IDENTIFICAÇÃO (11.59) (11.59) (11.59) (11.59)	
	DENTIFICAÇÃO DO BÓCIO, ADMINISTRADOR OU ACIONISTA (ESTE COM MAIS DE 10%) DONFORME INSTRUÇÕES NO VERSO	
	DENTIFICAÇÃO DO SOSSO SOSSI S	
	DOMICIO NO EXTENION SALES	
	NACIOMALISMBE 10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
To Section 1	ENDERISCO DAIRRO	
1416	MUMERO COMPLEMENTO HANDARI SALA SOBREGGIA OFFIROS)	
	AUCHICUPIO CARGOS NA SOCIEDADE - VIDE TABELA NO VERIGO CARGO CARG	
	TING DO GOGIQUADIUNISTRADOR USO DA FIRMA USO DA FIRMA 14 N I I I I I I I I I I I I I I I I I I	
	VALOR DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	
	PREENCINETI QUAIRIXO SE TRATAR DE REPRESENTANTE R. G. FR. N. E. DO REPRESENTADO 22	
	C. P. F. OU NIGE DO REPRESENTADO UE ENATERITÉ UE ENATERITÉ	5
	C. 27 F. OU NIRIE DO GEPRESENTADO R. G. / R. N. E. DO RECRESENTADO 22 21 21 21 OATA DA SAÍDA DA SOCIEDADE	
	TERMIND DO MANDATO OIA MÉS ANO 24 TERMIND DO MANDATO OIA MÉS ANO 24	
	DADOS COMPLENGHIAMES	
	[8] 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
	DATA ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI NOME E ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, NA FORMA DA LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADADE LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADADE LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADADE LEI ASSUMO INTERIA RESPONSARILADADE PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADAS INFORMAÇÕES PRESTADADE LEI AS IN	
	2 19 / 02 / 2001 ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER Udila m. Ferreira	

242.187/04-3	10. INDUSTRIA E COMERCO DA PRODUÇÃO REGISTRO DO COMERCO CATALA E DEFESA DA CIDAÇANIA ESTADO DE SÃO PAUL	Juci	SP PROTOCOLO 402428/04-2
NIA SCHENCAL TAROSEST FREED NIZE E 1988 35 ROTOCOLO		Ber	For L.D.O (N.20) A OF TOMPSON 37D.566 1
RUNITA COMERCIAL SO ES CADOS, ADASTRAIS REONAE	TRANSFORMAÇÃO 12 TRANSFORMAÇÃO 12 TRANSFORMAÇÃO 17 TRANSF	SMIPE (9E/IC) AB17662 AL1ERAÇÃO FRANCISCADO 19 AUTO- FRANCISCADO 10 AUTO- AREVARAMENTO JORGAN 21 EAVING AREVARAMENTO JORGAN 22 ATAMA AREA CONTRACTO JORGAN 23 ATAMA AREA CONTRACTO JORGAN 22 ATAMA AREA CONTRACTO JOR	102.085.038,0001-10 HLJAL 26 MARIURA 26 CONNUNCACA
LOGRAPOURO COTTADA MUNSCIPAL, P.P. MARIERO 158 158 169 PARAILAPANEMA ATIVIDADES 172 172 173 174 175 175 175 175 175 175 175 175 175 175	M. APLEMENTO BAIRNO CAPIM VELHO MAIS DE 6 AYMOADES? A P. CAPITAL APERTO GIAD SO SHA	DURAÇÃO S. UNIFTERMINATO A DEFERMINADO	DD 1616FONG HARAL 14 37 GBTCC: C GAPITAL DA EMPREDA - HACCHAL - PORTO DETRADO CHO. - MOTORIANO CHO.
CUANTIDADE DE FILIAD ENCERNADAD NI CUANTIDADE DE FILIAD ENCERNADAD NI VALORES RÉCOLNIDAS TABRE PRINCIPAS TABRE PRINCIPAS	DTE GOCUMENTO	ENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMA	BUOGODIA. #1#B

DOCUMENT OF THE PARTY OF THE PA

MORDEL 119 4 A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O

COO LANGE

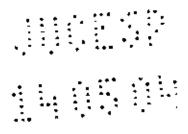
INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empressrial: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

O	SHORINAÇÃO ANTERIOR	
-	DATA VIETO DEST.	
	EQUIÈ EM AMEXO, FICHA (DÈ BREVE MELATO EAJU GADASTRAL)	
6	90404 Oim 2968	The state of the s
	MOLES MA AMENO, RELAÇÃO DO CADASTRO DE EMPRESAU ATÉ PREFERENTE AO PRESENTE PROTOCOLADO.	The state of the s
	DAYA VIETO DENT.	R-OW-
	MEGLIE, EM AMERO, CÓMA DE DOCUMENTO ARGUNYADO	
	DATA VIETO DIDIT.	
	CUTRAL BUCCHANCOES	SUM
: · .		

ESTA PÁGNIA É PARA USO EXCLUSIVO DA JAINTA COMERCIAL

MCTO-LWGEN



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA

DIFUSORA NATUREZA FALLIDA

CNPJ 02.095.038/0001-10 NIRE 35.214.617.652

- 1. ODILA MARIA FERREIRA SLATTLER, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 27.110.352-8 SSP/SP e do CPF nº 094.899.668-43; e
- ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador do RG nº 29.870.268-X SSP/SP e do CPF nº 286.992.318-06, ambas residentes e domiciliados à Rua das Violetas nº 139, Holambra II, Paranapanema SP, CEP 18720-000:

Únicos sócios componentes da sociedade limitada com a denominação social de OIFUSORA NATUREZA FM LTDA, com sede à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velho, Paranapanema - SP, CEP 18720-000, devidamente registrada na JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração JUCESP sob NIRE 35.214.617.652 em sessão de 15/08/1997 e ultima alteração sob nº 34.717/01-8 em sessão de 27/03/2001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para 03.095.038/0001-10, resolvem e consolidar suas disposições contratuais para adaptação à Lei 10.406 de 10/01/2002, que passará a vigorar com as seguintes cláusulas:

Cláumia 1º - A sociedade gira sob a denominação social de DIFUSORA NATUREZA
FM LTDA.

Cléumia 2° - A sociadade tem sua sade à Estrada Municipal P. P. M. 156, Capim Velhe, Paranapanema - SP, CEP 18720-000.

J ~



Cláusula 3º - O capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil a dez) quotas, no volor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito a já integralizado, em mosda corrente do país, assim distribuído entre os sócios:

ODILA MARIA PERREIRA BLATTLER

2.505 quotos

R\$ 2.205,00

ANDERSON APARECIDO F. BLATTLER

2,505 quotas

R\$ 2,505,00

Total

The state of the s

5.010 quotas

R\$ 5.010,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 4º - O objeto social é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo, e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a necessária expansão.

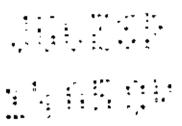
Cláusule 6º - A sociedade iniciau suas atividades em 15/08/1997 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 6º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas o terceiros sem o consentimento dos autros sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço direito de greferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Ciónsula 7º -No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar sua intenção ao remanescente com antecedência mínima de 60 (trinto) dias, devendo fazê-lo por escrito.

Ciáusulo 8º - A administração da sociedade caberá a ao sócio ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, com poderes para representar a empresa isoladamente, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizada o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas au de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imáveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Hath A So m



Cláusula 9º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucras ou perdas apurados.

Cláusula 10° - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for a caso.

Cláusula 11ª - Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de rauniões au alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembléios conforme determina o ort. 1072 \$ 1°, 2° e 3° da Lei 10,406/2002.

Ciáusula 12º - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 13º - Ambas os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de "prolabore", observados as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 14º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com as herdeiros sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será opurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula 15° - O sócio e o administrador declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, petita ou subarno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé público, ou a propriedade.

A & m



Cláusula 16º – Os casos omissos no presente instrumento serão regidos pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pelas disposições aplicáveis à espécie, das quais tem pleno conhecimento todos os sócios que a elas se sujeltam, como se cada uma delas se fixesse aqui especial menção.

Cláusula 17º - Fica eleito o foro desta Comarca para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratudos assinam o presente instrumento em 03 vias na presença de 2 testemunhas.

Paranapanema, 12 de Fevereiro de 2004.

Oste MARIA PERRETA BLATTLER

1

ANDERSON APARECIDO F. BLATTLER

Testemunhas:

William Commence

Antonio H. Nellogoma Rg nº 41.278.886 55P/SP

Maria V. O. Nakagawa Rg nº 7.262.603 55P/SP

4

AMILIANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA COMPANIA DEL COMPANIA DE LA CO

Micror Lawrend

JUCESP - Junta Cometcial po Estado de

Ministerio da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI Departamento de Registro Empresario
Secretaria de Desenvolvimento Econômico







DADOS CADASTRAIS

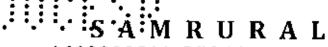
_{ато} Alteração de Ende <mark>reç</mark> o; Incl	lusão/Alteração de Integran	ites;				7			. B
NOME EMPRESARAL DIFUSORA NATUREZA FA	PURTE ME		(AT	, • •					
LOSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES I	DE ALMEIDA		яймско 594	COMPLEMENTS PISO SUPER	NOR	18720-000	\setminus	ď	2 HO
министро Paranapanema		UF SP	TELEFONE (14)3713222	2	_{EMAIL} marioluiznak:	amura@hotmail.	,con		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 2	CNPJ - SEDE 02.095.038/0001-10	NIRE - SEDE 3521461765	-2						PF
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINA	NIE HEQUERIMENTO CAPA			VALORES RECOLL	41002	;	SFQ DCC.	ᅜ	A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH
NOME: LUIZA ARAUJO ME	ENDES (<mark>Sácio)</mark>			0, DARE: R\$	0		1/1		
ASSINATURA: 🗙 🎺 √, ,	izamendia	DATA: 29/1	0/2020	DARF: R\$,0	0				
	Alteração de Endereço; Individue empresaral DIFUSORA NATUREZA FA LOSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES MUNICÍPIO Paranapanema NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 2 DENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINA NOME: LUIZA ARAUJO ME	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrar DIFUSORA NATUREZA FM LTDA DIFUSORA NATUREZ	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA MUNICÍPIO Paranapanerta NÚMERO EXIGÊNCIA (S) DENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE HÉQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZA ARAUJO MENDES (Sócio)	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA MUNICIPIO Paranapanerna CNPJ - SEDE 02.095.038/0001-10 DENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE HEQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZA ARAUJO MENDES (Sócio)	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA MUNICIPIO Paranapanerna CNPJ - SEDE QZ.095.038/0001-10 DENTIFICAÇÃO SIGNATÂRIO ASSINANTE HÉQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZA ARAUJO MENDES (Sócio) DARE: R\$,0	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA MUNICIPIO Paranapanerna CNPJ - SEDE QZ.095.038/0001-10 DENTIFICAÇÃO SIGNATÂRIO ASSINANIE HÉQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZA ARAUJO MENDES (Sócio) DARE: R\$,00	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; DIFUSORA NATUREZA FM LTDA DIFUSORA NATUREZA FM LTDA DISPUSORA NATUREZA FM LTDA DISPUSORA NATUREZA FM LTDA DIPUSORA NATUREZA FM LTDA DEPTRIBUSORA NATUREZA FM LTDA DEPTRIBUSORA NATUREZA FM LTDA NÚMERO SPARANCISCO ALVES DE ALMEIDA DEPTRIBUSORA NATUREZA FM LTDA DEPTRIBUSORA NA	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA NÚMERO Paranapanema OPRIE ME OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA OF TELEFONE (14)37132222 NÚMERO PARANAL MARIL	Alteração de Endereço; Inclusão/Alteração de Integrantes; DIFUSORA NATUREZA FM LTDA OSRADOURO RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA MINIMICIPIO Paranapanerna CNPJ - SEDE DE OZ. 095.038/0001-10 DENTIFICAÇÃO SIGNATĀRIO ASSINANIE HEQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZA ARAUJO MENDES (Sócio) PARE NOME (Sócio) PORTE ME COMPLEMENTO COMPLEMENT

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADO



29/10/2020 16:51:31 - Paging 1 de 5 Versão VKE.Reports 10 0.0





LUIZ NAKAMURA NPI 18.995.970/0001-30

INSCR. MUN. 5112-0 GA

CONVÊNIO ITAPETININGA

ACTERIAÇÃO CONTRATUAL

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA NIRE 35214617652 CNPJ 02.095.038/0001-10

Pelo presente instrumento Particular de Alteração Contratual que celebram as partes a Seguir qualificadas:

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG 29.870.268-X SSP/SP e do CPF 286.992.318/06, domiciliado a Rua Francisco Alves de Almeida, 594 – Centro – Paranapanema - Estado de São Paulo – CEP 18.720-000,

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG 27.110.352-8 SSP/SP e do CPF 094.899.668/43, domiciliada a Rua Francisco Alves de Almeida, 594 – Centro – Paranapanema - Estado de São Paulo – CEP 18.720-000,

LUIZA ARAÚJO MENDES, brasileira, solteira, empresaria portadora da cédula de identidade RG 37.459.748-0 e do CPF 423.608.428/70, residente e domiciliada a Rua Cory Pereira de Melo. 285 — Centro - Paranapanema - Estado de São Paulo

Únicos sócios da sociedade empresarial limitada, DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, constituída por Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 35214617652, com registro de alteração contratual sob nº 242.187/04-3 em 12/02/2004, inscrita no CNPJ sob nº 02.095.038//0001-10, com sede na Estrada Municipal PPM 156 – Bairro Capim Velho ~ Paranapanema – Estado de São Paulo – CEP 18.720-000, resolvem alterar o Contrato Social. mediante as seguintes clausulas:

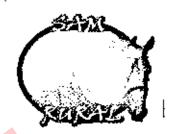
CLAUSULA 1ª - Transferir o endereço da sede para a Rua Francisco Alves de Almeida, 594 - Piso Superior – Centro – Paranapanema – Estado de São Paulo.

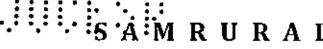
CLAUSULA 28 – Corrigir a distribuição de quotas entre os sócios:

Petição (7932996)

O Capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil e dez) guotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuídos:

RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 915 - PARANAPANEMA - CEP 18720-000 - FONEFAX 14-37131687 991337237 - 998158550 - e-mail mariolulznakamura@hotmail.com





SESSORIA RURAL E PUBLICA MARIO LUIZ NAKAMURA 3.995.970/0001-30 INSCR. MUN. 5112-0



DE:

NOME	COTAS	VLR NOMINAL	% COTAS
ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER	2.505	R\$ 2.205,00	50,0
ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER	2.505	R\$ 2.505,00	50,0

PARA:

O Capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil e dez) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuídos:

NOME	COTAS	VLR NOMINAL	% COTAS
ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER	2.505	R\$ 2.505,00	50,0
ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER	2.505	R\$ 2.505,00	50,0

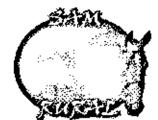
CLÁUSULA 3ª – Com a anuência do sócio remanescente, retira-se da sociedade a sócia ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG 27.110.352-8 SSP/SP e do CPF 094.899.668/43, domiciliada a Rua Francisco Alves de Almeida, 594 – Centro – Paranapanema – Estado de São Paulo – CEP 18.720-000 cedendo e transferindo em caráter irretratável e irrevogável 100% de suas quotas sociais, 2505 cotas no valor total de R\$ 2.505,00, na forma onerosa e pelo valor nomínal, pagos neste ato em dinheiro com a outorga de quitação, a LUIZA ARAÚJO MENDES, brasileira, solteira, empresaria portadora da cédula de identidade RG 37.459.748-0 e do CPF 423.608.428/70, residente e domiciliada a Rua Cory Pereira de Melo, 285 – Centro – Paranapanema – Estado de São Paulo, a qual passa a ocupar a qualidade de sócia com 50% do capital social.

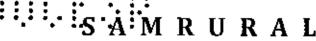
Parágrafo único - A sócia ora admitida declara sob as penas da lei não estar impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, da fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA 4ª - A distribuição de quotas entre os sócios passa a ser:

O Capital social é de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais), dividido em 5.010 (cinco mil e dez) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do país, assim distribuídos:

RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 915 – PARANAPANEMA – CEP 18720-000 – FONEFAX 14-371316 991337237 – 998158550 - e-mail marloluiznakamura@hotmail.com





SSESSORIA RURAL E PUBLICA MARPO LUIZ NAKAMURA

CNPJ 18.995.97070001-30

INSCR. MUN. 5112-0

	NO. IF			
	NOME	COTAS	VLR NOMINAL	% COTAS
	ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER	2.505	R\$ 2.505,00	50,0
N	LUIZA ARAÚJO MENDES	2.505	R\$ 2.505,00	50,0

CLAUSULA 5º – A clausula 8º, passa a vigorar com a seguinte redação: A administração da sociedade caberá ao sócio Anderson Aparecido Ferreira Blattler, com poderes para representar a empresa isoladamente ou em conjunto com outro sócio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. O sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blattler, será representado por Luiza Araújo Mendes, brasileira, solteira, empresaria portadora da cédula de identidade RG 37.459.748-0 e do CPF 423.608.428/70, residente e domiciliada a Rua Cory Pereira de Melo, 285 – Centro – Paranapanema – Estado de São Paulo, e poderá, isoladamente ou em conjunto, outorgar procuração para o exercício de atos em nome da sociedade em localidades específicas de operação de outorgas de radiodifusão, sempre por escrito e com poderes específicos e por prazo determinado não superior a 05 (cinco) anos.

CLAUSULA 6º – As demais clausulas do contrato social, as quais permanecem vigentes em sua plenitude.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente Instrumento de Alteração Contratual em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) instrumentárias, para que produza efeitos legais.

Paranapanema, 22 de janeiro de 2.020.

ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER

LUZA ABALIO MENDES

TESTEMUNHAS:

1)Edilberto Ferreira Beto Mendes

CPF 072.117.528/74

RG 15.499.694-4 SSP/SP

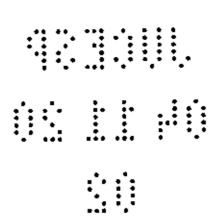
2) Mario Lutz Nakamura CPF 891.556.55328/04

/ RG 8.772.418-9 SSP/SI

Advogado:

0. C · 0 7

RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 915 - PARANAPANEMA - CEP 18720-000 - FONEFAX 14-37131687 - 991337237 - 998158550 - e-mail marioluiznakamura@hotmail.com

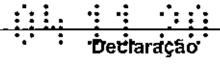




JUCESP - Junta Çipinerciái do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comerció Exterior e Sergiços Departamento de Registro Empresarial entegração — DREI Secretaria de Desenvolvimento Econômico





CONVÊNIO ITAPETININGA



Eu, LUIZA ARAUJO MENDES, portador da Cédula de Identidade nº 374597480, inscrito no Cadastro de Pessoas Fisicas - CPF sob nº 423.608.428-70, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, DECLARO estar ciente que o ESTABELECIMENTO situado no(a) RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, PISO SUPERIOR, CENTRO, SP, Paranapanema, CEP 18720-000, para exercer suas atividades regularmente, DEVERÁ OBTER parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro aínda estar ciente que **qualquer** alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

LUIZA ARAUJO MENDES

RG: 374597480

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

29/15/2020 10:54:09 - Página 1 de 2



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo Ministério da Indústria, Contérpio Esterior e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

N° CONTROLE NA INTERNET 028415787-8	NIRE SEDE NOME EMPIRESARIAL 3521461765-2 DIEUS DRA NATUREZA FM LTDA							,		
NOME DO INTEGRANTE LUIZA ARAUJO MENDES				·.· :				IDENTIFICAÇĂ 423.608.428-70		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RN 374597	_	DIGITO 0	DATA DE EXPEDIÇÃO 03/10/2017	ORGÁC SSP	EMISSOR	UF \$P	NACIONALIDAI Brasileira	DE	
COR OU RAÇA Branca										
LOGRADOURO (FUS, SV, etc) RUA CORY PEREIRA DE MÉLO									NÚMERO 285	
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO/DISTRITO CENTRO							CEP 18720-000		
MUNICIPIO Paranapanema							UF SP		PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INT Pessoa Fisia				USO DA FII Sim - Isolad	IA FIRMA Isoladamente e em Conjunto com Todos			
PARTICIPAÇÃO Participação no Capital: R\$		2.505,00 · DO	DIS MIL, QU	INHENTOS E CINCO REA	s					
CARGOS Sócio (entrada)				Inicio d	o Mandato	22/01/2	020	Termino do Ma	ndato:	
REPRESENTADOS NENHUM										
DADOS COMPLEMENTARES										

29/10/2020 15:53:39 - Página 1 de 2 Versão VRE.Reports : 1.0.0.0



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo Ministério da Indústria, Confércio Esterios e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI Secretaria de Desenvolvimento Econômico

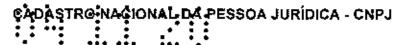


Ficha Cadastral - Quadro Societarios/integrantes

N° CONTROLE NA INTERNET 028415767-8		NIRE SEDE NOME EMPSESARIAL 3521461765-2 DIEUS PRÂNETUREZA FMILTOA								
NOME DO INTEGRANTE			···:.	1				IDENTIFICAÇÃO 094.899.668-43		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE DIGITO			DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO	ORGÃO EMISSOR UF			NACIONALIDADE	
COR OU RAÇA										
LOGRADOURO (rua, av, etc)										NÚMERO
COMPLEMENTO					то					CEP
MUNICIPIO		•						UF		PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saida		TIPO DE INTEGRANTE Pessos Fisica					USO DA FIRMA			
PARTICIPAÇÃO										
CARGOS NENHUM										
REPRESENTADOS NENHUM										
DADOS COMPLEMENTARES										

29/18/2020 16:53:39 - Página 2 de 2





PROTOCOLO BE. TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM SPP2031224677

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) DIFUSORA NATUREZA FMILTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 02.095.038/0001-10

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

202 Alteração da pessoa física responsavel perante o CNPJ

247 Alteracao de capital social

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: SP70915204 - 02085038000110

03. (DENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME		CPF ·
ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER		285.992.318-06
LOCAL ·	DATA	·
	19/10/2020	
······································		*AUC#2**

94. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Esta documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 094.899.668-43

Aprevado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Comas Years le Makazone Assessore l'écrite 🕏 Regione Pétrico RG:98,023,584-4



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Industria, Comércio Exterior e Serviços Departamento de Registro Empresarial e Integração -- DREI Secretaria de Desenvolvimento Econômico



CAPA DO REQUERIMENTO



DADOS CADASTRAIS

Ato Alteração do Vator do Capit	al; Alteração de Endere	eço; Inclusão/Altera	ção de Integra	antes;			iV
NOME EMPRESARIAL DIFUSORA NATUREZA FA	A LTDA					PORTE Normal	7 65,2
RUA FRANCISCO ALVES	DE ALMEIDA		NÚMERO 594	COMPLEMENTO PISO SUPER	RIOR	CEP 18720-000	
MUNICIPIO Paranapanema		UF SP	TELEFONE (14)3713222	_L	EMAIL	NAKAMURA@	HOTMAIL CO
NÚMERO EXIGÊNCIA (S)	ONPJ - SEDE 02.095.038/0001-10	NRE - SEDE 3521461765					
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINA	NTE REQUER <mark>IMENTO CAPA</mark>	. <u> </u>		VALORES REÇOL	68) 14 вів: В В 14 нібф э		\
NOME: LUIZA ARAUJO MI	ENDES (Sócio)			DARE: R\$ 1:	51,86		111
ASSINATURA: 4	120 Men	DATA: 19/1	0/2020	DARF: R\$,0	0		
) BECLARO,	SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS			IENTO/PROCESSO S	ÃO EXPRESSÃO O	M VERDADE.	
PARA USO EXCLUS	IVO DA JUNTA	COMERCIAL	DO ESTAD	OO DE ŞĀC		<u>` </u>	E VERSO)
JUCESP PS 131-SCV ITAPETINING A	i ·	STAIBÚICAD			SUCL KGAWERGIO SYLGŽ	SQROCABA	
 In the control of the c					2 <u>0</u> ou		
ANEXOSRCTCCCLO DBE () Procuração () Alvará Judiciař		e de la companya de			Address of the second	y ikszche scosia Pybics sco4-e	
ANEXOSPOTOCOLO		EXCLUSIVO SETO	R DE ANALISE E	TIÇDETAS DE REGE	TRO * CAPIMED		
DBE	transference and the contract of the contract	mentos Pessoais o de Avaliação					
() Procuração () Ályará Judiciár	() Joma	indication (Control of Control of					
() Formal de Partiha	() Proto	colo / Justificação					
(() Balanço Patrimonial () Outros	() Certic	dāe			7157203		
Cocordia de la companya della companya della companya de la companya de la companya della compan			86666666				
OBSERVAÇÕES:							
		0, K \$1000-0, 210 11 PC 12 0 5001 FE	programa i Na	otokovatikky (1951) Dal	MORESCHOOLS	energy (r. 300) Sept. Sept. 1987	Committee of the Commit

Versão V/RE, Reports: 1.0.0.0 10/10/2020 12/03/17 - Pagina 1 de 6



Cumprir a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário de exigência instruir o processo na reentrada, ume vez que constitui parte integrante do documento trazido a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias, será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, § 3º e 4º, Decreto 1.800/96).

Protocolo Jucesp: 0.817.697/20-2

Protocolo Jucesp Enquadramento:

Nome Empresarial: OIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CORRIGIR NO VRE:

- 1 Anexar Ficha de Cadastro Nacional -- FCN.
- 1.1 Gerar FC para sócia Odila, selecionando o ato de "saida da empresa"

Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, III.

- 2 Corrigir dados informados via REDESIM/internet ou documentos protocolizados, pois, divergem.
- 2.1 No VRE, NÃO indicar o ato de "alteração do valor de capital social".

Manual de Registro de LTDA, IN DREt nº 81, de 2020, item 1.6, capítulo t.

APRESENTAR NOVO VRE.

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA CNPJ 02.095.038/0001-10 EXERCICIO 2019

I. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	
Circulante	
Disponibilidades	0,00
Contas a receber	0.00
Estoques	0,00
Impostos a recuperar	0,00
IR e Contrib Social Diferidos	0,00
Acordos Comerciais	0,00
Fundos de Recebiveis	0,00
Despesas Antecipadas	0,00
Outros	0,00
Total do Ativo Circulante	0,00
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	
Contas a receber	0,00
IR e Contrib Social Diferidos	0,00
Impostos a recuperar	0,00
Partes Relacionadas	0,00
Depositos Judiciais	0,00
Total do Ativo Não Circulante	0,00
Permanente	
Investimentos	0,00
Agio na aquisição de Investimentos	0,00
Outros	0,00
Imobilizados	0,00
Intangivel	0.00
Outros	0,00
Total do AT Permanente	0,00
Total do Ativo	0,0





Circulante	
Fornecedores de bens e serviços	0,00
Financiamentos	0,00
Debentures	0,00
Salarios e Contribuições Sociais	0,00
Prov. p/ IR e Contribuição Social	0,00
Financiamentos Compra Imoveis	0,00
Alugueis a pagar	0,00
Dividendos e Juros s/ Cap. Proprio	0,00
Outras Obrigações	0,0
Total do Passivo Circulante	0,0
Não Circulante	
Exigivel a Longo Prazo	0,0
Financiamentos	0,0
Quotas do Fundo FIDC	0,00
Debentures	0,00
Imposto e Contribuição a Recolher	0,00
Prov. p/ Contigencias	0,0
Total Exig LP	0,0
Patrimonio Liquido	
PL	0,0
Capital Social	5.010,0
Reservas de Capital	0,0
Reservas de Lucros	0,0
Lucros Acumulados	0,0
Total PL	5.010,0
Total do Passivo + PL	5.010,0

II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS OPERACIONAIS	
Receitas de Serviços Prestados	0,00
Contribuições e Doações Voluntárias	0,00
Ganhos na Venda de Bens	0,00
Rendimentos Financeiros	0,00





Outros Recursos Recebidos	0,00
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	
DESPESAS OPERACIONAIS	
Administrativas	
Salários	0,00
Encargos Sociais	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Aluguéis	0,00
Serviços Gerais	0,00
Manutenção	0,00
Depreciação e Amortização	0,00
Perdas Diversas	0,00
Outras despesas/receitas operacionais	0,00
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recursos Recebidos	
Próprios	0,00
Rendimentos Financeiros	0,00
Outros	0,00
Pagamentos Realizados	
Aquisição de bens e Serviços	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00
Outros Pagamentos	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00





Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1 256
Superávit (Déficit) do Período	0,00
Ajustes por:	0,00
(+) Depreciação	0,00
(+) Amortização	0,00
(+) Perda de Variação Cambial	0,00
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	0,00
Superávit (Déficit) Ajustado	
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	
Mensalidades de Terceiros	0,00
Atendimentos Realizados	0,00
Adiantamentos a Empregados	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00
Recursos de Parcerias em Projetos	0,00
Tributos a Recuperar	0,00
Despesas Antecipadas	0,00
Outros Valores a Receber	0,00
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	
Fornecedores de bens e serviços	0,00
Obrigações com Empregados	0,00
Obrigações Tributárias	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	0,00
Recursos de Projetos em Execução	0,00
Outras Obrigações a Pagar	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	0,00

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	4 [3]
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00

III. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2019

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 01.01.2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período					
Superávit / Déficit do Período				0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,00		0,00
Recursos de Superávit com Restrição		0,00		0,00	0,00
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	0,00			0,00	0,00
Saldos finais em 31/12/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Paranapanema, 06 de novembro de 2020.

LUIZA ARAUJO MENDES

SOCIO ADMINISTRADOR

Luizamendes

JUNIOR SUEO IMAI

CRC-4SP235061/0.9

CPF 117 780 238/43



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.095.038/0001-10 Certidão nº: 22154289/2021

Expedição: 19/07/2021, às 10:23:03

Validade: 14/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.095.038/0001-10, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS -**CRF**

Inscrição: 02.095.038/0001-10

Razão Social: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

R DAS VIOLETAS 139 0 / HOLAMBRA II / PARANAPANEMA / SP / 18720-000 Endereço:

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/04/2021 a 07/08/2021

Certificação Número: 2021041003304104090640

Informação obtida em 19/07/2021 10:57:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:34:42 do dia 17/05/2021 < hora e data de Brasília>. Válida até 13/11/2021.

Código de controle da certidão: 7C72.3E23.F062.5DF8 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

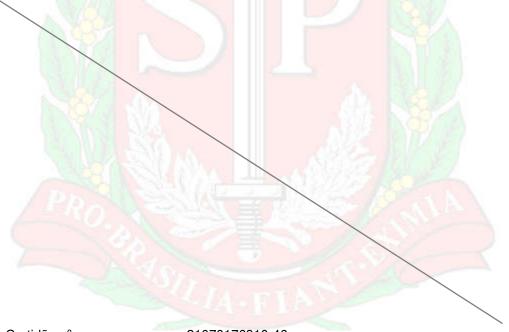


Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.



Certidão nº 21070176910-46

19/07/2021 10:48:01 Data e hora da emissão

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS **ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: Difusora Natureza Fm Ltda

CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:01:47 do dia 19/07/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/08/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar

SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

representante legal, requer a juntada das Certidões Atualizadas.

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de

Radiodifusão Comercial

Processo: 01250.064106/2019-71

Referente: Renovação de Outorga

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, onde requer a Renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), que lhe é autorizado no Município de Iacri, Estado do São Paulo, por seu

Termos em que,

pede deferimento.

Iacri (SP), 19 de julho de 2021.

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ 02.095.038/0001-10

Representante Legal

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA CNPJ 02.095.038/0001-10 EXERCICIO 2020

I. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	FI
Circulante	
Disponibilidades	0,00
Contas a receber	0,00
Estoques	0,00
Impostos a recuperar	0,00
IR e Contrib Social Diferidos	0,00
Acordos Comerciais	0,00
Fundos de Recebiveis	0,00
Despesas Antecipadas	0,00
Outros	0,00
Total do Ativo Circulante	0,00
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	- + 1 21 i)
Contas a receber	0,00
IR e Contrib Social Diferidos	0,00
Impostos a recuperar	0,00
Partes Relacionadas	0,00
Depositos Judiciais	0,00
Total do Ativo Não Circulante	0,00
Permanente	
Investimentos	0,00
Agio na aquisição de Investimentos	0,00
Outros	0,00
Imobilizados	0,00
Intangivel	0,00
Outros	0,00
Total do AT Permanente	0,00
Total do Ativo	0,00
ASSIVO	

4

pg. 2

Circulante	
Fornecedores de bens e serviços	0,0
Financiamentos	0,00
Debentures	0,00
Salarios e Contribuições Sociais	0,00
Prov. p/ lR e Contribuição Social	0,00
Financiamentos Compra Imoveis	0,00
Alugueis a pagar	0,00
Dividendos e Juros s/ Cap. Proprio	0,00
Outras Obrigações	0,00
Total do Passivo Circulante	0,00
Não Circulante	
Exigivel a Longo Prazo	0,00
Financiamentos	0,00
Quotas do Fundo FIDC	0,00
Debentures	0,00
Imposto e Contribuição a Recolher	0,00
Prov. p/ Contigencias	0,00
Total Exig LP	0,00
Patrimonio Liquido	
PL	0,00
Capital Social	5.010,00
Reservas de Capital	0,00
Reservas de Lucros	0,00
Lucros Acumulados	0,00
Total PL	5.010,00
Total do Passivo + PL	5.010,00

II. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS OPERACIONAIS	9.7	
Receitas de Serviços Prestados		0,00
Contribuições e Doações Voluntárias		0,00
Ganhos na Venda de Bens		0,00
Rendimentos Financeiros		0,00

Outros Recursos Recebidos	0,00
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	
DESPESAS OPERACIONAIS	
Administrativas	
Salários	0,00
Encargos Sociais	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Aluguéis	0,00
Serviços Gerais	0,00
Manutenção	0,00
Depreciação e Amortização	0,00
Perdas Diversas	0,00
Outras despesas/receitas operacionais	0,00
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recursos Recebidos	
Próprios	0,00
Rendimentos Financeiros	0,00
Outros	0,00
Pagamentos Realizados	
Aquisição de bens e Serviços	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00
Outros Pagamentos	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00



1-30 / pg. 4

(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Superávit (Déficit) do Período	0,00
Ajustes por:	0,00
(+) Depreciação	0,00
(+) Amortização	0,00
(+) Perda de Variação Cambial	0,00
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	0,00
Superávit (Déficit) Ajustado	
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	
Mensalidades de Terceiros	0,00
Atendimentos Realizados	0,00
Adiantamentos a Empregados	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00
Recursos de Parcerias em Projetos	0,00
Tributos a Recuperar	0,00
Despesas Antecipadas	0,00
Outros Valores a Receber	0,00
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	
Fornecedores de bens e serviços	0,00
Obrigações com Empregados	0,00
Obrigações Tributárias	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	0,00
Recursos de Projetos em Execução	0,00
Outras Obrigações a Pagar	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	0,00

L

A

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos de Empréstimos	0,00
Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	0,00

III. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2020

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 01.01.2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período					
Superávit / Déficit do Período			· ·	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial			0,00		0,00
Recursos de Superávit com Restrição		0,00	Til III	0,00	0,00
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição	0,00			0,00	0,00
Saldos finais em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Paranapanema, 09 de agosto de 2021.

LUIZA ARAUJO

Assinado de forma digital por LUIZA ARAUJO MENDES:306482 MENDES:30648275000105 Dados: 2021.08.09 11:56:07

75000105

LUIZA ARAUJO MENDES

SOCIO ADMINISTRADOR

LuizaMindes

CRC - 18P126552/0-5

CPF 021.261.288-30



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paranapanema Secretaria da Fazenda

Divisão de Cadastro Mobiliário

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins e efeitos legais que, revendo o cadastro de Taxa de Licença, Funcionamento e Fiscalização e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, desta Secretaria Municipal da Fazenda, que o:

CADASTRO Nº: 2884-0

NOME: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

C.N.P.J / C.P.F. N° 02.095.038/0001-10 - I.E./ RG. 506.029.149.111 LOGRADOURO: ESTRADA MUNICIPAL PPM 156, N° S/N°

BAIRRO: CAPIM VELHO

MUNICÍPIO: PARANAPANEMA UF.: SP CEP: 18720-000

INÍCIO DA ATIVIDADE: 16/03/2001

ATIVIDADE PRINCIPAL: ATIVIDADES DE RÁDIO

Está cadastrada nesta municipalidade e nada deve aos cofres públicos municipais com relação a impostos e taxas até a presente data.

Sendo esta a expressão da verdade.

Est. Tur. Paranapanema/SP, em 03 de Agosto de 2.021

Reginaldo Gonçalo Ferreira

Oficial Tributário

Rua: Capitão Pinto de Melo, 485. Bairro: Centro CEP: 18720-000 www.paranapanema.sp.gov.br PABX: (14) 3713 – 9200

E-mail: lilia.fazenda@paranapanema.sp.gov.br Atendimento: Segunda à Sexta das 07h30 às 17h00





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992. OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA						
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.						
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA				
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO				
35214617652	15/08/1997	10/08/2021 16:25:53				
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL				
10/06/1997	02.095.038/0001-10					

CAPITAL				
R\$ 5.010,00 (CINCO MIL, DEZ REAIS)				

ENDEREÇO					
LOGRADOURO: R VIOLETAS	NÚMERO: 139				
BAIRRO: HOLAMBRA II	COMPLEMENTO:				
MUNICÍPIO: PARANAPANEMA	CEP: 18725-000	UF: SP			

OBJETO SOCIAL	
ATIVIDADES DE RÁDIO	

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 094.899.668-48 (CPF INCORRETO), RG/RNE: 271103528, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 197.406.138-88, RG/RNE: 21972709, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 062.717.568-67, RG/RNE: 18546161, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 27/03/2001

INCLUSÃO DE CNPJ 02.095.038/0001-10

NUM.DOC: 034.717/01-8 SESSÃO: 27/03/2001

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SONIA REGINA APARECIDA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 062.717.568-67, RESIDENTE À PC DO COLEGIO, 5, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE SANDRA ROBERTA LENCIONI DE ARAUJO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 197.406.138-88, RESIDENTE À R FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18725-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.670,00.

ADMITIDO ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR GERENTE E SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA ESTRADA MUNICIPAL P.P.M., 156, CAPIM VELHO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18270-000.

NUM.DOC: 242.187/04-3 SESSÃO: 14/05/2004

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 442.658/20-5 SESSÃO: 04/11/2020

ADMITIDO LUIZA ARAUJO MENDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 423.608.428-70, RG/RNE: 37459748-0 - SP, RESIDENTE À RUA CORY PEREIRA DE MELO, 285, CASA, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

REMANESCENTE ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR GERENTE E SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, PISO SUPERIOR, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000. , DATADA DE: 19/10/2020.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35214617652 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/08/2021

NIRE: 35214617652



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 156864279, terça-feira, 10 de agosto de 2021 às 16:25:53.



Interativos

SRD »» Relatórios »» **Outorga** internet teia

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP	Município	: Iacri	
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	Iacri	19/07/2010	19/07/2020
Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado	Data: 25/10/2021	Hora: 17:32:58	
Registro 1 até 1 de 1 registros		Página: [1]	[Ir] [Reg]
Tela Inicial Imprimir Exportar Excel			



Id solicitação: 57dbac4824b05

Informações da Entidade

Dados da Entidade					
Nome da Entidade: Difusora Natureza Fm Ltda					
Nome Fantasia:					
Telefone: (14) 37132222 E-mail: joao.novaalvorada@hotmail.com					
CNPJ: 02.095.038/0001-10 Número do Fistel: 50406453845					
Tipo Usuário: Adm Privada Tipo Taxa: Integral					
Data do contrato: 19/07/2010 Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada					
Carater: Primário Local específico:					
Rede: Categoria da Estação: Principal					
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.					

Endereço Sede					
Logradouro: Estrada Municipal Ppm 156		Complemento:			
Bairro: Capim Velho		Numero: S/N			
Município: Paranapanema UF: SP			CEP: 18720000		

Endereço Correspondência				
Logradouro: AVENIDA BRASILIO MACHADO NETO			emento:	
Bairro: JARDIM AMERICA		Numer	p: 385	
Município: Tupã UF: SP			CEP : 17605240	

Endereço do Transmissor				
Logradouro: Rodovia SP 457, KM 103 - Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes			emento:	
Bairro: Zona Rural		Numer	o: s/n	
Município: lacri UF: SF			CEP: 17680000	

Endereço do Estúdio Principal				
Logradouro: Rodovia SP 457, KM 103 - Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes			emento:	
Bairro: Zona Rural		Numer	p: s/n	
Município: lacri	UF: SP		CEP : 17680000	

Endereço do Estúdio Auxiliar							
Logradouro: Doutor Edu Teixeira de Mendonça			Complemento:				
Bairro: Jardim América		Numero: 208					
Município: Tupã UF: SP			CEP: 17605240				

Informações do Plano Basico

Localização				
Município: lacri	UF: SP			

Parâmetros Técnicos							
Canal: 208	Frequência: 89.5 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.792kW				
HCI : 54 m	Pareamento:	Decalagem:		Fase: 2			

Informações da Estação

Informações Gerais

Oct 25, 2021 1/3



Número da Estação: 692858334	Número Indicativo: ZYW625
Data Último Licenciamento: 21/05/2021	Número da Licença: 53500.027000/2021-15

Estação Principal							
	Localização						
Latitude: 21°52'32" S Longitude: 50°42'4" W Cota da base: 532 m							

Transmissor Principal					
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 5000				
Fabricante: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .490 kW				

Linha de Transmissão Principal							
Modelo: LCF 1.5/8-50JA-A0		Fabricante: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS					
Comprimento da Linha: 60 m Atenuação: 0.608 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms				

Antena Principal								
Modelo: FMV4U208			Fabricante: TEEL - TELE ELETRONICA LTDA					
Ganho: 2.95 dBd Beam-Tilt: .00 ° Orientação NV: 100 °			Polarização: Circular HCI: 54 m		ERP Máxima: 0.79 kW			

	Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5º: 0.04	10º: 0	15º: 0	20° : 0	25° : 0	30º: 0	35°: 0.05	40°: 0.09	45°: 0.09	50°: 0.09	55°: 0.13	
60°: 0.18	65º: 0.21	70°: 0.26	75°: 0.35	80°: 0.45	85°: 0.5	90º: 0.54	95°: 0.59	100°: 0.63	105º: 0.64	110º: 0.63	115º: 0.63	
120º: 0.63	125º: 0.64	130º: 0.63	135º: 0.59	140°: 0.54	145°: 0.53	150°: 0.54	155º: 0.55	160º: 0.54	165º: 0.5	170º: 0.45	175º: 0.44	
180º: 0.45	185º: 0.45	190º: 0.45	195º: 0.45	200°: 0.45	205°: 0.45	210°: 0.45	215°: 0.45	220°: 0.45	225°: 0.44	230°: 0.45	235°: 0.5	
240°: 0.54	245°: 0.54	250°: 0.54	255°: 0.58	260°: 0.63	265°: 0.68	270°: 0.72	275°: 0.73	280°: 0.72	285°: 0.73	290°: 0.72	295°: 0.68	
300°: 0.63	305°: 0.63	310°: 0.63	315°: 0.59	320°: 0.54	325°: 0.5	330°: 0.45	335º: 0.35	340°: 0.26	345°: 0.21	350°: 0.18	355°: 0.14	

	Coordenadas por radial										
0º : Lat - Lon	5º : Lat - Lon	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60°: Lat -	65°: Lat -	70°: Lat -	75º: Lat -	80°: Lat -	85º: Lat -	90°: Lat -	95°: Lat -	100°: Lat -	105°: Lat -	110º: Lat -	115°: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
120º: Lat -	125º : Lat -	130º: Lat -	135º: Lat -	140º : Lat -	145º : Lat -	150º : Lat -	155º: Lat -	160°: Lat -	165º: Lat -	170°: Lat -	175º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
180°: Lat -	185º: Lat -	190 °: Lat -	195º: Lat -	200 °: Lat -	205º: Lat -	210º : Lat -	215°: Lat -	220°: Lat -	225º: Lat -	230°: Lat -	235º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
240°: Lat -	245°: Lat -	250° : Lat -	255º: Lat -	260°: Lat -	265°: Lat -	270º: Lat -	275°: Lat -	280°: Lat -	285°: Lat -	290°: Lat -	295°: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -
300°: Lat -	305°: Lat -	310°: Lat -	315º: Lat -	320°: Lat -	325°: Lat -	330°: Lat -	335º: Lat -	340°: Lat -	345º: Lat -	350°: Lat -	355º: Lat -
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -

	Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:	
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:	
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:	
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:	
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:	
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:	

Estação Auxiliar					
Transmissor Auxiliar					
Código Equipamento: Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante: Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2	



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar						
Modelo:		Fabricante:				
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms			

Antena Auxiliar								
Modelo:			Fabricante:					
Ganho: dBd	Beam-Tilt: ° Orientação NV: ° Polarização: HCI: m ERP Máxima: 0.79 kW							
RDS								
Código PI:								

	Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Naturez							
9999	279	Portaria	MC	29/05/2007	01/06/2007	Outorga	Jurídico	

	Informações do documento de Aprovação de Locais								
Núm Processo	ocesso Núm Documento Tipo Documento Orgão Data do docu Data DOU Razão do Doc Natureza								
9999	341	Portaria	MC	19/08/2010	21/09/2010	Aprovação de Local	Técnico		

	Histórico de Documentos Emitidos								
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza		
9999	625	Decreto Legislativo	CN	09/09/2009	10/09/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico		
9999	6395	Ato	CMPRL	01/10/2010	04/10/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico		
53504.022297/201 1-11	307	Portaria	MC	13/03/2013	14/03/2013	Multa	Jurídico		
53500.037905/202 0-12	4411	Ato	ORLE	18/08/2020	27/08/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico		

Horário de funcionamento



Sistemas Interativos

強 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ																			
	CNPJ: 02.09	5.038/0001-10																	
	1		DII	FUSORA NATUREZA I	FM LTDA	I		l		1									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM	1	SP	Taquarituba								
ANDERSON APARECIDO	286.992.318-06	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0		1	FM	1	SP	Euclides da Cunha Paulista								
FERREIRA BLATTLER	200.992.310-00	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0		1	FM	1	SP	Taquarituba								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Campina do Monte Alegre								
										DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	São Miguel Arcanjo
			DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Iacri							
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM	-	SP	Euclides da Cunha Paulista								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista								
ODILA		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba								
ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER	094.899.668-43	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre								
SETTLER	BLATTLER	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo								
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri								

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 25/10/2021 Hora: 17:38:29



Interativos

強 Menu Principal 🔻

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de C	Tipo de Consulta: CPF										
	CPF: 286.9	92.318-06	T	ı	ı	1	ı	ı	ı	1	
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Euclides da Cunha Paulista
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Taquarituba
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Campina do Monte Alegre
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	São Miguel Arcanjo
ANDERSON APARECIDO	286.992.318-06	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Iacri
FERREIRA BLATTLER	200.332.310-00	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista
	FM LTDA DIFUSORA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre	
		NATUREZA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo

Data: 25/10/2021 Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Hora: 17:38:43



Sistemas Interativos



SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Cons	Tipo de Consulta: CPF										
	CPF: 094.899.668-43										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СМРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista
ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER	094.899.668-43	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 25/10/2021 Hora: 17:38:54



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Difusora Natureza Fm Ltda

CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:39:33 do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

			E	MPRESA					
NIRE 35214617652	REGISTRO		DATA DA CONSTITUIÇÃO 15/08/1997	1		PRAZO DE D	OURAÇÃO		
NOME COMERCIAL DIFUSORA NATUREZA	FM LTDA.			X					JURÍDICO CIEDADE LIMITADA
C.N.P.J. 02.095.038/0001-10		ENDEREÇO RUA FRAN	CISCO ALVES DE ALME	EIDA		12	núмеrо 594		PLEMENTO O SUPERIOR
		MUNICÍPIO PARANAPANEMA		uF SP			MOEDA R\$	valor capital 5.010,00	

7.0	F 1774 180 1 1 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	100 000
	OBJETO SOCIAL	
ATIVIDADES DE RÁDIO		1821//

	SÓCIO GERENTE E DIRETOR GERENTE												
NOME ANDERSON APARECIDO	FERREIRA BLAT	ITLER	1	A,		Ð,							
ENDEREÇO R DAS VIOLETAS	NÚMERO COM 139		PLEMENTO	(00)									
BAIRRO HOLAMBRA II	73	MUNICÍPIO PARANAPANEMA	A STATE		UF SP	CEP 18720-000	RG 29870268X						
CPF 286.992.318-06	cargo SÓCIO	GERENTE E DIRETOR GERENTE	火炬	SP		141	QUANTIDADE COTAS 2.505,00						

	sócio											
NOME LUIZA ARAUJO MENDES	- 5	NO TOTAL	· FT	AT	Ø	3						
ENDEREÇO RUA CORY PEREIRA DE MELO				número complemento CASA								
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO PARANAPANEMA				uf SP	CEP 18720-000		RG 374597480				
CPF CARGO 423.608.428-70 SÓCIO							QUANTIDADE COTAS 2.505,00					

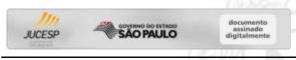
	ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO												
DATA 04/11/2020	NÚMERO 442.658/20-5												
	SP, RESIDENTE À RU	AUJO MENDES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 423.608.428-70, RG/RNE: 37459748-0 - IA CORY PEREIRA DE MELO, 285, CASA, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.											

RETIRA-SE DA SOCIEDADE ODILA MARIA FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 094.899.668-43, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18275-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

REMANESCENTE ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 286.992.318-06, RG/RNE: 29870268X - SP, RESIDENTE À R DAS VIOLETAS, 139, HOLAMBRA II, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR GERENTE E SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2.505,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA, 594, PISO SUPERIOR, CENTRO, PARANAPANEMA - SP, CEP 18720-000., DATADA DE: 19/10/2020.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35214617652 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 26/10/2021



Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 160994288, terça-feira, 26 de outubro de 2021 às 11:21:07.



Documento Gratuito Proibida a Comercialização Página 2 de 2

25/04/2000 BOTTON 03/10/2017 VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL AVARE-SP PARANAPANEMA CH:LV.A008/FL,5°083/N°07803 SANDRA ROBERTA LENCTONI DE ARALJO MENDES ABSINATURA DO DREETOR LEI Nº 7,116 DE 29/08/83 37.459.748-0 2 via EDILBERTO FERREIRA BETO MENDES **LUIZA ARAUJO MENDES** 423608428/70 AVARE - SP NÃO PLASTIFICAR 1241 AUTEN 0704AA01 8100-0 Chuiza Mendes BECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE SÃO PAULO CARTEIRA DE IDENTIDADE POLEGAR DIFFETO

SPAC NIAC PAFFINCHIDO

Tabelionato de Notas Paranapanema-SP
Rua Capitão Pinto de Melo, 500
AUTENTICO a presente cópia, a qual
confere com o original do que dou fe
Paranapanema

0.7 MAID 2010

07 MAID 2018

aldir Luis dor Santos

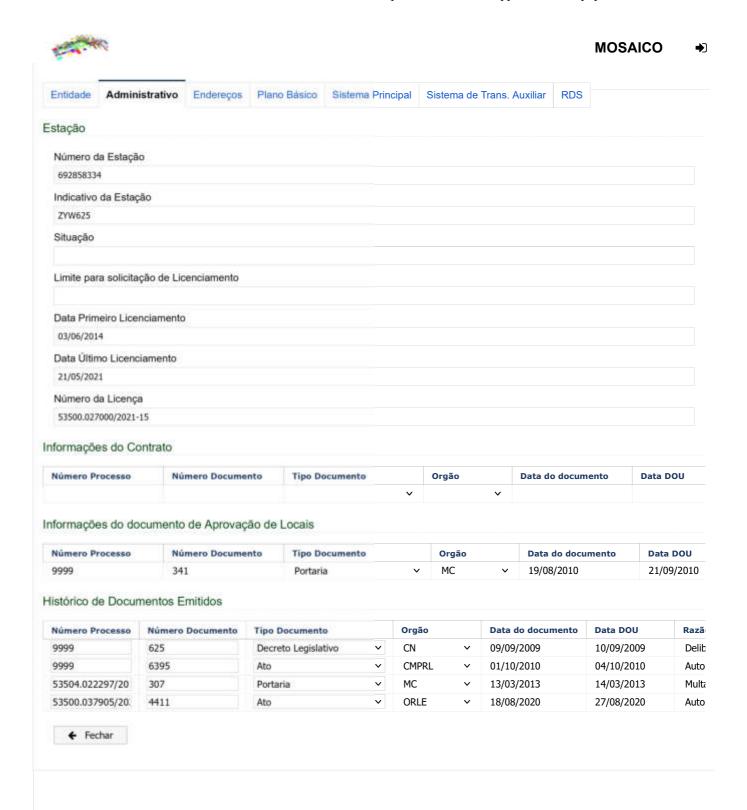
ucas miguel de Camargo

ndré victe

Sas Castúbo Camargo

A A 0 1 COTA AUTORIZADO ROPN E CO TABELIONATO DE NOTAS

39735796



Spectrum Center Inc © 2021





AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL CNPJ Difusora Natureza Em Ltda 02095038000110 Nº DA ESTAÇÃO SERVIÇO NAT. SERV. LATITUDE LONGITUDE 692858334 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada 21° 52' 32.02" S 50° 42' 4.00" W

FLS: 1/1

208

532

SP

DISTRITO ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia SP 457, KM 103 - Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes, nº s/n. BAIRRO MUNICÍPIO UF Zona Rural lacri SP

NUMPROCESSO:

MODELO

MODELO:

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 19/07/2030

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: Iacri UF: SP LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 89.5 MHz CANAL: CLASSE: в1 COTA BASE DA TORRE:

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW625 NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Iacri

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDERECO: Rodovia SP 457, KM 103 -BAIRRO: Zona Rural Rodovia Brigadeiro Eduardo

MUNICÍPIO: Cames UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: Doutor Edu Teixeira de Mendonça BAIRRO: Jardim América

MUNICÍPIO: UF: SP Tupã NUMERO: 208 COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Sinteck Sistemas Eletrônicos MODELO: MAX 5000

Ltda. 027830902884 CÓDIGO: POTÊNCIA: .490 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE:

POTÊNCIA: CÓDIGO: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2 FABRICANTE:

Código PI:

CÓDIGO: POTÊNCIA:

ANTENA PRINCIPAL FABRICANTE: TEEL - TELE ELETRONICA LTDA MODELO: FMV4U208

POLARTZAÇÃO: Circular GANHO: 2 95

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: DESCRICÃO: 100 graus ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 54 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:

DESCRICÃO: graus ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: BEAM TILT: graus LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FARRICANTE: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF 1.5/8-50JA-A0

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

IMPRESSO EM: 26/10/2021 13:31:18

APLICAÇÃO Emitido Em 21/05/2021

Esta licença pode ser validada em

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA' XXXXXXXXX

> https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token =Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIxNjBhNzVjMTBiOTAxYw==





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

CERTIDÃO

PROCESSO Nº 01250.064106/2019-71 ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO SOCIETÁRIA OU DIRETIVA

Certifico e dou fé que em face da alteração societária/diretiva, (SEI 7932996) a regularização da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 53115.027137/2020-32, o que possibilita, assim, a continuidade da instrução do presente feito.



Documento assinado eletronicamente por Renata Vieira Machado, Advogada, em 26/10/2021, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8313041** e o código CRC **8F596A22**.

01250.064106/2019-71 8313041v2

Correspondência Eletrônica - 8313526

Data de Envio:

26/10/2021 12:46:06

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassaçã

Mensagem:

Processo nº: 01250.064106/2019-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de lacri / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA № 12796/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Trata-se de processo administrativo de interesse da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri/SP, referente ao seguinte período: 19/07/2020 a 19/07/2030.

ANÁLISE

- Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser 2. instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis n^{os} 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.
- Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela 3. Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- 3.1. declarações, datadas e assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
 - b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
 - c) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.1: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

Obs.2: apresentar apenas de Anderson Aparecido Ferreira Blattler.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/10/2021, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, <u>de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/10/2021, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8313530** e o código CRC **8D66A32D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8313530



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 22953/2021/MCOM

Brasília, 26 de outubro de 2021.

Ao (A) Senhor (a) Representante Legal da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME (CNPJ Nº 02.095.038/0001-10) Rua Francisco Alves de Almeida, nº 594 18.720-000 Paranapanema/SP

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.064106/2019-71.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 12.796/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
- No expediente da resposta deverá ser mencionado o número 2. deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
- Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo 3. mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 26/10/2021, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



🕻 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8313553** e o código CRC **EEE48E06**.

Anexos:

Nota Técnica n.º 12.796/2021/SEI-MCOM

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22953/2021/MCOM - Processo nº 01250.064106/2019-71 - № SEI: 8313553

Correspondência Eletrônica - 8314270

Data de Envio:

26/10/2021 14:38:15

De

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

MARIOLUIZNAKAMURA@HOTMAIL.COM joao.novaalvorada@hotmail.com elen.novaalvorada@hotmail.com

Assunto:

Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.064106/2019-71

INTERESSADA: - DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente, Secretaria de Radiodifusão Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8313553.html Nota_Tecnica_8313530.html

RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassaçã

cqfm <cqfm@mcom.gov.br>

Qui, 28/10/2021 17:33

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Iacri / SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento de contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 26 de outubro de 2021 12:46

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassaçã

Processo no: 01250.064106/2019-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de lacri / SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Oficio: 22953/2021/MCOM

Processo: 01250.064106/2019-71

SEI: 8313553

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, onde requer a Renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), que lhe é autorizado no Município de Iacri, Estado do São Paulo, por seu representante legal, abaixo-assinado, vem apresentar a documentação solicitada.

Termos em que, pede deferimento.

Paranapanema (SP), 27 de outubro de 2021.

DIFUSØRA NATUREZA FM LTDA

CNPJ 02.095.038/0001-10

Representante Legal



CARTORIO

037530/2021-15 / pg. 1





Declaração

Conforme decreto 10.775 de 23/08/2021

	IDENTIFICA	ÇÃO				
Nome da Pessoa Jurídica:	Difusora Natureza FM	I Ltda				
CNPJ:	02.095.038/0001-10	CEP da sede: 18720-000				
Endereço da sede:	Estrada Municipal PPN	M 156, Bairro Capim Velho – Paranapanema/SP				
E-mail de contato:	sei@sistemaplug.com.br					
Serviço a ser renovado:	(X) Radiodifusão sonora	() em ondas curtas () em ondas médias				
	() Radiodifusão de sons	s e imagens				
Período da renovação:	19/07/2020 à 19/07/2030					
Localidade da renovação:	Iacri	UF: SP				

Eu, Anderson Aparecido Ferreira Balttler, inscrito no CPF sob o nº 286.992.318-06, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1





- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- c) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Paranapanema (SP), 27 de outubro de 2021.

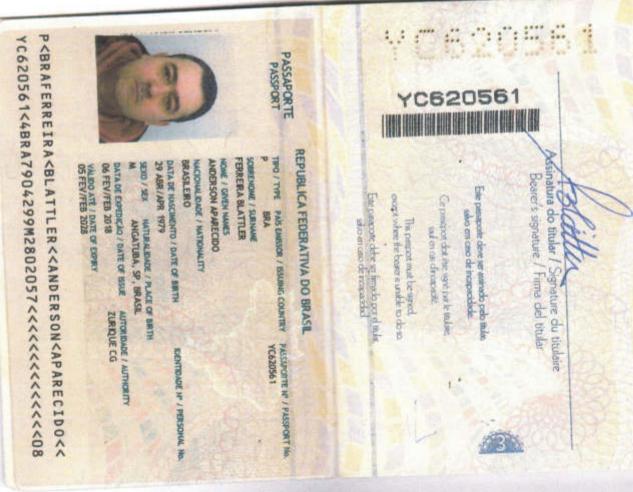
Assinatura do representante legal



CARTORIOT MRANAPANEMAT

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2













BOM DIA Renata Vieira Machado Sistemas Interativos

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda

■Dados da consulta Consulta

1 of 1

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ													
CNPJ:	02.095.038/0001-10													
DIFUSORA NATUREZA FM LTDA														
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЭ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Euclides da Cunha Paulist			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Taquarituba			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	<u>02.095.038/0001-10</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Campina do Monte Alegr			
NIDERCON ADARECTOC FERREIRA DI ATTI ER	200 002 210 00	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	São Miguel Arcanjo			
Anderson aparecido ferreira blattler	<u>286.992.318-06</u>	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Iacri			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	<u>02.095.038/0001-10</u>	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegr			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	<u>02.095.038/0001-10</u>	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	<u>02.095.038/0001-10</u>	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri			
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	<u>02.095.038/0001-10</u>	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo			
LUIZA ARAUJO MENDES	423.608.428-70	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegi			
	Γ	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba			
	Γ	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulis			

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 17/12/2021 Hora: 09:58:31



Renata Vieira Machado
Sistemas
Interativos

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda

Consulta Composição da Entidade...

1 of 1

Tipo de Consulta:	CPF																						
CPF: 286.992.318-06																							
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO												
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Euclides da Cunha Paulista												
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Taquarituba												
	205 002 240 05	205 002 240 05	200 002 240 00	200, 002, 240, 00	205 002 210 05	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Campina do Monte Alegre								
						205 002 240 05	205 002 240 05	206 002 240 06	205 002 240 05					DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	São Miguel Arcanjo
ANDERCON ADARECTRO FERREIRA DI ATTI ER										DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Diretor (ADMINISTRADOR)	0			FM		SP	Iacri				
ANDERSON APARECIDO FERREIRA BLATTLER	<u>286.992.318-06</u>	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista												
						Ī		Γ	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre					
			DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba											
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri												
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo												

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 17/12/2021 Hora: 10:03:53



Renata Vieira Machado
Sistemas
Interativos

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda

Prend Principal

1 of 1

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Cons	ulta: CPF										
	CPF: 423.608.428-70										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	СПРЈ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Euclides da Cunha Paulista
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Campina do Monte Alegre
LUIZA ARAUJO MENDES	423.608.428-70	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Taquarituba
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	Iacri
		DIFUSORA NATUREZA FM LTDA	02.095.038/0001-10	Sócio	2505	0,00%	0,00%	FM		SP	São Miguel Arcanjo

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 17/12/2021 Hora: 10:04:26

SIACCO »» Consultas Gerais »» *Consolidado Participação e Composição* internet teia menu ajuda



Renata Vieira Machado
Sistemas
Interativos

Dados da consulta

Não foi encontrado dados com essa informação

1 of 1

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor: DIFUSORA NATUREZA FM

Hora: 10:05:26

Nome Sócio/Diretor: DIFUSORA NATUREZA F

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 17/12/2021

09/12/2021 10:10



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Difusora Natureza Fm Ltda
CNPJ: 02.095.038/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:10:01 do dia 09/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/01/2022.

1 of 1

Certidão expedida gratuitamente.

[Imprimir] Voltar

Anexo FISTEL atualizado (8844094) SEI 01250.064106/2019-71 / pg. 5

Spectrum-E: Canais http://sistemasnet/se/public/view/b/srd.php

Mosaico

1 of 2

09/12/2021 10:12

http://sistemasnet/se/public/view/b/srd.php

09/12/2021 10:12

Mosaico
renata.mc@anatel.gov.br

2 of 2

PUBLICADO NO DIARIO

SFICIAL DE 19/07/2010

PAGINA 98 SEÇÃO 3

AMOTADO POR: 2 Partiro

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A DIFUSORA NATUREZA FM LTDA., PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE IACRI, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de Julho do ano dois mil e dez, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, José Artur Filardi Leite, e a Difusora Natureza FM Ltda., CNPJ n.º 02.095.038/0001-10, representada por seu procurador, Alessandro Dessy, RG n.º 24.509.644-9 SSP/SP, CPF/MF n.º 164.656.478-26, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 9 de setembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2009, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na localidade de Iacri, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Difusora Natureza FM Ltda., o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Iacri, Estado de São Paulo, o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 031/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;
- Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:
- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;
- limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.
- Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.
- Cláusula 6^a. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.
- Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.
- Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.





Cláusula 9^a. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnicocientífico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10^a. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11^a. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das freqüências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em conseqüência, liberada a freqüência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14^a. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

a) advertência;

 b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI:

 c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) apos:

 d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15^a. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.





Cláusula 16^a. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerarse-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17^a. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14^a.

Cláusula 18^a. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19^a. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20^a. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado das Comunicações

Permissionária

Testemunha

Testemunha



DECRETO LEGISLATIVO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RA DIODIFUSÃO PARA O DESEN MENTO CULTURAL E SOCIAL DE MORTUGABA para executar serviço de radiodifissão comunitária na cidade de Mortugoba, Estado da Babia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 429,
de 24 de julho de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifisado para o Desenvolvimento Cultural e Social
de Montgalha para esceusiar, por 10 (dez) anos, sem direito de exctivalvidade, serviço de radiodifisado comunitária na cidade de Mortegalha, Estado da Babia.

2º Esta Decreto Legislativo para em visos na data de

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sus publicação.

> Senado Federal, em 9 de setembro de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Se

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII de art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promitigo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 621, DE 2009

Aprova o ste que autorga entorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES EM RÁDIO COMUNITÁRIA, GERAÇÃO FM para executar serviço de radi sitário na cidade de Vale do Pareiso. Estado de Rondônia

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o zio a que se refere a Portaria nº 679,
de 30 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação
dos Comunicadores em Rádio Comunicaria, Geração FM para executar, por 10 (dee) anos, sem direito de esclusividade, serviço de radiodifissão comunitária na cidade de Vale do Paraiso, Estado de

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de

Senado Federal, em 9 de setembro de 2009 Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Fedi

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e cu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 622, DE 2009

Aprova o sto que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA NOVO TEMPO para saceutar serviço de radiodificião comunitária na cidade de Santa Mario do Sunqui, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 450,
de 17 de agosto de 2097, que outorga autorização à Associação de
Rusficialitação Comunitária Novo Tempo para essecular, por 10 (dez)
anos, sem direiso de exclusividade, serviço de rudfodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Sucqui, Estado de Minas Gerais. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de

Senado Federal, em 9 de setembro de 2009. Senador JOSÉ SARNEY

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e ou, José Samey, Presidente do Senado Federal, nos termos de parigrafo anico do art. 52 de Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte DECRETO LEGISLATIVO

Aprova e ate que nutorga antoriosção à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFI-CENTE E COMUNITÁRIA LÍDER DE PASSOS para executar serviço de diffusão co munitária na cidade de Pessos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional de

Art. 1º Ficu aprovado o nto a que se refere a Portaria nº 612, de 6 de novembro de 2007, que outoga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos para executar, Cultural Beneficente e Comunitário Lóder de Passos para executar, por 10 (dex) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão com

comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data sut publicação.

Senado Federsi, em 9 de setembro Senador AOSÉ SARNEY

Foço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do perágrafo único do art. 52 do Regimento Comun e do inciso XXVIII do art. 48 do o do Senado Federal, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 624, DE 2009

prova o ato que outorga permissão à SPC SISTEMA PARAENSE DE COMUNI-CAÇÕES LTDA, pura explorar serviço de radiodifusão sonora em freguência modutada na cidade de São Luis do Paraitinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decrete

Ari. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Partaria nº 515, de 13 de selembro de 2005, que outoga permissão à SPC - Sistema Paruense de Comunicações Lida, para exploraz, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifissão sonora em frecia modulada na cidade de São Luis do Paraitinga, Estado de São

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de un publicação.

> Senado Federal, em 9 de setembro de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Fede

Faço saber que o Congresso Nacional aprovos, e eu, José Sarney, Presidente do Sensdo Federal, nos termos do parágrafo único do set. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do so do Senado Federal, promulgo o seguir

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 625, DE 2009

Aprova o alo que outorga permissão à Di-FUSORA NATUREZA FM LTDA, para explorar serviço de radiodifisão sonora em frequência modulada na cidade de facri, tado de Silo Paulo

O Congresso Nacional decreta:

Ari. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 279, de 29 de maio de 2907, que outorga permissão à Difessora Natureca FM Lida, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de esclu sividade, serviço de radiodifissão sonora em frequência modulada n cidade de lacri, Estado de São Paulo. Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de

sus publicação.

Senado Federal, em 9 de setembro Senador JOSÉ SARNEY m de 2009 Presidente do Senudo Fede

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e es, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 de Regimento Interno do Senado Federal, promidgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 626, DE 2009

DEMA - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DE-SENVOLVIMENTO E ENSINO DE MA-CHADO para executar serviço de radiodi-fissão sonora em frequência modulada na ci-dada de Machodo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado e ato a que se refere a Ponaria nº 439,
de 30 de julho de 2007, que outorga permisallo à FADEMA - Pundoção de Apoio ao Deservolvimento e Ensino de Machado para
executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de
rediodifisalo sonora em frequência modulada, com fine exclusivamente educativos, na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de
esta multiparto.

Senado Federal, em 9 de selembro de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovos, e es, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do urt. 52 do Regimento Comum e do inriso XXVIII do an. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CU-RUÇA para essentar serviço de radiodi-fusão commitária na cidade de Cunça, Es-

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica agenvado o ato a que se refere a Portaria nº 331, de 11 de junho de 2006, que outorga autorianção à Associação Comunitária de Curueg para executar, por 10 (dez) anos, sem decido de exclusividade, serviço de radiodifisão comunitária na cidade de Curuega, Estado do Parti.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de setembro Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Feder

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do partigrafo inico do art. 52 do Regimento Comun e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 2009

Aprova o sio que enterga autorimeto à ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PAR-QUE NIAGARA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifisão co-munitária na cidade de Parsiba do Soi, Estedo do Rio de Jene

O Congresso Nucional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o aio a que se refere a Portaria nº 414,
de 24 de julho de 2007, que outorga autorinação à Associação Comunitária Purque Niagara de Radiodifiado para esecutar, por 10 (dejul de la companida de la c Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na dato de

Senado Federal, em 9 de setembro Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Fede

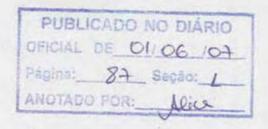
Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e es, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promotigo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 2009

Aprove o sto que ostorga autorização à ACIPA - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE PALMEIRANTE para executar serviço de radiodifindo comunitáris na o Palmeirante, Estado do Tocantina. nitária na cidade de

Este documento pode ser verificado no endereço efeitônico http://www.in.gov.be/autenticidade.html, pelo obdigo 00012009091000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestratura de Chaves Públicas Brasileira



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 279 , DE 29 DE MAIO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000584/2001, Concorrência nº 031/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

Anexo Atos (8844225)

SEL01250.064106/2019-71/pc

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.064106/2019-71 **Entidade:** DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

CNPJ nº: 02.095.038/0001-10 **FISTEL nº:** 50406453845 Localidade: lacri / SP

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 12/12/2019

Período: 19/07/2020 a 19/07/2030

Tipo de outorga a ser renovada:

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	4963990, págs. 1 5632452	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8540993	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos				

sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços	(X) Sim () Não () Não so aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo	

sem outorga;	() ivau se apiica		Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5632452	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8540993	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8540993	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	

2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	8844064	- Art. 12 do Decreto- Lei nº 236, de 1967	
---	---------------------------------------	---------	--	--

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	() Sim () Não (X) Não se aplica	4963990, págs. 4-41 (Contrato Social a alteração contratual registrado sob o nº 242.187/04-3) 5632453, 7932993, (Contrato Social) 5632454, 7932994, (alt. contratual registrado sob o nº 34.717/01-8) 5632455, 7932995, (alt. contratual registrado sob o nº 242.187/04-3) 7932996 (alt. contratual registrado sob o nº 242.187/04-3) 7932996 (alt. contratual registrado sob o nº 242.187/04-3)	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo	(X) Sim		- Art. 113, inciso II	

competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	() Não () Não se aplica	8312962	do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Sim () Não (X) Não se aplica	4963990, págs. 42-47 (2018) 7932997 (2019) 7975492 (2020)	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7932989	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	4963990, pág. 48 5632458	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		F 7933000		
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	E 5632459 (Divida Ativa) 7933001 (Não Inscritos)	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		M 7975493		

I				
9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	8844094	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Prova de		7933000		
regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	7932999	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7932998	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Conf. Certidão Simplificada i) Luiza Araujo Mendes 8313431 ii) Anderson Aparecido Ferreira Battler 8540994 8540995	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão</u> aceitos para comprovar a nacionalidade.				
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8313457, pág. 2	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
16. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.				
17. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

	Observações Adicionais	
- n/a		

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente, em 17/12/2021, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8310101** e o código CRC **A5338322**.

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8310101

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão Departamento de Outorga e Pós-Outorga Coordenação-Geral de Pós-Outorgas Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA № 18739/2021/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido Natureza Itda, formulado pela **Difusora** FΜ inscrita no CNPI 02.095.038/0001-10, objetivando a renovação da outorga do serviço radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de lacri/SP, referente ao Fistel nº 50406453845 e ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 2. Por meio da Nota Técnica nº 12.796/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 22.953/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 8313530 e SEI 8313553).
- Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.037530/2021-15).

ANÁLISE

- É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao 5. preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- 6. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº

52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[....]

- Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto n^{o} 9.138, de 2017)
- VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto n^{o} 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7° da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1° da Lei Complementar 1° 64, de 1990.
- 7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de

monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

- 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM Itda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI 8844225 Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009 (SEI 8844225 Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI 8844225 Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.
- 9. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, **em 12 de dezembro de 2019,** a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4963990 Pág. 1).
- 10. Entende-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, qual seja, nos 12 (doze) meses anteriores ao término do prazo da outorga, conforme consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.
- 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8310101). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- $\S 1^{\circ}$ É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;

- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 12. Ressalta-se. ainda, que 0 conhecimento da mencionada notadamente as certidões exigidas pelo documentação, Ministério Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, declarações previstas no art. 113. supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).
- 14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI 8844064).
- 15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a 16. aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8310099 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seia a cassação (SEI 8328189).
- A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).

- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:
 - Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
 - § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
 - IV a data de emissão da licença.
 - V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
 - § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
 - § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
 - § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
 - § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo.
 - § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira

- automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
- \S 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- \S 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI 8313457 Pág. 2; e 8844134).
- 23. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de lacri/SP.

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Nolasco, Assistente, em 17/12/2021, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga, em 17/12/2021, às 18:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8844776** e o código CRC **630656AF**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº DE 2021. DE , DE

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em freguência modulada, no Município de Jacri, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

	MINOTABL	EXPOSIÇÃO DE M	011403	
EM nº	- MCOM			
		Brasília,	de	de 2021.
	Senhor Presidente da l	República,		
julho de 02.095.0 publicada 2009, pu exclusivio	Submeto à sua a 64106/2019-71, invocand 021/SEI-MCOM, chance nhado da Portaria nº > 2020, a permissão outor 238/0001-10), nos termos a em 1º de junho de 2007 ublicado em 10 de sete dade, o serviço de radio de lacri, Estado de São F	do as razões prese elada pelo Pare (XXX, de de _ razo de dez anos, po gada à DIFUSORA N da Portaria n.º 27 r, chancelada pelo De mbro de 2009, par odifusão sonora er	entes na ecer Ju de _ or dez an IATUREZA 9, de 29 ecreto La ra execu	a Nota Técnica nº urídico n.º, publicada em os, a partir de 19 de A FM LTDA (CNPJ nº de maio de 2007, egislativo n.º 625, de tar, sem direito de
	Diante do exposto e e	em observância ao o	nue disnõ	e o art 223 83º da

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8844776

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 14407/2021/MCOM

Brasília. 21 de dezembro de 2021

A Senhora Carolina Scherer Bicca Consultora Jurídica Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM (8844776)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM (8844776), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico. Atenciosamente,

William Ivo Koshevnikoff Zambelli

Secretário de Radiodifusão Substituto



Documento assinado eletronicamente por William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Secretário de Radiodifusão substituto, em 21/12/2021, às 18:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8944237** e o código CRC **2D9BEE54**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 14407/2021/MCOM -Processo nº 01250.064106/2019-71 - Nº SEI: 8944237



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

- Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (SEI nº 8844776):

- 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI <u>8844225</u> Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009 (SEI <u>8844225</u> Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI <u>8844225</u> Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.
- 3. No requerimento protocolado em 12.12.2019 (SEI nº 4963990), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: "Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP".
- 4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

- 5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
- 8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

- 9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
- 10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".
- 11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
- 12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".
- Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
- 14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".
- 15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".
- 16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".
- 17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".
- 18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a

permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

- 19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.
- 20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

- 21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM.
- 22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão somente expirou em 19 de julho de 2020 e o pedido apresentado em 12 de dezembro de 2019 (**SEI 4963990**).
- 23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 16.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SEI nº 8540993). O pedido originário e o novo foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Anderson Aparecido Ferreira Battler, designado para a função na Cláusula Décima da alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27.3.2001 (SEI 5632454, fls. 3/10).
- 24. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 8310101).
- 25. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n º 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:
 - Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

 (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V prova de inscrição no CNPJ; (<u>Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017</u>)
 - VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no <u>Título VII-A do Decreto-Lei</u> nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (<u>Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u>
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- 26. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:
 - 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI <u>8310101</u>). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
 - Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- \S 1° É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.

- 12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).

(...)

- 17. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).
- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 27. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8312962); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7932989); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 5632458); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7933000), às Fazendas estadual (SEI nº 79333001), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7975493); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 8844094); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (SEI nº 7932999); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7932998).
- 28. Observa-se que a maioria das certidões venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
- 29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, no bojo do próprio pedido de renovação, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8540993).
- 30. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:
 - 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

(...)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria

- técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI <u>8313457</u> Pág. 2; e <u>8844134</u>).
- 31. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:
 - 16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI <u>8310099</u> Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI <u>8328189</u>).
- 32. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:
 - 14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI <u>8844064</u>).
 - 15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- 33. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.
- 34. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
- 35. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795221131 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 30-12-2021 09:23. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBy5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02292/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

- 1. Aprovo o PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Difusora Natureza FM Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, no período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 3. Conforme os termos do PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
- 4. A Secretaria de Radiodifusão SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795359061 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-12-2021 11:35. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBy5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02295/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- 1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795425746 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-12-2021 14:06. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/02/2022, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 8977858 e o código CRC 4EC5B685.

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8977858

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº
01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº
18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-
MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de
2021, publicada em, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de
19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM
LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio
de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo
nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem
direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência
modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 07/02/2022, às 18:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8977871** e o código CRC **AF92C4AE**.

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8977871

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 14773/2022/MCOM

Brasília, 03 de Janeiro de 2021

Ao Senhor **Wagner Primo Figueiredo Neto** Chefe de Gabinete do Ministro Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Portaria nº 4418/2021/SEI-MCOM (8977858) e Exposição de Motivos (8977871)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM (8844776) Parecer Jurídico nº 0576/202/2020/CONIURno MCOM/CGU/AGU (8977195), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 4418/2021/SEI-MCOM (8977858) e Exposição de Motivos (8977871), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente.

Maximiliano Salvadori Martinhão

Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão, em 31/01/2022, às 17:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8982232** e o código CRC **2B303112**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 14773/2022/MCOM -Processo nº 01250.064106/2019-71 - Nº SEI: 8982232

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 10/02/2022 16:12:05 Origem do Ofício: Gabinete do Ministro

Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA

Ofício: 6937865

Data prevista de publicação: 11/02/2022 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias						
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor		
14257428	ATO PORTARIA MCOM NA 4418.rtf	b741f283d737ffe9 0fc5026fcd7e4552	8,00	R\$ 264,32		
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32		

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/02/2022 | Edição: 30 | Seção: 1 | Página: 12 Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 4.418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4824b05

Informações da Entidade

Dados da Entidade				
Nome da Entidade: Difusora Natureza Fm Ltda	Nome da Entidade: Difusora Natureza Fm Ltda			
Nome Fantasia:				
Telefone: (14) 37132222	E-mail: joao.novaalvorada@hotmail.com			
CNPJ: 02.095.038/0001-10	Número do Fistel: 50406453845			
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral			
Data do contrato: 19/07/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada			
Carater: Primário	Local específico:			
Rede:	Categoria da Estação: Principal			
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 226, de 28 de janeiro de 2016, publicado na Seção 1, página 53, do DOU de 17/02/2016.				

Endereço Sede			
Logradouro: Rua Francisco Alves de Almeida		Complemento: -Piso Superior	
Bairro: Centro		Numero: 594	
Município: Paranapanema UF: SP			CEP: 18720000

Endereço Correspondência				
Logradouro: AVENIDA BRASILIO MACHADO NETO		Complemento:		
Bairro: JARDIM AMERICA		Numer	p: 385	
Município: Tupã UF: SP			CEP: 17605240	

Endereço do Transmissor			
Logradouro: Rodovia SP 457, KM 103 - Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes		Complemento:	
Bairro: Zona Rural		Numer	o: s/n
Município: lacri UF: SP			CEP: 17680000

Endereço do Estúdio Principal			
Logradouro: Rodovia SP 457, KM 103 - Rodovia Brigadeiro Eduardo Gomes		Comple	emento:
Bairro: Zona Rural		Numer	o: s/n
Município: lacri	UF: SP		CEP: 17680000

Endereço do Estúdio Auxiliar				
Logradouro: Doutor Edu Teixeira de Mendonça		Complemento:		
Bairro: Jardim América		Numero: 208		
Município: Tupã UF: SP			CEP: 17605240	

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: lacri	UF: SP

Parâmetros Técnicos				
Canal: 208 Frequência: 89.5 MHz Classe: B1 ERP Máxima: 0.792kW				
HCI: 54 m	Pareamento:	Decalagem:		Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
- 13 TT TT TT	

Feb 11, 2022 1/3



Número da Estação: 692858334	Número Indicativo: ZYW625
Data Último Licenciamento: 21/05/2021	Número da Licença: 53500.027000/2021-15

Estação Principal								
	Localização							
Latitude: 21°52'32" S	Longitude: 50°42'4" W	Cota da base: 532 m						

Transmissor Principal						
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: MAX 5000					
Fabricante: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .490 kW					

Linha de Transmissão Principal								
Modelo: LCF 1.5/8-50JA-A0		Fabricante: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS						
Comprimento da Linha: 60 m Atenuação: 0.608 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms					

	Antena Principal										
Modelo: FMV4U208			Fabricante: TEEL - TELE	ELETRONICA LTDA							
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: .00 º	Orientação NV: 100 º	Polarização: Circular	HCI: 54 m	ERP Máxima: 0.79 kW						

	Padrão de Antena dBd												
0 º: 0.09	5º: 0.04	10º: 0	15º: 0	20º: 0	25º: 0	30º: 0	35º: 0.05	40º: 0.09	45º: 0.09	50º: 0.09	55º: 0.13		
60º: 0.18	65º: 0.21	70º: 0.26	75º: 0.35	80º: 0.45	85º: 0.5	90º: 0.54	95º: 0.59	100º: 0.63	105º: 0.64	110º: 0.63	115º: 0.63		
120º: 0.63	125º: 0.64	130º: 0.63	135º: 0.59	140º: 0.54	145º: 0.53	150º: 0.54	155º: 0.55	160º: 0.54	165º: 0.5	170º: 0.45	175º: 0.44		
180º: 0.45	185º: 0.45	190º: 0.45	195º: 0.45	200º: 0.45	205º: 0.45	210º: 0.45	215º: 0.45	220º: 0.45	225º: 0.44	230º: 0.45	235º: 0.5		
240º: 0.54	245º: 0.54	250º: 0.54	255º: 0.58	260º: 0.63	265º: 0.68	270º: 0.72	275º: 0.73	280º: 0.72	285º: 0.73	290º: 0.72	295º: 0.68		
300º: 0.63	305º: 0.63	310º: 0.63	315º: 0.59	320º: 0.54	325º: 0.5	330º: 0.45	335º: 0.35	340º: 0.26	345º: 0.21	350º: 0.18	355º: 0.14		

	Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon	5º: Lat - Lon	10º: Lat -	15º: Lat -	20º: Lat -	25º: Lat -	30º: Lat -	35º: Lat -	40º: Lat -	45º: Lat -	50º: Lat -	55º: Lat -	
-		Lon -										
60º: Lat -	65º: Lat -	70º: Lat -	75º: Lat -	80º: Lat -	85º: Lat -	90º: Lat -	95º: Lat -	100º: Lat -	105º: Lat -	110º: Lat -	115º: Lat -	
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	
120º: Lat -	125º: Lat -	130º: Lat -	135º: Lat -	140º: Lat -	145º: Lat -	150º: Lat -	155º: Lat -	160º: Lat -	165º: Lat -	170º: Lat -	175º: Lat -	
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	
180º: Lat -	185º: Lat -	190º: Lat -	195º: Lat -	200º: Lat -	205º: Lat -	210º: Lat -	215º: Lat -	220º: Lat -	225º: Lat -	230º: Lat -	235º: Lat -	
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	
240º: Lat -	245º: Lat -	250º: Lat -	255º: Lat -	260º: Lat -	265º: Lat -	270º: Lat -	275º: Lat -	280º: Lat -	285º: Lat -	290º: Lat -	295º: Lat -	
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	
300º: Lat -	305º: Lat -	310º: Lat -	315º: Lat -	320º: Lat -	325º: Lat -	330º: Lat -	335º: Lat -	340º: Lat -	345º: Lat -	350º: Lat -	355º: Lat -	
Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	Lon -	

	Distância por radial												
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:		
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:		
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:		
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:		
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:		
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:		

Estação Auxiliar						
Transmissor Auxiliar						
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:	Potência de Operação: kW					

	Transmissor Auxiliar 2
Г	



 Código Equipamento:
 Modelo: Equipamento não encontrado

 Fabricante:
 Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar								
Modelo:		Fabricante:						
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms					

Antena Auxiliar										
Modelo:			Fabricante:							
Ganho: dBd	Beam-Tilt: º	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.79 kW						
RDS										
Código PI:										

	Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza					
9999	279	Portaria	MC	29/05/2007	01/06/2007	Outorga	Jurídico					

	Informações do documento de Aprovação de Locais								
Núm	Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza	
9999		341	Portaria	MC	19/08/2010	21/09/2010	Aprovação de Local	Técnico	

Histórico de Documentos Emitidos								
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza	
9999	625	Decreto Legislativo	CN	09/09/2009	10/09/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico	
9999	6395	Ato	CMPRL	01/10/2010	04/10/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico	
53504.022297/201 1-11	307	Portaria	MC	13/03/2013	14/03/2013	Multa	Jurídico	
53500.037905/202 0-12	4411	Ato	ORLE	18/08/2020	27/08/2020	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico	
01250.064106/201 9-71	4418	Portaria	MC	30/12/2021	11/02/2022	Renovação	Jurídico	

Horário de funcionamento

Feb 11, 2022 3/3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Ofício Interno nº 16151/2022/MCOM

Brasília, 11 de fevereiro de 2022

Á Senhora **Renata Machado Moreira** Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos Renovação (8977871)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4418/2022/SEI-MCOM (9423225), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Renovação (8977871), para conhecimento e e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 11/02/2022, às 09:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **9423664** e o código CRC **63FF96FA**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício n^{ϱ} 16151/2022/MCOM - Processo n^{ϱ} 01250.064106/2019-71 - N^{ϱ} SEI: 9423664

Brasília, 13 de Abril de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11/02/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



OFÍCIO Nº 8652/2022/MCOM

Ao Senhor Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.064106/2019-71.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente.

RENATA MACHADO MOREIRA Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Renata Machado Moreira, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, em 14/04/2022, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 9683845 e o código CRC 9B0A26A9.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8652/2022/MCOM - Processo nº 01250.064106/2019-71 - Nº SEI: 9683845

Recibo Eletrônico de Protocolo - 3516049

Usuário Externo (signatário):Weberson Wayne Nobrega Peixoto

 IP utilizado:
 189.6.16.36

 Data e Horário:
 22/07/2022 10:09:56

 Tipo de Peticionamento:
 Processo Novo

 Número do Processo:
 00001.006233/2022-20

Interessados:

Weberson Wayne Nobrega Peixoto

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Requerimento Oficio de Encaminhamento 3516047

- Documentos Complementares:

- Anexo Renovação de outorga de radiodifusão 3516048

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os
 praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se
 encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 13 de Abril de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11/02/2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71 INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº18739/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigidae da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dosautos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidadepor ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- 2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 8844776**):
 - 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI <u>8844225</u> Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009

(SEI <u>8844225</u> - Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI <u>8844225</u> Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.

- 3. No requerimento protocolado em 12.12.2019 (SEI nº 4963990), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: "Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP".
- 4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

- 5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
- 8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela

Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

- 10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".
- 11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
- 12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".
- 13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
- 14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".
- 15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".
- 16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".
- 17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".
- 18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao

Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

- 19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.
- 20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

- 21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM.**
- 22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão somente expirou em 19 de julho de 2020 e o pedido apresentado em 12 de dezembro de 2019 (SEI 4963990).
- 23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 16.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SEI nº 8540993**). O pedido originário e o novo foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Anderson Aparecido Ferreira Battler, designado para a função na Cláusula Décima da alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27.3.2001 (**SEI 5632454, fls. 3/10**).
- 24. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 8310101).
- 25. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n º 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:
 - Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente<u>em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</u> (<u>Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017</u>)
 - III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede dapessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede dapessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo deServiço FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio daapresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão pornovo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoasjurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidadeparlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº

10.775, de 2021)

- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, diretaou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- f) <u>a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e</u> (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisãotransitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- 26. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:
 - 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidadecom a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI <u>8310101</u>). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
 - Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- \S 1° É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua

protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado dasdeclarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).

(...)

- 17. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando ainexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).
- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem aentidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 27. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8312962); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7932989); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 5632458); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7933000), às Fazendas estadual (SEI nº 79333001), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7975493); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 8844094); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (SEI nº 7932999); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7932998).
- 28. Observa-se que a maioria das certidões venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
- 29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, no bojo do próprio pedido de renovação, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8540993).
- 30. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:
 - 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

(...)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deveráinformar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expiraautomaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga.

Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve olicenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI <u>8313457</u> Pág. 2; e <u>8844134</u>).
- 31. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:
 - 16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI <u>8310099</u> Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI <u>8328189</u>).
- 32. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:
 - 11. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art.12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI <u>8844064</u>).
 - 12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- 33. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.
- 34. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
- 35. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL Advogada da União Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795221131 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 30-12-2021 09:23. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02292/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

- 1. Aprovo o PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Difusora Natureza FM Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, no período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 3. Conforme os termos do PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
- 4. A Secretaria de Radiodifusão SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, manifestouse de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

https://sapiens.agu.gov.br/documento/795359061 1/2 https://sapiens.agu.gov.br/documento/795359061

assinado eletronicamente JOÃO

PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção,	a consulta ao processo	eletrônico está	disponível em h	nttp://sapiens.agu.g	gov.br mediante o
fornecimento do Número Único o	de Protocolo (NUP) 01	12500641062019	971 e da chave d	de acesso c3fa4945	5

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795359061 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-122021 11:35. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02295/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- 1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795425746 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-122021 14:06. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA № 12796/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri/SP, referente ao seguinte período: 19/07/2020 a 19/07/2030.

ANÁLISE

- 2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis n^{os} 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.
- 3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- 3.1. declarações, datadas e assinadas pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:
 - a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
 - b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
 - c) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;
 - Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.
- 3.2. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.1: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

Obs.2: apresentar apenas de Anderson Aparecido Ferreira Blattler.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/10/2021, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/10/2021, às 14:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, <u>de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8313530** e o código CRC **8D66A32D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8313530

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE. ENVIO DOS

AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Difusora Natureza FM ltda**, inscrita no CNPJ nº 02.095.038/0001-10, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de lacri/SP, referente ao **Fistel nº 50406453845** e ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 2. Por meio da Nota Técnica nº 12.796/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 22.953/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 8313530 e SEI 8313553).
- 3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.037530/2021-15).

ANÁLISE

- 4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- 5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- 6. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:
 - Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.
- 7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.
- 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM Itda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI 8844225 Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009 (SEI 8844225 Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI 8844225 Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.

- 9. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, **em 12 de dezembro de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4963990 Pág. 1).
- 10. Entende-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, qual seja, nos 12 (doze) meses anteriores ao término do prazo da outorga, conforme consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.
- 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8310101). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
 - Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).
- 14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI 8844064).

- 15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- 16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8310099 Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8328189).
- 17. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).
- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:
 - Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
 - § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;

- III os dados da estação, com:
- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
- IV a data de emissão da licença.
- V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
- § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação TFI.
- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
- § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo.
- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI 8313457 Pág. 2; e 8844134).
- 23. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de lacri/SP.

24. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Assistente**, em 17/12/2021, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga,** em 17/12/2021, às 18:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8844776** e o código CRC **630656AF**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA № , DE DE DE 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º______,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

		iviinistro de t	estado das Com	unicações		
		MINUTA DE E	EXPOSIÇÃO DE	MOTIVOS		
EM nº	- MCOM			Brasília,	de	de 2021.
	Senhor Presid	lente da República,	,			
Jurídico n.º_ ————————————————————————————————————	razões prese , acom , que reno utorgada à DIF 279, de 29 de º 625, de 200 , o serviço de	sua apreciação ontes na Nota Técn panhado da Porta va, pelo prazo de o USORA NATUREZA maio de 2007, pub 19, publicado em radiodifusão sonor	nica nº 18.739/ ria nº XXXX, dez anos, por d FM LTDA (CNI plicada em 1º d 10 de setembr	2021/SEI-MCOM, de de ez anos, a partir PJ nº 02.095.038 le junho de 2007 o de 2009, para	, chancelad de de 19 de j /0001-10), , chancelad executar,	da pelo Parecer , publicada em ulho de 2020, a nos termos da da pelo Decreto sem direito de
República, ei Congresso Na	ncaminho o re	posto e em obser espectivo processo	•	· · · · · ·		-
	Respeitosamo	ente,				
			FÁBIO FARIA			

Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SEI nº 8844776

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Recursos Logísticos

Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 25 de julho de 2022.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGAP e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se de processo administrativo de interesse da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de lacri/SP, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 48 2022 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 25/07/2022, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3520491** e o código CRC **C69D40DF** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador externo-documento conferir&id orgao acesso externo-0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 3520491



OFÍCIO № 2142/2022/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Secretário-Executivo Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 48/2022 MCOM.

Senhor Secretário-Executivo,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 48/2022 MCOM \$520469), do Ministério das Comunicações, a qual submete o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), para executar, sem direito de exclusividade, c serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri/SP.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

SABÁ FILHA DE OLIVEIRA Chefe de Gabinete do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Saba Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete**, em 27/07/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3520751** e o código CRC **88C822BD** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 3520751

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 — Telefone: 61-3411-1754 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 48/2022 MCOM (\$520469), do Ministério das Comunicações Senhor Presidente da República, Anexo (3520478) Parecer de Mérito I (3520485), Parecer de Mérito II (3520488).

Assunto: "Trata-se de processo administrativo de interesse da DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de lacri/SP, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020".

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC, de 25/07/2022 (3520491), para os protocolos da SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR.

OFÍCIO Nº 2142/2022/GM/CC/PR, de 27/07/2022\$\$20751), por Sabá Cordeiro de Monteiro Filha de Oliveira, Chefe de Gabinete, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil ao Secretário-Executivo/SE/CC/PR.

Concluir o Processo na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo de Exposição de Motivos, por sua natureza, são tratados e tramitados via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF), e por ter sido encaminhado por meio do Despacho/DIPUBL/CODOC, de 25/07/20223/520491) à SAJ/SG/PR, SAG/CC/PR, CGAP/PR e CC/PR, Pastas de competência do assunto.

CLAUDIO CESAR FELIPE Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Cesar Felipe**, **Chefe de Gabinete**, em 28/07/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 3527723 e o código CRC 778F3708 no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 3527723



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão № 310/2022/RADIODIFUSÃO/SAINF/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: Difusora Natureza FM Ltda. (CNPJ 02.095.038/0001-10)

REFERÊNCIAS: Exposição de Motivos nº 00048/2022 MCOM, de 13 de abril de 2022 (3520469)

Parecer de Mérito I (3520488) — Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM, de 17 de dezembro de 2021 Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30 de dezembro de 2021[1] (3520478)

ASSUNTO: Renovação da outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de lacri/SP

- 1. Trata-se da <u>PORTARIA N° 4.418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 20</u>2que renova a outorga da permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no lacri/SP, a partir de 19 de julho de 2020, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, para Difusora Natureza FM Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 02.095.038/0001-10, de acordo com o disposto na alínea "x)" do art. 3229 do Código Brasileiro de Telecomunicações[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[3].
- 2. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
- 3. O Ministério das Comunicações (MCOMM1) se manifestou favorável ao ato de renovação da outorga nos termos da Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM, de 17 de dezembro de 2021 \$520488), com o registro de que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela opina pelo deferimento do pedido de renovação. Bem como, anota que em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº. 236 de 28 de fevereiro de 1967, que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes da entidade.
- 4. O Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30 de dezembro de 20213\\$20478\), se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, concluindo não ter sido vislumbrada irregularidade no presente processo.
- 5. De acordo com o § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.
- 6. O quadro societário e diretoria da <u>Difusora Natureza FM Ltda</u>. se encontra registrado no SIACCO Sistema de Acompanhamento de Controle Societário[5].
- 7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no MOSAICO - Sistema Integrado Gestão Controle do Canal de Espectro[6], cujo Relatório do está disponível http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac4824b05&state=FM-C4, que consta em nome Dassi Comunicações Ltda. (CNPJ 04.244.886/0001-70), conforme<u>PORTARIA MCOM № 5.580, DE 13 DE MAIO DE 20</u>1processo 01250.011278/2017-80), que transferiu a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda.
- 8. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM e a existência da Lista de Verificação de Documentos Renovação de Outorga Comercial, de 17 de dezembro de 2021 (Checklist CORRC_MCOM_COM 8310101), e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, bem como que há a necessidade de que seja providenciada a reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, esta SAG/CC-PR não têm óbices ao prosseguimento do feito, conforme disposto no § 1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e sugere o encaminhamento do presente processo à Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

À consideração superior,

Brasília, na data da assinatura.

EUGÊNIO CESAR ALMEIDA FELIPPETTO Assessor

GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA Subchefe Adjunto de Infraestrutura, substituto

Aprovo,

Brasília, na data da assinatura.

EDUARDO AGGIO DE SÁ Subchefe

[1] Aprovado pelo Despacho nº 02295/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, 30/12/2021 da Consultora Jurídica do MCOM.

[2] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

[3] A provado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[4] Nos termos do Anexo I do Decreto nº 11.164, de 08 de agosto de 2022, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações, compete à Secretaria de Radiodifusão (SERAD) coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, pós-outorga e renovação dos serviços de radiodifusão e seus ancilares.

[5] SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[6] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Eugênio Cesar Almeida Felippetto**, **Assessor(a)**, em 21/12/2022, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Ferreira**, **Subchefe Adjunto(a)** substituto(a), em 21/12/2022, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Aggio de Sá**, **Subchefe**, em 22/12/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3826631** e o código CRC **2019EF19** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SUPER nº 3826631

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

Hugo Vinicius Alves

De: SAAL - Sancao e Veto

Enviado em: quarta-feira, 18 de janeiro de 2023 09:55

Para: E-Mail da DIDOC
Cc: SAAL - Atos Oficiais

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Anexos: Tabela 02 - 2023.01.13 - Tabela processos Radiodifusão já analisados (aguardando ass Mensagem ao CN).pdf; Tabela 01 - 2023.01.16 -

Tabela processos Radiodifusão na SAJ (sem análise completa).xlsx

Categorias: A/C CARLOS HENRIQUE

Bom dia! Prezados,

Em atenção à solicitação do e-mail abaixo, solicitamos a devolução das Exposições de Motivos ao Ministério das Comunicações, conforme os processos indicados nas tabelas e os despachos encaminhados via SUPER.

Atenciosamente,



Subchefia Adjunta de Assuntos Legislativos Subchefia para Assuntos Jurídicos Casa Civil Presidência da República 61 3411-2192/2226/2972/3324 saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 18:50

Para: SAJ - SARAN <saran@presidencia.gov.br>; SAAL - Sancao e Veto <saal.sancaoeveto@presidencia.gov.br>

Cc: Felipe Nogueira Fernandes <felipe.fernandes@presidencia.gov.br>; Talita Santana Santos Barcellos <talita.barcellos@presidencia.gov.br>

Assunto: Devolução de Processos de Radiodifusão ao MCOM (a pedido)

Prezados, boa noite,

Solicito a **DEVOLUÇÃO das Exposições de Motivos/Processos** indicados na Tabela 01 e Tabela 02 (anexos), ao Ministério das Comunicações, conforme e-mail abaixo.

Motivo da devolução: pedido do MCOM, para reavaliação dos processos, considerando mudança no titular da Pasta.

Todos os processos da Tabela 01 já foram devidamente encerrados e encaminhados ao Gabinete no Super-SEI, com Despacho indicando a devolução das Exposições de Motivos.

Com relação aos Processos da Tabela 02 (processos já analisados, que estavam aguardando assinatura nas Mensagens ao Congresso Nacional), indicamos a existência dos seguintes processos de TVs, que **NÃO** serão devolvidos, pois já possuem os respectivos Decretos, devidamente publicados:

53900.046218/2016-07 – EM nº 0029/2022-MCOM 01250.017676/2020-13 – EM nº 0146/2021-MCOM 01250.004044/2019-48 – EM nº 0188/2022-MCOM 53740.000857/2000-31 – EM nº 0189/2021-MCOM

Muito obrigado.

At.te,

De: Felipe Nogueira Fernandes < felipe.fernandes@presidencia.gov.br

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 15:55

Para: Daniel Christianini Nery < <u>daniel.nery@presidencia.gov.br</u>> **Assunto:** Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Daniel,

Em relação aos processos de TV que já têm decreto publicado, entendo que não poderíamos devolver pois o ato do Presidente já ocorreu.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União Subchefe Adjunto de Infraestrutura Subchefia para Assuntos Jurídicos Secretaria-Geral da Presidência da República Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Felipe Nogueira Fernandes

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 14:34

Para: Daniel Christianini Nery

Assunto: Enc: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezado Daniel,

Solicito a gentileza de providenciar a restituição dos processos de radiodifusão ao MCom, conforme solicitado.

Felipe Nogueira Fernandes

Advogado da União Subchefe Adjunto de Infraestrutura Subchefia para Assuntos Jurídicos Secretaria-Geral da Presidência da República Tel.:+55 (61) 3411-2040

De: Wilson Diniz Wellisch < wilson.diniz@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:55

Para: Felipe Nogueira Fernandes

Cc: Caroline Menicucci Salgado; Guilherme Maciel Camioto; Marcus Vinícius Paolucci; Ana Maria dos Santos

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Bom dia, Dr. Felipe!

Conforme havíamos combinado, seguem processo a serem devolvidos ao MCOM para revisão.

Atenciosamente,



De: Marcus Vinícius Paolucci < marcus.paolucci@mcom.gov.br >

Enviada em: terça-feira, 17 de janeiro de 2023 10:52 **Para:** Wilson Diniz Wellisch <wilson.diniz@mcom.gov.br>

Cc: Caroline Menicucci Salgado < caroline.salgado@mcom.gov.br; Ana Maria dos Santos < anamaria.santos@mcom.gov.br

Assunto: ENC: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Wilson,

Segue as tabelas com os processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

A **TABELA 02** apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente.

Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

At.te,

Marcus Paolucci

De: Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 16 de janeiro de 2023 16:46

<angelina.pereira@mcom.gov.br>

Cc: Eugenio Cesar Almeida Felippetto < <u>eugenio.felippetto@presidencia.gov.br</u>>; Felipe Nogueira Fernandes < <u>felipe.fernandes@presidencia.gov.br</u>>; Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho < <u>cicero.filho@presidencia.gov.br</u>>; Talita Santana Santos Barcellos < <u>talita.barcellos@presidencia.gov.br</u>>; Sergio Viana Cavalcante

<Viana@presidencia.gov.br>

Assunto: RES: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Prezados, boa tarde,

Conforme solicitado e indicado previamente em contato telefônico, encaminho 2 tabelas com processos de radiodifusão, para avaliação do MCOM.

A TABELA 01 indica processos que ainda estão em análise na Casa Civil.

Já a TABELA 02 apresenta processos que já foram analisados por SAG e SAJ e estão aguardando a assinatura das Mensagens ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente. Nesta segunda tabela, é importante apontar que existem processos de TV comercial e TV educativa, que já tiveram os respectivos Decretos publicados.

Nos colocamos à disposição.

At.te,

De: Ana Maria dos Santos < <u>anamaria.santos@mcom.gov.br</u>>

Enviada em: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 15:26

Para: Daniel Christianini Nery < daniel.nery@presidencia.gov.br>

Cc: Marcus Vinícius Paolucci marcus.paolucci@mcom.gov.br; Eugenio Cesar Almeida Felippetto eugenio.felippetto@presidencia.gov.br; Felipe Nogueira Fernandes

< felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: RE: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

Ok, fico no aquardo.



De: Daniel Christianini Nery < daniel.nery@presidencia.gov.br

Enviado: quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 14:54

Para: Ana Maria dos Santos anamaria.santos@mcom.gov.br

Cc: Marcus Vinícius Paolucci < <u>marcus.paolucci@mcom.gov.br</u>>; Eugenio Cesar Almeida Felippetto < <u>eugenio.felippetto@presidencia.gov.br</u>>; Felipe Nogueira Fernandes

<felipe.fernandes@presidencia.gov.br>

Assunto: Re: Solicita planilha (processos de radiodifusão)

prezados, boa tarde,

Elaboraremos a tabela e encaminharemos em breve, conforme solicitado.

At.te,

Em 12 de jan. de 2023, em 10:27, Ana Maria dos Santos anamaria.santos@mcom.gov.br escreveu:

Prezado Daniel,

Seguindo orientação superior, solicito de Vossa Senhoria a possibilidade de envio de uma planilha com os dados dos processos de radiodifusão que se encontram na Casa Civil.

att,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 26 de janeiro de 2023.

ASSUNTO: Devolução da EXM 48 2022 MCOM

Conforme solicitado, informo a devolução da EXM 48 2022 MCOM via SIDOF.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor(a)**, em 26/01/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3916462** e o código CRC **91AD5C22** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71

SUPER nº 3916462

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Departamento de Radiodifusão Privada Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 01250.064106/2019-71

INTERESSADA: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

SOCIAL ELETRÔNICA.

- 1. Por meio da Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM, do Oficio Interno nº 14407/2021/MCOM e do Parecer nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Difusora Natureza FM Ltda (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP, referente ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030 (SUPER 8844776, 8944237 e 8977195).
- 2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, no Diário Oficial da União do dia 11 de fevereiro de 2021, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 9423225). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM (SUPER 8844776).
- 3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11019347, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
- 4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 20/07/2023, às 10:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11019306 e o código CRC 90493954.

Minutas e Anexos

• Minuta de Exposição de Motivos (11019347)

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM n° - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11 de fevereiro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta. Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, **Assistente Técnico**, em 20/07/2023, às 10:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/07/2023, às 14:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11019347 e o código CRC C4A85368.



EM Nº 91/2023/MCOM

Brasília, 20 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11 de fevereiro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 15:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11021737 e o código CRC 282F0470.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Oficio Interno nº 38965/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor **Braunner Fassheber** Chefe de Gabinete do Ministro Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11021744)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP_MCOM (11019306), encaminho a Exposição de Motivos (11021744), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch

Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 24/08/2023, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11021744 e o código CRC 3F2C9AED.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Oficio Interno nº 40674/2023/MCOM

Brasília, 29 de agosto de 2023.

Ao Senhor **Ênio Soares Dias**Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11021737)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4418/2021/SEI-MCOM (9423225), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11021737), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Assistente**, em 29/08/2023, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13</u> de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11085470 e o código CRC F8F3CC15.

Brasília, 29 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11 de fevereiro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



OFÍCIO Nº 25482/2023/MCOM

Ao Senhor BRUNO MORETTI Secretário Especial de Análise Governamental Casa Civil da Presidência da República Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.064106/2019-71.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/08/2023, às 11:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador 11086966 e o código CRC E7E76A16.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 4577908

Usuário Externo (signatário): Helenucia Bezerra de Araujo

Data e Horário: 15/09/2023 17:43:53

Tipo de Peticionamento: Intercorrente

Número do Processo: 01250.064106/2019-71

Interessados:

DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - MUNICIPIO DE IACRI/SP

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

Despacho Coordenação de Renovação de Outorga de R
 Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
 Exposição de Motivos № 91/2023/MCOM
 OFICIO Interno nº 38965/2023/MCOM
 OFICIO Interno nº 40674/2023/MCOM
 Exposição de Motivos nº 00442/2023 MCOM
 Exposição de Motivos nº 00442/2023 MCOM
 OFICIO № 25482/2023/MCOM
 4577907

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os
 praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se
 encontre:
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 29 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada em 11 de fevereiro de 2022, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iacri, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de
Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA.

VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Difusora Natureza FM ltda**, inscrita no CNPJ nº 02.095.038/0001-10, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP, referente ao **Fistel nº 50406453845** e ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 2. Por meio da Nota Técnica nº 12.796/2021/SEI-MCOM, acompanhada do Ofício nº 22.953/2021/MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 8313530 e SEI 8313553).
- 3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolo nº 53115.037530/2021-15).

ANÁLISE

- 4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5°, da Constituição Federal, do art. 33, § 3°, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1°, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- 5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado ao preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, alterada pela Lei nº 13.424/2017; na Lei nº 5.785/1972; no Decreto-Lei nº 236/1967; e no Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.
- 6. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:
 - Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.
- 7. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.
- 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI 8844225 Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009 (SEI 8844225 Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI 8844225 Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.
- 9. Em relação à tempestividade do presente pleito, observa-se que, **em 12 de dezembro de 2019,** a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 4963990 Pág. 1).

- 10. Entende-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, qual seja, nos 12 (doze) meses anteriores ao término do prazo da outorga, conforme consta do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, posteriormente alterada pela Lei nº 13.424/2017.
- 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8310101). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
 - Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

 (\ldots)

- § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.
- 12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).
- 14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI 8844064).
- 15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

- 16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 8310099 Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8328189).
- 17. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).
- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:
 - Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações Anatel.
 - § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.
 - § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:
 - I a identificação da entidade, com:
 - a) a razão social;
 - b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
 - c) o nome fantasia; e
 - d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);
 - II os dados da outorga, com:
 - a) o estado e o município de execução do serviço; e
 - b) a frequência, a classe e o canal de operação;
 - III os dados da estação, com:
 - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
 - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
 - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
 - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e
 - IV a data de emissão da licença.
 - V a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.
 - § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da

estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

- § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.
- § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
- § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.
- § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.
- § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.
- § 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.
- § 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI 8313457 Pág. 2; e 8844134).
- 23. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP.

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o envio dos autos (i) à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para ciência e análise da regularidade jurídico-formal do procedimento em testilha e das minutas colacionadas abaixo, e, posteriormente; (ii) ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Assistente**, em 17/12/2021, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 17/12/2021, às 18:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli**, **Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 17/12/2021, às 18:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8844776** e o código CRC **630656AF**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA N° , DE DE DE 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º______,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada e m 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

- MCOM					
			Brasília,	de	de 2021.
Senhor Preside	ente da República,				
resentes na Nota acompanhado , que renova atorgada à DIFU .º 279, de 29 de n.º 625, de 2009 e, o serviço de ra	da Técnica nº 18.739 da Portaria nº X a, pelo prazo de dez SORA NATUREZA maio de 2007, publi 9, publicado em 10 diodifusão sonora em	9/2021/SEI-MO XXXX, de _ anos, por dez FM LTDA (Cl icada em 1º de de setembro n frequência ma	COM, chance de de anos, a part NPJ nº 02.09 junho de 20 de 2009, pa odulada, no la decembra de 20 de 2009.	elada pelo de ir de 19 de 05.038/0001- 007, chancel ara executar Município de	Parecer Jurídico, publicada em julho de 2020, a -10), nos termos ada pelo Decreto, sem direito de e Iacri, Estado de
		-	-		
Respeitosamen	te,				
		_	icações		
	Submeto à sua esentes na Nota acompanhado , que renovatorgada à DIFU .º 279, de 29 de n.º 625, de 2009 e, o serviço de ra Diante do expencaminho o resacional.	esentes na Nota Técnica nº 18.739 acompanhado da Portaria nº X, que renova, pelo prazo de dez torgada à DIFUSORA NATUREZA .º 279, de 29 de maio de 2007, publica.º 625, de 2009, publicado em 10 e, o serviço de radiodifusão sonora en Diante do exposto e em observân neaminho o respectivo processo pacional. Respeitosamente,	Submeto à sua apreciação o Processo Administratices na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MC acompanhado da Portaria nº XXXX, de, que renova, pelo prazo de dez anos, por dez atorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CI .º 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de n.º 625, de 2009, publicado em 10 de setembro e, o serviço de radiodifusão sonora em frequência moderaminho o respectivo processo para apreciação acional. Respeitosamente, FÁBIO FARIA	Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250 esentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chanca acompanhado da Portaria nº XXXX, de de, que renova, pelo prazo de dez anos, por dez anos, a partitorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.09.º 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 20.º 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, pelo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. Incaminho o respectivo processo para apreciação e posterio acional. Respeitosamente,	Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 01250.064106/201 esentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo acompanhado da Portaria nº XXXX, de de de, que renova, pelo prazo de dez anos, por dez anos, a partir de 19 de torgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001º 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancela.º 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar e, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da nocaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão acional. Respeitosamente,

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 8844776

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/02/2022 | Edição: 30 | Seção: 1 | Página: 12 **Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro**

PORTARIA MCOM Nº 4.418, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18.739/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA (CNPJ nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1°, da Constituição da República, do art. 5° da Lei n° 5.785/72 e do art. 113, §1°, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei n° 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo, pelo período de 19.7.2020 a 19.7.2030.
- 2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**SEI nº 8844776**):

- 8. No caso em apreço, conferiu-se à Difusora Natureza FM ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de junho de 2007 (SEI <u>8844225</u> Pág. 8) e Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 2009 (SEI <u>8844225</u> Pág. 7). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de julho de 2010 (SEI <u>8844225</u> Págs. 1-6). Infere-se, portanto, que a outorga conferida à entidade se encontra vencida, desde 19 de julho de 2020, levando-se em consideração o prazo de 10 (dez) anos alusivo à validade da outorga e a data de publicação do extrato do contrato.
- 3. No requerimento protocolado em 12.12.2019 (SEI nº 4963990), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: "Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Iacri/SP".
- 4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

- 5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.
- 6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.
- 7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria.** A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.
- 8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

- 9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
- 10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".
- 11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
- 12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".
- Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
- 14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".
- 15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".
- 16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".
- 17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".
- 18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a

permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

- 19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.
- 20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

- 21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM.
- 22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, a permissão somente expirou em 19 de julho de 2020 e o pedido apresentado em 12 de dezembro de 2019 (**SEI 4963990**).
- 23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 16.11.2021, conforme novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SEI nº 8540993). O pedido originário e o novo foram devidamente subscritos pelo sócio-administrador da entidade, Sr. Anderson Aparecido Ferreira Battler, designado para a função na Cláusula Décima da alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27.3.2001 (SEI 5632454, fls. 3/10).
- 24. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SEI nº 8310101).
- 25. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto n º 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:
 - Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação:

 (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - I (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - II certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - III (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
 - IV certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - V prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VI prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 - VII prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

- VIII prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- IX prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
- X (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
- XI declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluido pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- f) <u>a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e</u> (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
- 26. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:
 - 11. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI <u>8310101</u>). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:
 - Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

- § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
- § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
- § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
- I certidão de antecedentes criminais;
- II informações sobre pessoa jurídica;
- III outras expressamente previstas em lei.

- 12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
- 13. Assim sendo, entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 8310101).

(...)

- 17. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8310101).
- 18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.
- 27. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 8312962); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7932989); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 5632458); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº 7933000), às Fazendas estadual (SEI nº 79333001), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 7975493); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº 8844094); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (SEI nº 7932999); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 7932998).
- 28. Observa-se que a maioria das certidões venceram recentemente. No entanto, tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.
- 29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, no bojo do próprio pedido de renovação, em consonância com as exigências normativas (SEI nº 8540993).
- 30. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:
 - 19. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

(...)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria

- técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.
- 21. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3°, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.
- 22. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 21 de maio de 2021, com validade até 19 de julho de 2030 (SEI <u>8313457</u> Pág. 2; e <u>8844134</u>).
- 31. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:
 - 16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI <u>8310099</u> Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI <u>8328189</u>).
- 32. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:
 - 14. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO em 17 de dezembro de 2021 (SEI 8844064).
 - 15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário SIACCO, a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em outras quatro localidades, quais sejam: São Miguel Arcanjo/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Taquarituba/SP e Euclides da Cunha Paulista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra empresa executante do serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Anderson Aparecido Ferreira Blatter e a sócia Luiza Araújo Mendes não compõem o quadro societário de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.
- Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.
- Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
- 35. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795221131 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 30-12-2021 09:23. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02292/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora

- 1. Aprovo o PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
- 2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Difusora Natureza FM Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, no período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 3. Conforme os termos do PARECER n. 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
- 4. A Secretaria de Radiodifusão SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18739/2021/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri/SP, concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 19 de julho de 2020 a 19 de julho de 2030.
- 6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Difusora Natureza FM Ltda.
- 7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795359061 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 30-12-2021 11:35. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 02295/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.064106/2019-71

INTERESSADOS: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - ME

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- 1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
- 2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 30 de dezembro de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250064106201971 e da chave de acesso c3fa4945

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 795425746 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 30-12-2021 14:06. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 15 de setembro de 2023.

Aos Protocolo da SAJ, SAG e CC, e à CGINF

Assunto: RENOV/FM - DIFUSORA NATUREZA FM LTDA - Localidade de lacri/SP.

1. Encaminho EXM 442 2023 MCOM, para análise e providências.

GISELE VEZÚ R. DORESTE

Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Vezú Ramos Doreste**, **Assessoria**, em 15/09/2023, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4578147** e o código CRC **C0623E0B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SUPER nº 4578147



OFÍCIO № 3192/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 442/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 442/2023 (4578142), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, da permissão outorgada à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. (CNP. nº 02.095.038/0001-10), nos termos da Portaria nº 279, de 29 de maio de 2007, publicada em 1º de junho de 2007, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 625, de 2009, publicado em 10 de setembro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa**, **Chefe de Gabinete**, em 18/09/2023, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543</u>, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4578735** e o código CRC **6EBD20BE** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SUPER nº 4578735

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754 CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 442/2023 (4578142), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Renovação de permissão para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de lacri, estado de São Paulo.

Trâmite do Processo:

Despacho/DIPUBL/CODOC (4578147), para os protocolos da SAJ/CC, SAG/CC, CCGINF/SAINF/SAJ/CC e CC/PR. OFÍCIO Nº 3192/2023/GM/CC/PR (4578735) do Gabinete do Ministro da Casa Civil à Secretária-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PF – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple**, **Subsecretário(a)**, em 19/09/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4583052** e o código CRC **AE14E6A3** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71 SUPER nº 4583052



SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.064106/2019-71

Nota SAJ - Radiodifusão nº 472 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	DIFUSORA NATUREZA FM LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	01250.064106/2019-71

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se do processo nº 01250.064106/2019-71, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA**CNPJ nº 02.095.038/0001-10, na localidade de **lacri/SP**.
- 2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- 3. Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- 4. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1° da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei n° 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto n° 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- 5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- 6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM**afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a <u>verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.</u>

- 7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
- 8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4°, CF-1988"[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
- 9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.064106/2019-71, conclui-se que <u>não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional</u>, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

 \cite{black} Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Lu\(\textit{D}\). regime jurídico-constitucional da radiodifus\(\textit{a}\)o e das telecomunica\(\textit{c}\)oes no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informa\(\textit{c}\)oes Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr /jun., 2006.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro**, **Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux**, **Assessora**, em 15/07/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques**, **Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de</u> 2020.



Documento assinado eletronicamente por Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5784716 e o código CRC 1ADBB192 no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71

SUPER nº 5784716



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil Secretaria Especial de Análise Governamental Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão № 449/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 01250.064106/2019-71.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00442/2023 MCOM, de 29 de Agosto de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de lacri (SP).

- 1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00442/2023 MCOM (4577906), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.064106/2019-71, acompanhado da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2020, no município de lacri, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa DIFUSORA NATUREZA FM LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 02.095.038/0001-10, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações [1], em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão [2].
- 2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
- 3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico № 00576/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30/12/2021(4578146), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 18739/2021/SEI-MCOM, de 17/12/2021 \$578143), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD/MCOM)[3], ratificada pelo Despacho (4577901) de 20/07/2023, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos Renovação de Outorga Comercial, de 17/12/2021 (3516048, p. 220), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
- 4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no <u>SIACCO Sistema de Acompanhamento de</u>
 Controle Social^[4]: e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no MOSAICO Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^[5], que disponibiliza acesso ao Relatório do Canal. Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 50406453845, em favor da empresa DASSI COMUNICACOES LTD (CNPJ nº 04.244.886/0001-70), conforme Portaria MCOM nº 5.580 de 13 de maio de 2022, no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.011278/2017-80.
- 5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o<u>Quadro de Sócios e</u> <u>Administradores QSA</u> da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - OSA

CNPJ: 02.095.038/0001-10

NOME EMPRESARIAL: DIFUSORA NATUREZA FM LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$5.010,00 (Cinco mil e dez reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: LUIZA ARAUJO MENDES Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: ANNA CLARA ARAUJO MENDES

Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB. Emitido no dia 18/06/2024 às 14:31 (data e hora de Brasília).

- 6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização posterior dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR)**não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
- 7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no <u>art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal</u>, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do <u>Decreto nº 11.329</u>, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do <u>Decreto nº 12.002</u>, de 22 de abril de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor (SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC (SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental (SAG/CC/PR)

^[1] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

^[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

^[3] Sucedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCO Mconforme Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023.

^[4] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, **Assessor(a)**, em 30/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 30/08/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 30/08/2024, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5828861** e o código CRC **B6D0D885** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SUPER nº 5828861

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MENSAGEM № 1033

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe Casa Civil da Presidência da República Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.033, de 3 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6057510).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/09/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de</u> 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 04/09/2024, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6057509** e o código CRC **343DCCC0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luciano Bivar Primeiro Secretário Câmara dos Deputados – Edifício Principal 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iacri, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA Ministro de Estado PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: ARQUIVAMENTO DE PROCESSO

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6057195) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARDILO VALENTE Supervisora Divisão de Publicação de Atos Oficiais Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente**, **Supervisor(a)**, em 04/09/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6058544** e o código CRC **7DEF1D2B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 01250.064106/2019-71



OFÍCIO Nº 1114/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luciano Bivar Primeiro Secretário Câmara dos Deputados — Edifício Principal 70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.418, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2022, que renova, a partir de 19 de julho de 2020, a permissão outorgada à Difusora Natureza FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de lacri, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6062285** e o código CRC **8C22BF1D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.064106/2019-71

SEI nº 6062285

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121 CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVII

SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 11 de setembro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: Encerramento e arquivamento do Processo nº 01250.064106/2019-71.

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 01250.064106/2019-71, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor

Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery**, **Assessor**, em 11/09/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6079350** e o código CRC **ACC3EB50** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0